



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RENAN HARMES DE AQUINO ESKINAZI SANT'ANNA

**MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE GRANDES EVENTOS BRASILEIROS: UMA
ANÁLISE À LUZ DA ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**

RECIFE

2024

RENAN HARMES DE AQUINO ESKINAZI SANT'ANNA

**MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE GRANDES EVENTOS BRASILEIROS: UMA
ANÁLISE À LUZ DA ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos

Área de Concentração: Psicologia

Recife

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S237m Sant'Anna, Renan Harnes de Aquino Eskinazi.
Memórias históricas de grandes eventos brasileiros : uma análise à luz da abordagem societal das representações sociais / Renan Harnes de Aquino Eskinazi Sant'Anna. – 2024.
152 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Maria de Fátima de Souza Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2024.

Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Memória histórica. 3. Representações sociais. 4. Abordagem societal. 5. Análise de perfil latente. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2024-057)

RENAN HARMES DE AQUINO ESKINAZI SANT'ANNA

**MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE GRANDES EVENTOS BRASILEIROS:
UMA ANÁLISE À LUZ DA ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Area de Concentração: Psicologia

Aprovada em: 04/03/2024 (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
(Examinador Externo)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Renata Lira dos Santos Aléssio
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi-UFPE), pelo suporte institucional que possibilitou o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço profundamente à Prof.^a Dr.^a Fátima Santos, pelos momentos de orientação, conversas e risadas. Obrigado pelo eterno incentivo e palavras de carinho, que marcaram toda esta caminhada acadêmica. Agradeço também por sempre proporcionar um ambiente leve para discussões e dúvidas.

Agradeço enormemente à Prof.^a Dr.^a Renata Lira, por todos os aprendizados dentro e fora da sala de aula, por acreditar em meu potencial e demonstrar sempre uma grande disponibilidade para auxiliar nesse percurso de pesquisa.

Agradeço às Professoras Dr.^a Maria Isabel Pedrosa (PPGpsi-UFPE) e Dr.^a Karine Maria Porpino Viana (University of Oslo), pelas suas contribuições à minha formação acadêmica, bem como os ensinamentos que influenciaram no delineamento do texto escrito.

Agradeço ao Prof. Dr. Rafael Wolter, pela dedicação na leitura do texto, assim como pelos apontamentos e recomendações, desde a qualificação até a defesa. Estas foram de grande importância para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Thyago Nepomuceno, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP-UFPE), pelo apoio na execução das análises no RStudio.

Por fim, agradeço a todos os colegas do Laboratório de Interação Social Humana (LabInt-UFPE), pelas experiências e conhecimentos trocados.

RESUMO

O contexto de polarização evidenciado na conjuntura brasileira recente aponta para processos de antagonismo entre grupos, em que o passado nacional se torna objeto de disputas. Tomando como base a abordagem societal das representações sociais, esta dissertação investigou dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos brasileiros. A primeira etapa de pesquisa (N= 126), baseada em um questionário de associação de palavras, identificou consensos acerca de acontecimentos brasileiros marcantes. Por meio de análises no *software* IRaMuTeQ, evidenciou-se que os acontecimentos mais lembrados foram baseados na proximidade cronológica e influência dos contextos educacionais. A partir das evocações, foi elaborada uma lista de acontecimentos importantes, contendo respectivamente: Chegada da Família Real, Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Regime Militar Brasileiro, Diretas Já, Constituição Federal de 1988, Plano Real, pandemia de Covid-19 e Eleição Presidencial de 2022. O Estudo 2 (N=420) buscou investigar dissensos e consensos memoriais acerca dos acontecimentos delimitados. Foi utilizado um questionário de escala em que participantes avaliaram suas emoções e a importância de cada acontecimento. As respostas foram analisadas no *software* RStudio por meio da Análise de Perfil Latente que visa identificar subgrupos na amostra. Evidenciou-se uma avaliação consensualmente negativa para a pandemia de Covid-19 e uma alta importância para a Abolição da Escravatura. Foram identificados seis padrões de respostas que responderam pelos grupos: Nacionalistas Geracionais, Nacionalistas Juvenis, Democratas, Oligarcas, Indiferentes Históricos e Republicanos. A variação na tomada de posição esteve ancorada nas afiliações políticas dos participantes. Os resultados demonstram que o posicionamento dos subgrupos está relacionado a um princípio organizador comum, voltado a projetos de futuro. A construção da memória histórica está fundamentada em aspectos do presente, baseado no contexto de polarização, e ideais de sociedade futura. Conclui-se a importância de se analisar o papel da imaginação do futuro coletivo na construção do passado social.

Palavras-chave: memória histórica; representações sociais; abordagem societal; análise de perfil latente.

ABSTRACT

The context of polarization highlighted in Brazil's current climate points to a process of antagonism between groups, in which the historical past becomes an object of dispute. Based on the societal approach to social representations, this dissertation investigated dissent and memorial consensus about major Brazilian events. The first stage of the research (N= 126) identified consensus on major Brazilian events. Through analysis using the IRaMuTeQ software, it was found that the most recalled events were based on temporal proximity and the influence of educational contexts. Based on the evocations, a list of important Brazilian events was compiled, containing respectively: Arrival of the Royal Family, Independence of Brazil, Abolition of Slavery, Proclamation of the Republic, Brazilian Military Regime, Diretas Já, 1988 Federal Constitution, Real Plan, Covid-19 Pandemic and 2022 Presidential Election. Study 2 (N=420) sought to investigate memorial dissensus and consensus regarding the selected national events. A scale questionnaire was used in which participants rated their emotions and the importance of each event. The answers were analyzed in RStudio using Latent Profile Analysis which aims to identify subgroups within the sample. A consensually negative assessment was found for the Covid-19 Pandemic and a high importance for the Abolition of Slavery. Six patterns of responses were identified that accounted for the following groups: Generational Nationalists, Youth Nationalists, Democrats, Oligarchs, Historical Indifferents and Republicans. The variation in position-taking was anchored in the political affiliations of the participants. The results show that the positioning of the subgroups is related to an organizing principle, focused on the future. Memory is based on aspects of the present, related to the context of polarization, and ideals of a future society. We conclude the importance of analyzing the role of the imagination of the collective future as an element in the construction of the social past.

Keywords: historical memory; social representations; societal approach; latent profile analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória histórica dos acontecimentos brasileiros mais rememorados a partir da hipótese geracional.....	69
Figura 2 - Pintura Independência ou Morte, de Pedro Américo, 1888.....	73
Figura 3 - Trajetória histórica dos acontecimentos brasileiros ancorada nos dispositivos educacionais formais.....	74
Figura 4 - Modelo Bidimensional das Representações Sociais.....	79
Figura 5 - Perfis latentes e avaliação média das emoções positivas e negativas de cada acontecimento histórico.....	94
Figura 6 - Perfis latentes e avaliação média do Grau de Importância de cada acontecimento histórico.....	96
Figura 7 - Distribuição das respostas acerca das emoções positivas e negativas referente à pandemia de Covid-19.....	98
Figura 8 - Distribuição das respostas acerca do Grau de Importância da Abolição da Escravatura.....	103
Figura 9 - Padrão de Resposta dos Nacionalistas Juvenis e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	109
Figura 10- Padrão de Resposta dos Nacionalistas Geracionais e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	110
Figura 11- Padrão de Resposta dos Democratas e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	111
Figura 12- Padrão de Resposta dos Oligarcas e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	112
Figura 13- Padrão de Resposta dos Indiferentes Históricos e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	113
Figura 14- Padrão de Resposta dos Republicanos e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos.....	114
Figura 15- Distribuição das respostas acerca das Emoções Positivas e Negativas referente a Eleição Presidencial de 2022.....	119
Figura 16- Distribuição das respostas acerca do Grau de Importância referente ao Regime Militar Brasileiro.....	120
Figura 17- Análise de Perfil Latente realizada com as respostas acerca da Eleição Presidencial de 2022 e do Regime Militar Brasileiro.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sistematização do delineamento metodológico proposto.....	61
Tabela 2- Idade e Gênero dos participantes do Estudo 1 e sua frequência.....	63
Tabela 3- Idade e Grau de Escolaridade dos participantes do Estudo 1 e sua frequência....	64
Tabela 4- Análise de frequência e grau de importância a partir do termo indutor: Acontecimentos Históricos Brasileiros Marcantes.....	67
Tabela 5- Lista Final de Acontecimentos Históricos Brasileiros Marcantes.....	84
Tabela 6- Modelo proposto com 10 Perfis Latentes possíveis para com o índice de Emoção dos acontecimentos históricos.....	91
Tabela 7- Modelo proposto com 10 Perfis Latentes possíveis para com o Grau de Importância dos acontecimentos históricos.....	95
Tabela 8- Distribuição das afiliações políticas dos perfis latentes acerca da eleição presidencial de 2022.....	124
Tabela 9- Distribuição das afiliações políticas dos perfis latentes acerca do grau de importância referente ao Regime Militar Brasileiro.....	125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ESPECIFICIDADES E VICISSITUDES DO PASSADO NACIONAL.....	15
2.1	A PARTICULARIDADE DA VIOLÊNCIA BRASILEIRA E O SILENCIAMENTO CIRCUNSCRITO.....	16
2.2	RELAÇÃO COM O ESTADO E HISTÓRIA OFICIAL.....	20
2.3	CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: DISPUTAS INTERGRUPAIS NA ELABORAÇÃO DO PASSADO COLETIVO.....	23
3	O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS EM REMEMORAÇÃO.....	29
3.1	MAURICE HALBWACHS E <i>LES CADRES SOCIAUX DE LA MÉMOIRE</i>	30
3.2	FREDERIC BARTLETT E O CARÁTER CONSTRUTIVO DA MEMÓRIA.....	33
3.3	A PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DA MEMÓRIA.....	35
4	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA: APROXIMAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS.....	39
4.1	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PSICOLOGIA SOCIAL DE VERTENTE PSICOSSOCIOLÓGICA.....	41
4.2	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS POTENCIAIS E COMPARAÇÕES POSSÍVEIS.....	45
4.3	A ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E <i>L'ÉCOLE DE GENÈVE</i> : A BUSCA PELO ESTUDO DOS DISSENSOS E CONSENSOS.....	49
5	OBJETIVOS.....	57
5.1	OBJETIVO GERAL.....	57
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	57
6	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	58
7	ESTUDO 1 - MAPEAMENTO DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS MARCANTES: ANÁLISE DOS CONSENSOS MEMORIAIS....	62
7.1	OBJETIVOS DO ESTUDO 1.....	62
7.2	MÉTODO.....	62
7.2.1	<i>Participantes</i>	62
7.2.2	<i>Instrumento</i>	64
7.2.3	<i>Procedimento de Coleta</i>	65

7.2.4	<i>Procedimento de Análise</i>	65
7.3	CONSENSOS MEMORIAIS ACERCA DE ACONTECIMENTOS BRASILEIROS MARCANTES.....	66
7.4	CONSTRUÇÃO E COMPILAÇÃO DA LISTA DE EVENTOS BRASILEIROS IMPORTANTES.....	76
8	ESTUDO 2 - MEMÓRIAS CONSENSUAIS E DISSONANTES ACERCA DE GRANDES EVENTOS BRASILEIROS: INVESTIGAÇÕES A PARTIR DO PARADIGMA DAS TRÊS FASES.....	85
8.1	OBJETIVOS DO ESTUDO 2.....	85
8.2	MÉTODO.....	85
8.2.1	<i>Participantes</i>	85
8.2.2	<i>Instrumento</i>	86
8.2.3	<i>Procedimento de Coleta</i>	87
8.2.4	<i>Procedimento de Análise</i>	88
8.3	DELIMITANDO PERFIS LATENTES EM RELAÇÃO AOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS.....	89
8.4	CONSENSOS E O CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS.....	96
8.5	VARIAÇÕES INTERGRUPAIS NA TOMADA DE POSIÇÃO: DISSENSOS MEMORIAIS ACERCA DAS EMOÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS.....	106
8.6	ANCORAGEM FRENTE AO PASSADO NACIONAL: O CASO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 E DO REGIME MILITAR BRASILEIRO.....	120
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA COLETA DE DADOS VIRTUAL.....	144
	APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS MARCANTES.....	146
	APÊNDICE C - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ESCALA UTILIZADO NO ESTUDO 2.....	147
	APÊNDICE D - PERFIS LATENTES IDENTIFICADOS A PARTIR DO PACOTE TIDYLPY NO ESTÚDIO E CÓDIGO UTILIZADO.....	151

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação possui como objetivo investigar dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos históricos brasileiros entre diferentes grupos sociais. Neste sentido, o percurso delimitado para esta pesquisa busca articular dois conceitos centrais: Memória Social e Representações Sociais. Esta iniciativa de articulação está inserida em um cenário maior de estudos e discussões desenvolvidas no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt-UFPE). Assim, no intuito de contextualizar o caminho de estudo percorrido, permito discutir brevemente alguns pontos que venho trabalhando no que concerne aos conceitos supracitados.

A partir da inserção no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt-UFPE), em 2016, meu interesse pelo campo da Psicologia Social se tornou marcante nos anos de graduação em Psicologia. Nesse momento, o foco de estudo esteve pautado na análise das interações entre indivíduo e coletivo, investigando a influência mútua entre estas duas instâncias e os processos psicossociais envolvidos na construção da realidade social (Berger; Luckmann, 1985). Neste contexto, a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida pelo psicólogo social Serge Moscovici, mostrou-se como um prisma teórico pertinente para a articulação de conceitos de ordem individual, com aqueles de caráter sociológico¹. Paralelamente ao aprofundamento teórico acerca das representações sociais, busquei analisar outro conceito que participava de maneira ativa na elaboração das realidades compartilhadas: a memória social. Este interesse pelos fenômenos memoriais foi sendo construído de maneira concomitante ao desenvolvimento de discussões na arena pública brasileira, em especial, a partir do ano de 2018, momento em que se evidenciou uma intensificação de discussões acerca do passado histórico nacional. Neste contexto, tive a oportunidade de desenvolver um projeto de pesquisa acerca das representações sociais do regime militar entre estudantes universitários. A partir desta pesquisa inicial, foi possível conhecer o campo de estudo da memória social e suas articulações com outras áreas teóricas.

Estas discussões culminaram, de certa forma, em minha monografia de conclusão de curso. Neste trabalho, que posteriormente se tornou um artigo (Eskinazi *et al.*, 2023), propus de maneira exploratória alguns pontos de convergência entre Memória Histórica e Representações Sociais. Tomando como base os movimentos de *Devoir de Mémoire* na França,

¹ A conceituação da Teoria, bem como seus processos e abordagens teóricas, serão explanados nos capítulos seguintes.

argumentamos que temáticas em memória histórica, que tocam as chamadas zonas de tensão, atuariam como articuladores entre os campos memoriais e representacionais. Aliado a isso, os processos de ancoragem e objetivação poderiam ser analisados a partir de discussões voltadas à nomeação de eventos históricos. Por fim, neste trabalho, argumentamos acerca da importância da diferenciação grupal como aspecto relevante para articular ambos os conceitos.

Com a entrada no mestrado, após a discussão realizada sobre o contexto memorial francês, considerei como objeto de estudo o passado histórico brasileiro, buscando investigar a memória de acontecimentos históricos nacionais. Nesse quadro, a análise das diferenças intergrupais continuou sendo um ponto de discussão importante. Neste sentido, o interesse suscitado no mestrado corresponde à análise da memória histórica brasileira e seus contornos entre diferentes grupos sociais. Este interesse pela diversidade dos grupos está relacionado a uma das premissas que guia os estudos em representações sociais e memória: a ideia de que os indivíduos constroem diferentes representações acerca do passado social a partir, entre outros fatores, de seus grupos de pertença² (Alba, 2019).

Ainda no contexto do mestrado, com o intuito de averiguar as tendências e possíveis lacunas teóricas na produção científica nacional, tornou-se importante realizar um estudo sobre a maneira com que a memória social estava sendo estudada nas pesquisas em representações sociais no Brasil. Esta pesquisa bibliográfica que buscou investigar o modo com que os pesquisadores brasileiros em representações sociais vinham estudando a memória social, foi realizada a partir de três bancos de dados nacionais: Periódicos CAPES, Scielo e Pepsic. A partir dos descritores "*rememoração e psicologia*", "*memória social e representação social*", "*memória coletiva e representação social*", "*reminiscência e representação social*" e suas variações no plural e em inglês, foram selecionados 10 artigos publicados por pesquisadores brasileiros nos últimos 5 anos que se utilizavam da base teórica da TRS para investigar fenômenos em memória social. Nesta revisão, três aspectos foram analisados: as aproximações teóricas entre memória e representações sociais, as abordagens em representações sociais utilizadas e os tipos de análise conduzidas.

Nos artigos analisados, o processo de ancoragem se mostrou como um dos grandes articuladores entre memória e representação social. Nesta perspectiva, ao discorrer sobre o processo de ancoragem, os autores brasileiros se utilizavam de noções mais gerais acerca do

² A definição de grupos é compreendida a partir da noção proposta por Connerton (1993). Assim, "o termo grupo aqui é utilizado num sentido generosamente lato e com alguma flexibilidade de significado, de forma a incluir tanto as pequenas sociedades, em que todos se conhecem (tais como as aldeias e os clubes), como as sociedades territorialmente extensas, em que a maior parte dos seus não se pode conhecer pessoalmente (tais como os estados-nação e as religiões mundiais)" (Connerton, 1993, p. 1).

processo, baseados, entre outros aspectos, nas definições evidenciadas no estudo original realizado por Moscovici (Moscovici, 1961). Ademais, observou-se uma maior presença de artigos que não utilizavam de uma abordagem teórica em representações sociais³. Aliado a isso, estas duas condutas evidenciadas recaíam nas análises escolhidas nos artigos, marcadas por uma forte presença de dois tipos de análise somente: Análise de Conteúdo e Análise Prototípica.

Neste sentido, percebeu-se que o foco maior dos artigos brasileiros estava centrado no conteúdo representacional evocado. Assim, apontamos para uma relação entre abordagens da TRS escolhidas e análise conduzida, na medida em que aqueles artigos que não possuíam uma abordagem delimitada, utilizavam com maior frequência a Análise de Conteúdo, enquanto aqueles estudos, que utilizavam da abordagem estrutural, conduziam a análise prototípica. Em relação aos objetos de estudo em memória e representação social, notamos também uma predileção entre os pesquisadores brasileiros com o estudo de dinâmicas grupais específicas, isto é, a análise dos fenômenos representacionais e memoriais em um contexto grupal delimitado, não havendo obrigatoriamente um interesse pela comparação entre grupos distintos.

Os artigos analisados evidenciaram, no quadro nacional, a consolidação de um campo de estudo fértil e multidisciplinar, ao mesmo tempo com que demonstraram algumas tendências entre os pesquisadores, abrindo possibilidades para que novos pontos teórico-práticos possam ser propostos em futuras pesquisas. Dessa forma, a partir dos resultados evidenciados na pesquisa bibliográfica discutida, a presente dissertação está estruturada e organizada. Nesse sentido, busca-se levantar uma nova alternativa para o estudo das articulações entre memória e representações sociais. Esta proposta está calcada em três dimensões teóricas principais que este trabalho procura realizar:

- 1) Propõe-se analisar as aproximações entre memória histórica e representação social a partir de uma ótica macrossocial⁴, isto é, a análise dos fenômenos representacionais e memoriais não será discutida a partir de um único grupo social ou de um único acontecimento histórico. Assim, buscamos investigar as memórias históricas de grandes eventos brasileiros por diferentes grupos sociais.
- 2) Como forma de articular ambos os conceitos, irá ser utilizada a abordagem societal das representações sociais proposta por Willem Doise e colaboradores.

³ Dentre os artigos analisados, 3 apresentaram a abordagem estrutural das representações sociais como vinculação teórica. Dois estudos se autoenquadraram enquanto pertencentes à abordagem culturalista. Os cinco restantes não apresentaram uma abordagem específica em representações sociais. Não foram evidenciados artigos que utilizavam abordagem societal ou dialógica das representações sociais.

⁴ Ao argumentar que o presente trabalho opta por uma ótica macrossocial, não se está excluindo a perspectiva psicossocial que circunscreve esta discussão. A premissa base deste trabalho seria analisar os processos psicossociais envolvidos na construção da memória de eventos históricos brasileiros por diferentes grupos.

- 3) A discussão sobre ancoragem como forma de articular memória e representação será contextualizada a partir da Abordagem Societal e dos pressupostos teóricos da Escola de Genebra.

No intuito de atingir as dimensões mencionadas, o presente trabalho seguirá uma organização específica. O segundo capítulo busca promover uma reflexão sobre as especificidades da memória histórica brasileira, apresentando algumas considerações acerca do passado histórico nacional e sua importância no debate político-social contemporâneo.

O terceiro capítulo contará com um breve histórico dos estudos em Memória Social. Para isso, trabalharemos a partir dos textos clássicos de Maurice Halbwachs e Frederic Bartlett. Por fim, será realizada uma discussão sobre a perspectiva psicossocial da memória histórica, desenvolvida pelo Prof. Celso Pereira de Sá.

O quarto capítulo possui como objetivo apresentar as principais articulações teóricas entre as representações sociais e memória. Assim, inicialmente iremos realizar uma breve discussão sobre a Teoria das Representações Sociais e seus desdobramentos na abordagem Societal. Em seguida, será discutido as principais aproximações teóricas entre os dois conceitos. O quinto e sexto capítulo visam apresentar os objetivos da dissertação e metodologia proposta, respectivamente.

O sétimo e oitavo capítulo correspondem aos dois estudos realizados e à discussão dos resultados. O primeiro estudo visou à investigação e identificação dos acontecimentos históricos brasileiros marcantes. O segundo estudo busca analisar os dissensos e consensos memoriais acerca dos acontecimentos históricos brasileiros entre diferentes grupos sociais.

Em um último momento, será apresentada as considerações finais, ressaltando as possibilidades e limites da presente dissertação. Aliado a isso serão apresentadas pistas futuras para próximas investigações.

2 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ESPECIFICIDADES E VICISSITUDES DO PASSADO NACIONAL

A construção da realidade social perpassa necessariamente dinâmicas cronológicas e historiográficas. A partir do encontro com os diversos objetos na vida social, as experiências no presente são inseridas em um contexto prévio na busca de afirmar seu *status* familiar e garantir sua funcionalidade (Connerton, 1993). A experiência individual no presente depende, em grande parte, do conhecimento acumulado acerca do passado, assim como da capacidade de se conectar com eventos e objetos anteriores. Assim, aquilo experienciado no passado atua como guia para os conhecimentos e práticas que circunscrevem as relações sociais cotidianas, justificando condutas e reafirmando identidades específicas. Contudo, além de influenciar as dinâmicas atuais, o passado também se renova a partir de contextos e interesses do tempo presente. Neste sentido, a história é reconstruída e mantida a partir das conjunturas socioculturais e das inclinações que permeiam os diferentes grupos sociais (Liu; Hilton, 2005).

Dessa forma, as dinâmicas grupais reestruturam a história a partir de quadros de interesse e padrões identitários específicos. O passado coletivo se torna um recurso pelo qual grupos sociais dão sentido ao mundo externo que os cerca, bem como propõe novos ideais de futuro (Saint-Laurent; Obradović, 2019). O entendimento do tempo, nesta perspectiva, está relacionado não apenas a uma dinâmica linear, mas sim cíclica, na medida em que conhecimentos acerca do passado coexistem no presente e permeiam a esfera pública, mobilizando conhecimentos e crenças cotidianas. Esta discussão recai na articulação entre história e pensamento social uma vez que no intuito de construir uma realidade compartilhada no presente, os indivíduos pertencentes a determinado grupo se utilizam de conhecimentos oriundos do tempo passado, revelando momentos históricos distintos e mesclando dimensões múltiplas de tempo (Jovchelovitch, 2012).

Neste cenário, os conhecimentos compartilhados acerca do passado coletivo criam a história dos povos, elaborando narrativas acerca da formação das comunidades e demarcando os marcos temporais comuns de cada grupo ou nação. Além de construir a história das comunidades, a criação de um passado coletivo está baseada em costumes, normas e regras que refletem as conjunturas socioculturais dos grupos. Neste processo de construção do passado social, os acontecimentos históricos são lembrados e interpretados pelos grupos de diferentes maneiras. A partir desta perspectiva, como afirmado por Liu e Hilton (2005), os eventos históricos fornecem uma base concreta de personagens e eventos que, articuladas a um relato organizado e coerente, auxiliam na construção de narrativas que incorporam a experiência

coletiva e as identidades grupais. A história seria, então, objeto que circunda as diferentes comunidades, acarretando compreensões distintas de um mesmo acontecimento.

A diversidade de narrativas acerca de um mesmo acontecimento histórico revela disputas acerca da veracidade do passado coletivo, bem como aponta para conflitos intergrupais acerca da hegemonia do relato histórico. De acordo com Jovchelovitch (2012), a coexistência de entendimentos historiográficos distintos demonstra a capacidade do passado social em mobilizar grupos, identidades e campos simbólicos distintos. Segundo a autora, as comunidades reelaboram a história por meio de processos psicossociais, a exemplo das relações intergrupais, identidades e coesão social. Estes entendimentos distintos acerca dos acontecimentos históricos denotam saberes e valores específicos vinculados a diferentes grupos sociais. Neste ponto, o conjunto de crenças que ancoram a compreensão de eventos históricos está relacionado diretamente às conjunturas socioculturais de determinada sociedade. Assim, a compreensão do passado social e os valores a ele vinculados estão circunscritos em um sistema de crenças socialmente compartilhadas de dado país.

Jodelet e Haas (2019) demonstram que compreender o passado histórico de determinada nação, por vezes, mostra-se como uma tarefa complexa, devido à presença de eventos históricos singulares e dinâmicas sociais específicas. Dessa forma, torna-se pertinente contextualizar e materializar a discussão acerca de como o passado histórico é reconstruído a partir de uma conjuntura social delimitada. Nesta perspectiva, no cenário brasileiro, evidencia-se um terreno particular no que concerne aos acontecimentos históricos e às relações dos grupos sociais com a historiografia nacional. Ademais, o contexto político-social suscita discussões voltadas à importância de se analisar as repercussões dos eventos históricos na sociedade brasileira contemporânea. Nesse sentido, toma-se como foco os acontecimentos históricos brasileiros, buscando investigar os processos envolvidos na construção do passado nacional, bem como os diferentes enredos elaborados acerca desses eventos históricos. Na tentativa de aprofundar acerca das especificidades que circunscrevem o passado histórico brasileiro, cabe discutir alguns pontos que caracterizam a historiografia nacional e as implicações desta configuração histórica específica nas dinâmicas psicossociais que envolvem a sociedade brasileira contemporânea.

2.1 A PARTICULARIDADE DA VIOLÊNCIA BRASILEIRA E O SILENCIAMENTO CIRCUNSCRITO

Sendo um país de dimensões continentais, a história do Brasil está articulada de maneira singular em contraste com o restante dos países latino-americanos. Configurado como o país

que mais recebeu africanos escravizados em números brutos, bem como sua consolidação como a única monarquia na América Latina após a Independência, o Brasil possui uma relação com sua história baseada no autoritarismo e oligarquismo (Schwarcz, 2019). Estas dinâmicas são reveladoras de contextos déspotas e desembocam em ciclos de violência e abusos presentes na historiografia brasileira. Como pensado por Schwarcz e Starling (2015), as bases escravocratas e coloniais do Brasil apontam para a construção de um país baseado no patrimonialismo e na violência como uma das marcas centrais de sua formação. Esta violência não se limita ao período colonial, estendendo por cinco séculos e se tornando costume da norma brasileira (Souza, 2021). As dinâmicas repressoras e de cerceamento, perpetuadas na historiografia brasileira, são evidenciadas desde o extermínio de populações indígenas originárias e africanas durante a colonização do país, eventos responsáveis por delimitar e sedimentar as bases da sociedade brasileira, como também até o próprio período de ditadura militar inserido no século XX (Schwarcz; Starling, 2015). Estes cenários de abusos estão relacionados a um padrão de continuidade, na medida em que o passado violento se perpetua no presente a partir de diferentes instâncias coercitivas.

Todavia, a discussão acerca do passado violento brasileiro apresenta particularidades que necessitam de um maior aprofundamento. Dessa forma, convém admitir a necessidade de ir além nas considerações acerca da violência que circunscreve a historiografia brasileira. Nesse sentido, a simples menção a acontecimentos violentos, no decorrer de sua historiografia, não necessariamente implica em uma especificidade do passado histórico brasileiro. Em outras palavras, a listagem de momentos de violência no decorrer da história brasileira não traduz as especificidades do passado nacional, na medida em que, de forma geral, este fenômeno é compartilhado pela vasta maioria das sociedades humanas (Chauí, 2000).

A mera discussão acerca da violência que permeia os acontecimentos históricos brasileiros pode dificultar a análise dos processos psicossociais envolvidos na reconstrução da história nacional. Dessa forma, torna-se necessário aprofundar conjuntamente a discussão sobre o caráter violento da historiografia brasileira, as implicações desses processos na sociedade brasileira contemporânea e a maneira com que esses acontecimentos reafirmam condutas específicas frente ao passado coletivo, demarcando as dinâmicas singulares que são produzidas a partir destes cenários de conflitos e abusos. Assim, pode-se pensar nas tipicidades da violência, que permeiam a história nacional e as repercussões desses processos nas relações sociais cotidianas e na construção do passado coletivo brasileiro.

Em um primeiro momento, cabe circunscrever a violência evidenciada na historiografia nacional, a partir de suas repercussões na formação da sociedade brasileira. Como bem salienta

Schwarcz (2019), o contexto escravista brasileiro delimitou uma proposta de sociedade em que as hierarquias de mando eram compreendidas enquanto naturais, uma vez que a discriminação racial se consolidou enquanto um padrão comum por cerca de três séculos.

O uso da mão de obra forçada, aliado a perseguição e vigilância constante, sedimentou um tipo de sociedade específica. A escravidão, dessa forma, não representou meramente um modelo econômico, mas também foi responsável por influenciar práticas, delimitar desigualdades sociais e perpetuar exclusões sociais a partir de critérios de raça (Schwarcz, 2019).

Nesse contexto, a promulgação da Lei Áurea e a consequente abolição da escravatura, não visou à integração das populações recém-libertas à vida social. Buscou-se, em contraste, consolidar uma nova mão de obra no país, marcada por imigrantes europeus, na tentativa de embranquecer a sociedade brasileira. Como bem argumentado por Gomes (2022), o cenário pós-abolição foi marcado pela tentativa de apagamento na arena pública dos aspectos que poderiam fazer menção ao período escravagista no Brasil.

Dessa forma, a premissa abolicionista estava baseada na tentativa de uma suposta sucessão para uma nova ordem social, abandonando todos os aspectos que poderiam remeter a um passado brutal e racialmente segmentado. Nesta questão, Gomes (2022) argumenta que este apagamento, oriundo do período abolicionista, reflete nas conjunturas contemporâneas nacionais. Ademais, essa iniciativa reflete uma tentativa particular no que concerne ao passado histórico nacional, uma vez que se indaga se realmente haveria possibilidade de apagar as marcas de um evento que, por mais de três séculos, definiu as relações sociais entre os indivíduos, bem como promoveu compreensões específicas em relação ao passado coletivo e ideários de nação.

Retomando a argumentação inicial, o caráter violento não seria especificidade da historiografia brasileira, mas sim o que se decide fazer após o término desse evento violento. Nesse sentido, o que se evidencia não seria necessariamente um apagamento da violência do passado histórico, mas sim um silenciamento, entre alguns grupos sociais na esfera pública, acerca das repercussões desse passado na delimitação da sociedade brasileira contemporânea. Nesta perspectiva, há um silenciamento acerca dos impactos desses processos históricos na própria formação de um pensamento social brasileiro acerca desses acontecimentos. O que se evidencia no caso da herança escravocrata é um afastamento do passado, uma vez que se busca

promover um seguimento a uma nova ordem social, deixando para trás as consequências e impactos desse evento basilar da sociedade brasileira⁵.

Ao colocar como subjacentes os processos históricos resultantes da escravidão, a relação dos grupos com a história se torna mais flexível e a compreensão das maneiras com que este acontecimento impactou a formação do país se torna secundária. A partir desta perspectiva, Candau (2019) argumenta que o silenciamento se relaciona ao esconder, isto é, destruir e afastar a veracidade dos acontecimentos.

Segundo Candau (2019), o apagamento busca impedir que ideias e narrativas circulem e se afirmem na arena pública, limitando-as para o subterrâneo. A relação com o passado, dessa forma, mostra-se particular no contexto nacional a partir de movimentos de maior ou menor silenciamento entre grupos sociais específicos acerca dos efeitos desses acontecimentos históricos na sociedade brasileira, e não somente pela mera presença de eventos violentos ou abusos na historiografia nacional.

A tentativa de apagamento do passado histórico violento, em algumas esferas da sociedade brasileira, pode ser observada em outros contextos e não somente em relação à escravidão. Em dinâmicas mais recentes, evidencia-se a dificuldade de processamento de políticas públicas inseridas no campo da justiça de transição no contexto brasileiro contemporâneo⁶ (Bernardi; Teles; Schallenmüller, 2021). Paralelamente a tentativa de um apagamento das repercussões do período ditatorial no Brasil, evidencia-se em contraste um largo movimento fomentado por familiares de perseguidos políticos, entidades políticas e membros da sociedade civil, que atuam no intuito de continuar as discussões sobre este passado histórico nacional (Gianordoli-Nascimento *et al.*, 2012).

Esses movimentos de silenciamento e comunicação refletem as dinâmicas que permeiam a esfera pública nacional no que concerne ao passado histórico, na medida em que diferentes grupos sociais colocam para frente o ideário do que teria ocorrido entre a história

⁵ Nesta questão, torna-se de grande importância ressaltar que este silenciamento não seria uniforme e não toca a sociedade brasileira na sua integralidade, uma vez que existe uma vasta gama de produções por historiadores e movimentos sociais, que discorrem acerca das repercussões desses acontecimentos violentos na formação da sociedade brasileira. Neste caso, evidenciamos um silenciamento circunscrito e não totalizante. O que está se discutindo é o silenciamento dentre alguns grupos na arena pública brasileira e suas implicações nas relações entre os indivíduos e grupos sociais.

⁶ Discutindo acerca das políticas de reparação, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), institucionalizada entre os anos de 2011 e 2014, representa um dos marcos da tentativa de implantação de um projeto político-social acerca do passado histórico brasileiro. Impulsionada em grande parte pelos esforços de familiares de desaparecidos políticos e movimentos sociais, a CNV objetivou investigar os crimes e violações de direitos humanos ocorridos no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

brasileira. Assim, no caso brasileiro, a violência não seria a característica que diferencia o passado nacional do restante dos outros países.

As maneiras com que esta violência é referenciada, bem como os processos de apagamento e comunicação que permeiam os diferentes grupos sociais na esfera pública nacional, poderiam ser enquadrados como uma especificidade da maneira com que o passado histórico nacional é diferente dos demais. Assim, a especificidade do passado brasileiro não seria a violência somente, mas sim a maneira com que os diferentes grupos sociais que permeiam a arena pública reelaboram este passado violento após a sucessão do acontecimento. O silenciamento circunscrito em algumas esferas da vida social brasileira, por vezes, relaciona-se com o intuito de grupos específicos, para que o passado social não seja revisitado e com isso evitar que novas questões sobre os impactos desses acontecimentos sejam propostas. Este cenário desemboca, em certa medida, no modo com que os grupos sociais aderem a narrativas hegemônicas e compartilhadas a nível nacional.

2.2 RELAÇÃO COM O ESTADO E HISTÓRIA OFICIAL

A elaboração acerca do passado histórico percorre instâncias de diferentes áreas da vida social, entre elas as dinâmicas estatais. O Estado possui uma função central na manutenção e disseminação de narrativas históricas acerca do passado coletivo, mobilizando identidades nacionais e construindo bases compartilhadas entre os membros de uma mesma nação. Neste contexto, as instituições estatais se destacam a partir de sua capacidade de criar vínculos entre identidade e história nacional.

Seguindo a linha argumentativa proposta por Wertsch (2002), evidencia-se que os Estados Modernos se diferenciam a partir do nível de recursos e autoridade que possuem quando criam um passado utilizável para vários indivíduos, restringindo esforços competitivos de outras narrativas históricas. Conforme discutido pelo autor, as essências que supostamente circunscrevem uma nação são, por vezes, mais imaginadas ou inventadas do que reais. Nessa perspectiva, as nações não são formações naturais ou espontâneas, na realidade, elas seriam comunidades imaginadas e teriam um grande esforço e vigilância para sua manutenção e permanência. Assim, a ideia de nação, e conseqüentemente de uma história nacional comum, são criadas a partir da força de instâncias da vida social, mais especificamente, oriundas da produção do Estado.

Entre os recursos utilizados pelo Estado para a manutenção de uma história oficial acerca do passado coletivo, os dispositivos educacionais se mostram como um dos principais instrumentos responsáveis por atingir tais objetivos. Segundo Wertsch (2002) o controle do

passado coletivo pelo Estado perpassa diferentes instâncias, tais como educação formal obrigatória, exames em história, além de instituições do Estado como museus, mídias e organizações comemorativas. O Estado, por meio de diferentes recursos oriundos do campo educacional, transmite e mantém uma história oficial e uniforme que é recebida por diferentes grupos sociais, formando identidades nacionais e auxiliando na criação de uma história compartilhada da nação. Nas palavras de Wertsch (2002):

Os estados modernos diferem de muitos outros coletivos na importância que atribuem às suposições sobre características naturais, ou essenciais, que unem seus membros. Tais suposições são frequentemente amplamente compartilhadas e fortemente defendidas pelos membros de um estado-nação. Uma língua, história, religião, composição genética ou alguma outra característica comum tem sido proposta de várias maneiras como a essência que une as pessoas em uma comunidade nacional natural. As afirmações sobre esses assuntos são frequentemente acompanhadas por afirmações sobre a pureza da essência e, portanto, do grupo, e sobre quão antigos são essa essência e o grupo (Wertsch, 2002, p. 68, tradução nossa⁷).

As discussões acerca das dinâmicas estatais envolvidas na consolidação de uma história oficial desembocam na atuação dos estados-nações contemporâneos. No contexto francês, Gensburger (2015) discute acerca dos impactos da criação de um museu dedicado à história nacional francesa denominado *Maison de l'histoire de France*, a partir de decisões oriundas do Presidente da República francesa e do Ministério da Cultura, e suas repercussões no ensino da história nacional na França. Em um cenário similar, Kalampalikis (2020) ao analisar os conflitos entre a Grécia e a recém-fundada República da Macedónia, discorre sobre a importância dos relatos históricos comuns promovidos por instâncias estatais no enraizamento de uma identidade nacional grega, bem como a influência dos processos de nomeação em embates acerca de uma história original e da delimitação de fronteiras geográficas. Assim, a forte presença do Estado na elaboração de narrativas históricas oficiais resulta na consolidação de uma identidade de nação e compartilhamento de uma origem comum.

Esses processos são evidenciados especialmente em contextos europeus e norte-americanos, demonstrando a manutenção de certos relatos históricos seculares que atuam como base para a permanência de identidades nacionais e disseminação de valores sociais por meio de instâncias educacionais. Dessa forma, diferentes grupos sociais aderem a uma mesma

⁷ No original: “*Modern states differ from many other collectives in the importance they attach to assumptions about natural characteristics, or essences, that bind their members together. Such assumptions are often widely shared and strongly defended by the members of a nation-state. A common language, history, religion, genetic make-up, or some other characteristic has been variously proposed as the essence that binds people together into a natural national community. Claims about these matters are often accompanied by assertions about the purity of the essence, and hence the group, and about how ancient this essence and group are*”.

história comum a partir da conservação de certas narrativas históricas hegemônicas, além de ideais de nação semelhantes.

Adentrando neste debate acerca da relação entre instâncias estatais e história oficial, nota-se que o contexto brasileiro não necessariamente segue os mesmos padrões evidenciados em outros países no que concerne a uma narrativa histórica oficial promovida pelo Estado. Em primeiro plano, a própria relação entre Estado e grupos sociais no cenário brasileiro se configura de maneira distinta dos demais países. Conforme pensado por Wertsch (2002), o entendimento histórico possui um papel na formação das identidades nacionais e na lealdade estatal, mas pode variar de acordo com o contexto sociocultural. Nesse sentido, a maneira com que os grupos sociais se relacionam com o Estado, na dinâmica nacional, promove diferentes compreensões frente ao passado histórico.

No cenário brasileiro, esta relação segue padrões distintos, uma vez que a atuação das instâncias estatais é mais dissipada na vida social nacional. De acordo com Wertsch (2002), a forte presença do Estado na vida cotidiana da nação mobiliza condutas e valores específicos acerca da historiografia nacional, auxiliando na criação de um vínculo comum entre os membros de determinado país. Esta presença delimitada pelo Estado permeia um forte interesse em aspectos voltados à exaltação da historiografia em sua totalidade e acentuação de características específicas que diferem a nação dos demais países, ancorado em um suposto passado mítico de origem secular. Contudo, o Estado brasileiro não necessariamente possui este padrão de interesses.

Devido a uma maior disposição geográfica quando comparada aos países europeus, como também os próprios movimentos de apagamento e silenciamento entre alguns núcleos da esfera pública brasileira, as bases compartilhadas entre os grupos e o Estado se tornam mais subjacentes, ocasionando em uma maior dificuldade na elaboração de uma narrativa histórica oficial comum, que seja totalmente aceita por diferentes membros da nação⁸. Com isso, não necessariamente existiria um relato oficial oriundo do Estado, que seria absorvido pelos diferentes grupos na sociedade brasileira.

Ademais, a relação do Brasil com a educação formal está configurada de maneira particular. Retomando a argumentação de Wertsch (2002), de que os processos educacionais são essenciais para a consolidação de uma história oficial dos acontecimentos, nota-se que o

⁸ A dificuldade de implementação de uma narrativa histórica oficial não necessariamente significa que alguns relatos históricos não sejam compartilhados em um nível maior dentre os diferentes grupos na sociedade brasileira. Nesse caso, pode existir uma narrativa histórica hegemônica, mas não totalizante, isto é, o relato histórico consegue ser compartilhado enfaticamente, contudo não domina a esfera pública de forma geral.

acesso a essa história oficial não ocorre de maneira uniforme no cenário brasileiro. Diferentemente de realidades europeias ou norte-americanas, o acesso à educação formal no Brasil não está disponível para todos os membros da nação.

No contexto nacional, apenas alguns grupos e parcelas da sociedade conseguem ingressar nesses espaços. Com isso, a exposição a uma narrativa oficial do Estado se torna menor e o compartilhamento desses relatos hegemônicos, oriundo das instâncias estatais, torna-se mais superficial entre os indivíduos. Em outras palavras, o senso comum brasileiro não está obrigatoriamente ancorado na história oficial apresentada pelos livros escolares e consequentemente pelo Estado. Alguns grupos sociais podem possuir uma maior aproximação com estas narrativas oficiais devido a suas inserções em contextos educacionais formais, contudo esta aderência não seria uniforme na sociedade brasileira em sua totalidade.

Efetivamente, a realidade brasileira demonstra que os grupos sociais se utilizam de diferentes relatos históricos a depender de suas identidades e sistemas de crença. Nesse sentido, não existiria uma única narrativa oficial oriunda do Estado acerca dos acontecimentos históricos, que seria disseminada entre os diferentes grupos sociais da nação visando à construção de uma identidade nacional compartilhada, como se pode perceber em países onde o sistema educacional formal atinge a grande maioria da população.

A educação formal no contexto brasileiro apresenta um dos relatos possíveis acerca do passado nacional; contudo, este não é compartilhado de maneira ampla e uniforme pelos diferentes indivíduos e inserções sociais. Dessa forma, percebe-se que as reflexões e discussões teóricas acerca do papel do Estado na consolidação de uma história oficial não podem ser traduzidas completamente para a realidade brasileira. As peculiaridades da relação do Estado brasileiro com os grupos sociais resultam em diferentes histórias que permeiam a arena pública nacional. Aliado a isso, os processos educacionais distintos que circunscrevem a realidade brasileira demonstram diferentes meios pelos quais o passado histórico é apreendido e incorporado. Assim, as dinâmicas contemporâneas brasileiras apontam para características específicas frente ao passado histórico nacional.

2.3 CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: DISPUTAS INTERGRUPAIS NA ELABORAÇÃO DO PASSADO COLETIVO

As conjunturas contemporâneas nacionais revelam dinâmicas intergrupais específicas que circunscrevem a vida social brasileira. As disposições dos grupos na arena pública, bem como a maneira como estes se relacionam entre si, estão imbricadas em um tecido social marcado por um alto grau de polarização. A polarização social, característica não somente da

realidade nacional, constrói os modos com que os grupos sociais atualmente se relacionam no Brasil. Compreendendo a polarização enquanto um fenômeno psicossocial, Arruda (2022) argumenta acerca de quatro recursos utilizados por este processo nas relações sociais cotidianas: estratégias discursivas, marcada pela retórica e produção de narrativas, o manejo de afetos, vinculado à construção de heróis salvadores e bodes expiatórios e, por fim, aspectos comportamentais baseados no isolamento simbólico e na exacerbação da comunicação entre os semelhantes.

Dessa forma, o que se evidencia nas dinâmicas envolvendo a polarização social seria um processo de afastamento entre os grupos e a solidificação de um senso intergrupar forte que diferencia e salienta as características dissonantes dos demais grupos. Este padrão é resultante, entre outros fatores, de conflitos entre valores e sistemas de crença distintos. O outro seria categorizado enquanto contrastante, ou seja, aquele que representa a diferença e que consequentemente deve ser colocado à distância.

A alteridade se torna mais saliente ao mesmo tempo em que a divisão entre aquilo familiar e desconhecido se materializa de maneira enfática nas relações entre os grupos. Em uma discussão similar, Lozada (2004) argumenta que a polarização social envolve uma diminuição do campo perceptivo, gerando uma visão desfavorável e estereotipada de "nós" e "eles". Segundo a autora, este processo demonstra também um forte envolvimento afetivo dos indivíduos pertencentes aos grupos, uma vez que a polarização promove movimentos de aceitação e rejeição totalizantes, resultantes de posições rígidas que surgem em detrimento de diálogos e debates abertos. Ao mesmo tempo, a autora aponta para a colaboração e solidariedade entre os membros do grupo. Assim, paralelamente a uma tentativa de separação e afastamento de determinadas conjunturas grupais, o indivíduo busca suporte e apoio nas dinâmicas intergrupais conhecidas, solidificando o pertencimento às bases e valores compartilhados e demarcando a diferenciação frente a outras instâncias grupais (Tajfel; Turner, 1979).

A polarização social se materializa na arena pública brasileira a partir de diferentes instâncias, entre elas, por meio de entendimentos frente ao passado histórico nacional. O contexto de polarização social presente na conjuntura social brasileira contemporânea revela diferenciações de valores e crenças compartilhadas, como também interesses grupais distintos. Esses interesses distintos recaem, entre outros fatores, na consolidação de um passado histórico específico, que permita justificar as condutas e práticas dos grupos no presente.

No cenário de polarização, as oposições oriundas dos conflitos políticos demonstram compreensões distintas frente à historiografia brasileira e revelam as maneiras como o passado

nacional pode ser reestruturado e disseminado pelos diferentes grupos sociais na arena pública. Conforme discutido por Dantas e Ansara (2020), o cenário de polarização social, acompanhado por um enfraquecimento das instituições democráticas no Brasil, ocasionou a propagação de discursos que visam introduzir uma visão ideologizante acerca do passado histórico nacional. Este passado ideologizante atuou como mobilizador de valores e condutas grupais singulares, auxiliando na delimitação de uma dinâmica historiográfica específica.

O passado histórico se torna objeto de confronto na esfera pública brasileira, acarretando em diferentes narrativas que se chocam na busca pela fidedignidade do relato histórico. Dessa forma, a vinculação a uma dinâmica grupal específica salienta os aspectos centrais que o diferenciam dos demais grupos. Neste cenário, o passado histórico construído se configura como um dos recursos responsáveis por essa diferenciação grupal.

A polarização social evidenciada na atualidade brasileira, por vezes, dificulta a compreensão das bases compartilhadas e comuns, que ainda se sustentam acerca do passado nacional. As diferentes compreensões acerca do passado social demonstram, não apenas as dinâmicas intergrupais distintas que coexistem na arena pública brasileira, mas também revelam projetos de sociedade distintos.

O cenário de polarização social possui implicações, em certa medida, na relação da sociedade brasileira contemporânea com os mitos fundadores nacionais. Como avaliado por Schwarz e Starling (2015), na tentativa de construir um passado notório pós-independência, o Brasil buscou sedimentar ideários que fossem ao encontro com o imaginário de país que se buscava consolidar no exterior: desenvolvido, multicultural e pacífico. Circunscrito nessa tentativa de compreender a história brasileira a partir de lentes sociais específicas, o mito da democracia racial⁹ simbolizou o ideário de país e sociedade que se buscava propagar. A lenda da fundação do país a partir das três raças (branca, negra e indígena) marcou o desejo do Brasil em se projetar como a nação da harmonia racial (Schwarcz, 2019). Assim, o Brasil seria o berço da igualdade entre as raças fundadoras e o povo brasileiro a personificação desses ideários de pluralidade.

Neste contexto, os argumentos acerca da cordialidade como marca definidora da sociedade brasileira também auxiliaram na construção de uma imagem específica sobre o passado histórico brasileiro. Esses mitos fundadores brasileiros, para além de naturalizar

⁹ De acordo com Schwartz (2019), o termo democracia racial é creditado ao antropólogo Arthur Ramos (1903-1949). Contudo, seria a partir de Gilberto Freyre, sobretudo em seu livro *Casa Grande & Senzala*, que a expressão teria sido consolidada e difundida. Circunscrito no contexto pós Segunda Guerra Mundial, a tese de Freyre recebeu grande prestígio mundial ao demonstrar a ideia de uma suposta harmonia racial no contexto brasileiro.

problemáticas sociais presentes na história do país, consolidaram ideias acerca do que caracterizaria o âmago do povo brasileiro.

Como pensado por Candau (2019), os mitos fundadores e acontecimentos de origem favorecem a estruturação de uma história singular e consolidam as identidades nacionais. Todavia, o contexto de polarização social evidenciado no cenário brasileiro contemporâneo revela a ausência de um mito fundador que promova a unificação dos grupos sociais a partir de um ideário comum de nação. Ademais, o próprio mito fundador brasileiro referente à suposta harmonia entre os povos enfraqueceu na contemporaneidade, uma vez que se evidencia um alto grau de animosidade e ressentimento entre os diferentes grupos nacionais na esfera pública atual¹⁰.

Dessa forma, o mito fundador, responsável por auxiliar na construção de um pensamento comum entre os membros da nação, encontra-se diluído no tecido social brasileiro, ocasionando um maior afastamento dos grupos sociais e certo desmembramento das identidades nacionais. Esta relação com o mito fundador brasileiro revela os cenários de oposição e vicissitudes que atualmente constroem as relações sociais contemporâneas acerca da história nacional.

No contexto brasileiro, o passado mítico, que ultrapassa as distintas inserções sociais dos membros da nação, não possuiria um suporte a nível societal capaz de sustentar um entendimento comum de Brasil enquanto nação. Assim, este processo promove uma maior solidificação de identidades grupais específicas em detrimento de uma identidade nacional comum entre os indivíduos¹¹.

O compartilhamento de um mito fundador auxilia no funcionamento da vida em sociedade através do pertencimento a uma ordem maior, voltada ao ideário de país ou nação. Dessa forma, no cenário brasileiro contemporâneo, a ausência de um mito fundador reverbera em diferentes questionamentos que permeiam a arena pública sobre o que foi o passado

¹⁰ Isto não significa afirmar necessariamente que os mitos fundadores não possuem influência na construção da realidade contemporânea brasileira. Conforme argumentado por Jovchelovitch (2012), os mitos fundadores circunscrevem e permeiam o pensamento brasileiro contemporâneo. Assim, os mitos nacionais brasileiros podem permanecer vigentes para além de dinâmicas racionais. Neste caso, em algumas esferas da sociedade, o mito se torna parte da historiografia e se solidifica como elemento dentro a cultura, promovendo o compartilhamento de narrativas históricas que refletem essas lendas. Assim, determinados acontecimentos históricos podem ser interpretados a partir de lentes sociais específicas, com o intuito de preservar determinada paz social e objetivando a continuidade de narrativas históricas que permeiam e organizam o pensamento social.

¹¹ A noção de uma identidade nacional comum entre os integrantes do país não está enquadrada em um compartilhamento uniforme e totalizante para todos os indivíduos membros da nação. Como bem salienta Cabecinhas, Lima e Chaves (2006), a construção de identidades nacionais perpassa dinâmicas ativas de reestruturação e negociação e não seriam oriundos de processos hegemônicos somente.

histórico nacional e para onde a sociedade brasileira caminha enquanto nação. Neste contexto, conforme pensado por Liu e Hilton (2005), a história fornece narrativas que dizem respeito acerca de quem somos, de onde viemos e para onde iremos. Analisar os acontecimentos passados revela como a história vem sendo compreendida e elaborada nas diferentes instâncias da vida coletiva.

Como argumentado por Jovchelovitch (2012), a dificuldade de compreender as repercussões dos eventos históricos brasileiros desemboca na esfera pública, exemplificada a partir da falha na resolução de problemas econômicos e sociais, como também a decepção crescente com as instituições, permeadas pela marca da corrupção e ineficiência. Simultaneamente, em que se evidencia entendimentos específicos em relação ao passado histórico nacional, nota-se disputas narrativas acerca da veracidade e hegemonia de determinados relatos históricos, no cenário brasileiro contemporâneo. A partir disso, a análise da memória histórica de acontecimentos passados revela um terreno fértil para a compreensão das dinâmicas intergrupais que estão imbricadas na construção do passado nacional.

A memória histórica revela as dinâmicas do pensamento social dos grupos, demonstrando os sistemas de crença e valores, que ancoram os entendimentos acerca da história nacional (Sá, 2012). Assim, a investigação acerca da memória histórica de grandes eventos brasileiros auxilia na compreensão dos fundamentos culturais e simbólicos que estruturam a lembrança do passado social, como também a maneira com que esses conhecimentos são materializados a partir de diferentes pertencas grupais.

Ademais, o estudo da memória histórica permite avaliar como vêm sendo construídos os processos de lembrar e esquecimento na sociedade brasileira e quais eventos possuem uma maior rememoração e indiferença frente às circunstâncias evidenciadas no contexto de polarização atual.

Este contexto convoca as Ciências Humanas, e mais especificamente a Psicologia Social, a pensar nos processos que permeiam a construção da memória histórica na sociedade brasileira contemporânea, compreendendo as dinâmicas psicossociais que atuam na elaboração do passado nacional e a influência mútua entre as instâncias individuais e sociais na elaboração de conhecimentos acerca dos eventos históricos.

A partir das considerações e contribuições oriundas da psicologia social, cabe analisar as maneiras com que os processos de lembrar e esquecimento são estruturados no cenário brasileiro atual, bem como a influência que o contexto de polarização política e social em que o país está inserido atualmente pode proporcionar aos dispositivos mnemônicas. No intuito de

atingir tais premissas, em um primeiro momento, torna-se necessário discorrer acerca dos pressupostos e postulados teóricos em rememoração na Psicologia Social.

3 O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS EM REMEMORAÇÃO

Em seu texto acerca das bases culturais da memória, Wagoner (2012a) inicia sua discussão com duas citações: uma de Platão e outra de Frederic Bartlett. Segundo o autor, as duas frases demonstram entendimentos distintos no que concerne ao processo de rememoração: a primeira compreende a memória como armazenamento espacial de impressões sensoriais, à medida que a seguinte está relacionada a uma atividade construída, circunscrita socialmente, envolvendo imaginação, sentimentos, e uma síntese de experiências passadas. Seguindo a primeira linha argumentativa proposta por Platão, a memória seria compreendida enquanto uma forma de inscrição. A compreensão dos fenômenos memoriais por meio do viés da inscrição reverberou, não apenas em seu período histórico, influenciando as discussões e estudos subsequentes no âmbito da rememoração.

No que concerne às maneiras com que a memória é compreendida, seria simplista argumentar que as metáforas de armazenamento e inscrição seriam falsas, na medida em que cada uma revela algo sobre o fenômeno (Wagoner, 2012a). Contudo, cabe avaliar que as metáforas salientam determinados aspectos e ocultam outros. Nesse caso, a compreensão da memória como uma atividade mediada coletivamente e de natureza sociocultural estariam escondidas. Dessa forma, torna-se relevante promover novas maneiras de compreender a memória a partir de metáforas alternativas.

Nas últimas décadas, uma nova renovação e interesse acerca do estudo da memória foi evidenciada nas ciências humanas, particularmente na Sociologia, História e Psicologia Social (Sá, 2005). Esta reiteração perpassa um distanciamento das discussões de cunho individual e meramente psicológico para o aprofundamento das condições materiais e sociais envolvidas na reconstrução do passado.

Apesar das diferenciações conceituais e epistemológicas de cada disciplina, a volta ao estudo das dinâmicas sociais da memória perpassa necessariamente dois aspectos centrais: a perspectiva sociológica de Maurice Halbwachs e as contribuições de cunho psicossocial de Frederic Bartlett (Sá, 2015). Estes autores pioneiros atuaram como figuras-centrais no desenvolvimento de uma nova alternativa aos estudos da memória, colocando em destaque as bases coletivas e culturais que influenciam as dinâmicas do lembrar e do esquecimento.

No âmbito da Psicologia, a retomada das contribuições de Halbwachs e Bartlett está configurada de modo plural e diversificado. A partir disso, pode-se afirmar que o estudo da memória social em Psicologia se configura como multifacetado e pluridisciplinar. Apesar de tentativas de integrar esses trabalhos como forma de uma disciplina independente, salienta-se

que estudos em memória social apresentam antagonismos e pluralidades. Essas diferenças são mobilizadas a partir dos diferentes contextos históricos de produção, bem como o referencial utilizado para analisar o fenômeno.

Assim, o fator *social* da memória não exclui necessariamente diferenciações teóricas e epistemológicas (Sá, 2015). O campo de estudo se transforma e expande paralelamente ao desenvolvimento de novas reflexões e propostas teóricas. As contribuições iniciais de Halbwachs e Bartlett são de grande importância para a compreensão dos estudos atuais sobre os fenômenos memoriais. Neste sentido, tomamos como pertinente, de maneira não exaustiva, retomar alguns dos pressupostos e desenvolvimentos no estudo da memória social. Nosso intuito será demonstrar as contribuições dos principais autores que influenciaram esta área, averiguando seus postulados teóricos, possibilidades e limitações neste campo de estudo.

3.1 MAURICE HALBWACHS E *LES CADRES SOCIAUX DE LA MÉMOIRE*

A publicação do livro *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* por Maurice Halbwachs, em 1925, promoveu o delineamento de uma nova proposta para o estudo da memória, por meio da investigação das condições sociais e grupais envolvidas no processo de recordação. Em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Halbwachs (1994) aponta que o processo de rememoração necessariamente envolve uma entidade externa, isto é, um outro. Este outro poderia ser o grupo, um conjunto de membros de uma coletividade ou a própria sociedade. Assim, o indivíduo não recordaria sozinho, na medida em que se encontra inserido em uma rede de relações, saberes e referências.

Nesta perspectiva, o que se evidencia na perspectiva halbwachiana seria uma transferência epistemológica, e, por consequência da própria rememoração, para o exterior do indivíduo, acarretando a construção de uma sociologia da memória¹². Nesse sentido, a memória só poderia ser compreendida a partir dos modos e convenções sociais que estão implicados na realidade observável, isto é, no mundo empírico e tangível.

A delimitação das condições de construção do passado recai na análise dos quadros sociais da memória. Ao formular acerca dos processos em rememoração, Halbwachs (1994)

¹² A sociologia da memória proposta por Halbwachs está concentrada em três grandes obras: O primeiro, *Les Cadres Sociaux de la mémoire*, publicado em 1925, instituiu as bases do pensamento halbwachiano no que concerne à rememoração. Em seu segundo livro, *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte*, publicado em 1941, o autor analisa as memórias religiosas de cristãos e sua relação com os espaços sagrados em Jerusalém. Por fim, em 1950, o livro póstumo *La Mémoire Collective* é publicado reunindo algumas reflexões do autor acerca de temas diversos no campo da rememoração, entre eles: a diferenciação memória individual e memória coletiva, a relação entre memória e história, bem como discussões acerca das dinâmicas espaciais envolvidas no processo de reconstrução do passado.

estabelece que os indivíduos utilizam quadros de referência, vinculados a valores e crenças, para a construção de memórias do passado. Assim, os quadros sociais (ou quadros de referência) dizem respeito a um grande conjunto de ideias, que permeiam e atualizam os dispositivos mnemônicos dos grupos. Os quadros sociais criam uma gama de referências responsáveis pela elaboração mnemônica.

A memória seria social na medida em que é compartilhada por uma coletividade de indivíduos, constituída por meio da comunicação e símbolo de expressões e modos de organização da sociedade (Halbwachs, 1994). Este conjunto de referências estruturam e organizam a lembrança dos acontecimentos passados, auxiliando na construção de um passado linear e estruturado socialmente.

Dessa forma, a relação entre indivíduos e quadros sociais está baseada em uma vinculação a estruturas já dadas, isto é, anteriores às experiências do sujeito. O passado, então, seria reconstruído na medida em que os membros do grupo compartilham de quadros e referências comuns. Neste processo, a memória auxiliaria na manutenção da coesão social. Este compartilhamento, de acordo com Halbwachs (1994), está baseado na capacidade de filiação dos indivíduos com as memórias comuns que existem entre os membros do grupo.

Conforme pensado por Halbwachs, a construção da memória individual depende de sua relação com as instituições e grupos de referência a que pertence, a exemplo da família, classe social, escola, igreja, entre outros. A partir dos quadros sociais, os sujeitos apreendem os sistemas de crenças e valores do grupo "modificando suas memórias individuais, para ajustá-las ao que aí realizam, atendo-se, na maioria das vezes, às memórias recentes" (Halbwachs, 1994, p. 235, tradução nossa¹³).

No pensamento halbwachiano, a noção de uma memória histórica não poderia ser confundida com a memória coletiva. Segundo Halbwachs (1997), a própria terminologia "memória histórica" seria equivocada, na medida em que associa dois fenômenos necessariamente opostos. Enquanto a história possui limites e divisões específicas entre os períodos, o desenvolvimento da memória coletiva envolve uma influência mútua entre passado e presente, marcada por uma dinâmica geracional vasta. Assim, a história retrata uma narrativa geral acerca do passado, não necessariamente ancorado nos grupos e suas dinâmicas próprias. De acordo com o autor, a passagem da memória para a história ocorre quando a memória não

¹³ No original: «*modifient quelquefois leurs souvenirs individuels, pour les mettre en accord avec ce qu'ils y réussissent, le plus, souvent, en s'en tenant aux souvenirs récents, en supposant qu'il n'est pas possible d'atteindre directement le plus anciens, et en reconstituant ceux-ci par le moyen de ceux-la*».

possui mais suporte e deixa a consciência do grupo, ocasionando no rompimento das bases compartilhadas entre os membros do coletivo.

À medida que os indivíduos que pertencem ao grupo desaparecem, no caso dos idosos, ou os dispositivos mnemônicos vão cessando, ocorre a diluição do conteúdo memorial uniforme. Nesse processo, aquilo que não é mais lembrado se torna história por meio, entre outros fatores, da escrita. Dessa forma, a história seria renovada a cada período, enquanto a memória coletiva continua entre os grupos e gerações.

Discussões contemporâneas atestam a importância da obra de Maurice Halbwachs para análise dos processos mnemônicos. A perspectiva halbwachiana propôs inovações ao estudo da memória, deslocando-se da noção individual e do registro filosófico da rememoração. Contudo, as explicações e argumentos propostos por Halbwachs posicionaram em maior ênfase as dinâmicas coletivas e sociais da memória. O processo de rememoração se pautou em propriedades vinculadas aos contextos macrossociais sob os indivíduos¹⁴. O indivíduo, neste contexto, não possuiria autonomia para agir sob o processo de rememoração, atuando apenas como um mero reproduzidor das dinâmicas macrossociais existentes.

A discussão acerca dos limites da perspectiva inaugurada por Maurice Halbwachs não diminui a importância do autor para os estudos em memória. A sociologia da memória proposta por Halbwachs se configura como um dos grandes pilares da análise do caráter social dos processos mnemônicos. Embora não deixando de reconhecer sua relevância e influência, cabe pensar em outras propostas desenvolvidas a partir das contribuições e limites apresentados pela perspectiva halbwachiana.

Os estudos de Halbwachs, bem como as próprias análises individuais e biológicas anteriores acerca da memória, influenciaram o delineamento de uma nova discussão principiante no campo da psicologia social acerca dos fenômenos memoriais. Estes novos aprofundamentos estão relacionados especialmente à perspectiva inaugurada pelo psicólogo social inglês Frederic Bartlett. Neste contexto, os trabalhos de Frederic Bartlett demonstram novas possibilidades e propostas para o estudo do caráter social da memória.

¹⁴ Em *La Mémoire Collective*, evidencia-se uma maior flexibilização de Halbwachs em relação às potencialidades do indivíduo dentro o processo de rememoração. Contudo, apesar da presença de uma determinada abertura neste livro, Halbwachs ainda afirma enfaticamente que o estudo da memória necessita essencialmente ser analisado a partir das dinâmicas grupais e dos quadros sociais.

3.2 FREDERIC BARTLETT E O CARÁTER CONSTRUTIVO DA MEMÓRIA

O trabalho do psicólogo inglês Frederic Bartlett se configura como um dos grandes estudos na temática da rememoração em psicologia social. A partir de sua inserção na Universidade de Cambridge durante os anos de 1909 a 1969, Bartlett desenvolveu uma série de trabalhos, influenciando o desenvolvimento da ciência psicológica, particularmente na Grã-Bretanha (Wagoner, 2017).

A influência de Bartlett para os estudos em memória, bem como para a psicologia em sua totalidade, relaciona-se principalmente com a publicação de seu livro *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*, em 1932.

Ao mesmo tempo em que esteve em contato com os estudos em rememoração de cunho individual e biológico, Bartlett também analisou a perspectiva sociológica desenvolvida por Maurice Halbwachs sobre os quadros sociais da memória. Em seu livro, Bartlett (1995) aponta para a importância do trabalho de Halbwachs, em especial à discussão acerca do papel que as organizações sociais desempenham na elaboração de quadros de referência.

Entretanto, Bartlett critica o argumento halbwachiano de que o próprio grupo é capaz de lembrar. O autor demonstra que somente poder-se-ia analisar com confiabilidade "a memória *no* grupo, e não a memória *do* grupo" (Bartlett, 1995, p. 296, grifo do autor, tradução nossa¹⁵). De acordo com Bartlett, uma teoria social da memória deveria comprovar que um grupo lembra e não somente demonstrar as condições necessárias para que o indivíduo pertencente ao grupo relembre o passado. Nesse sentido, o autor afirma que enquanto a memória *no* grupo é evidente, a memória *do* grupo ainda está em aberto para questionamento.

Nesta perspectiva, Wagoner (2017) salienta que ao criticar a ideia de que o grupo possui a capacidade de lembrar, Bartlett não está argumentando em favor de uma análise meramente individual dos processos mnemônicos. Assim como Halbwachs, Bartlett acreditava que os grupos sociais mobilizam novos comportamentos e experiências. Com isso, os grupos direcionam determinantes de ação social, mobilizando costumes, tradições e instituições (Bartlett, 1995).

Assim, para Bartlett, seria necessário avaliar os costumes e valores específicos do grupo social a que o indivíduo pertence. Com isso, o foco de estudo da memória deveria ser necessariamente através dos indivíduos que recordam. Este entendimento recai exatamente sobre a noção de psicologia social, e, conseqüentemente, de rememoração, discutido na obra bartleliana.

¹⁵ No original: "*memory in the group and not memory of the group*".

Na segunda seção do livro *Remembering*, Bartlett (1995) toma como foco o estudo da psicologia social e suas articulações com a temática da rememoração. A premissa base que guia seus argumentos se pauta na conceituação da psicologia social como uma disciplina que estuda as modificações de experiências individuais devido ao pertencimento a um contexto social e grupal específico.

O argumento proposto por Bartlett, de que as dinâmicas psicológicas e individuais estão inseridas necessariamente em contextos sociais e grupais, também pode ser evidenciado em sua discussão acerca da rememoração. A formação da memória permeia as interações sociais e as relações habituais entre os indivíduos pertencentes a um grupo, atuando principalmente nas demandas da vida cotidiana.

Os exemplos discutidos por Bartlett apontam para uma das premissas-chaves de sua teoria da memória: a ideia de que a rememoração seria, em sua gênese, um processo de construção. O foco proposto por Bartlett em seu livro seria o de analisar as condições da rememoração e os processos interdependentes que atuam nessa atividade. De acordo com o autor, aquilo que é lembrado corresponde ao resultado de tendências, interesses e fatos que possuem determinado valor para a sociedade.

Discutindo acerca das condições de rememoração, Bartlett afirma que um grupo social não seria meramente um conjunto de pessoas, mas sim uma entidade organizada. Nesse sentido, haveria de existir uma influência ativa que possibilite a união e o pertencimento dos indivíduos que compõem o grupo.

A partir de suas discussões acerca dos dispositivos mnemônicos entre comunidades africanas, Bartlett argumentou que as histórias folclóricas mudam uma vez que entram em novos grupos sociais. Assim, diferentes eventos e personagens ganham destaque à medida que as histórias são contadas de forma a se conectar com o novo quadro social (Wagoner, 2017). Esta ideia remete a um dos conceitos centrais do pensamento bartleniano acerca da rememoração: a *convencionalização social*.

De acordo com Bartlett (1995), a convencionalização social concerne um processo em que elementos culturais (ideias, costumes, imagens) são introduzidos em um grupo a partir de uma dinâmica externa e sofrem mudanças até atingir uma nova forma estável ou desaparecer por completo. Assim, na medida em que um costume ou técnica é adotada de um grupo para outro, a conservação seletiva do grupo recipiente promove um novo padrão que distingue o elemento de sua forma inicial. O processo de convencionalização social estaria relacionado com

o pressuposto de *esforço em busca de sentido*¹⁶, isto é, o processo em que os indivíduos colocam ideias e imagens em termos familiares com o intuito de compreender os materiais estranhos e não familiares.

As contribuições teóricas de Bartlett desembocam, de certa forma, na maneira como as entidades individuais e coletivas atuam no processo de rememoração. Neste contexto, as discussões iniciais suscitadas, não apenas por Frederic Bartlett, mas também por Maurice Halbwachs, demonstram arcabouços teóricos pertinentes para a análise dos processos mnemônicos que circunscrevem esta relação dialógica.

Contudo, é necessário pensar também para além das contribuições destes dois autores. Para isso, busca-se explorar temáticas que possibilitem um diálogo com os dilemas contemporâneos, relacionados aos modos de esquecimento, os conflitos memoriais e as disputas identitárias. Dessa forma, os contornos históricos e sociais promovem novos direcionamentos epistemológicos, acarretando novos pontos de discussão e análise. Neste contexto, a perspectiva psicossocial da memória se mostra como um prisma teórico pertinente para o estudo das relações indivíduo-sociedade envolvidas nos processos de rememoração.

3.3 A PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DA MEMÓRIA

A análise da memória social está disseminada em diferentes disciplinas e campos teóricos atualmente. A partir da retomada das contribuições de Frederic Bartlett e Maurice Halbwachs, buscou-se o aprofundamento das dinâmicas materiais e sociais envolvidas na reconstrução do passado. Neste contexto de perspectivas teóricas e conceitos variados, que visam analisar os fenômenos memoriais, a perspectiva psicossocial da memória emerge como uma tentativa de articular estas discussões no âmbito da psicologia social, isto é, por meio de uma psicologia social da memória (Sá, 2005, 2012, 2015). Desenvolvida a partir de uma proposta delimitada pelo Prof. Celso Pereira de Sá, a perspectiva visa compreender o fenômeno da memória social a partir de uma análise de nível “psicossocial”, articulando dimensões cognitivas e psicológicas envolvidas nos processos mnemônicos com discussões acerca da importância dos grupos sociais e do coletivo na rememoração.

Conforme discutido por Sá (2015), a tentativa de articulação psicossocial não busca recuperar uma hegemonia psicológica no estudo da memória, mas sim compreender a maneira com que os determinantes sociais atuam na construção do passado. A partir dos conceitos de convencionalização social e quadros sociais da memória, Frederic Bartlett e Maurice

¹⁶ No original: “*Effort after meaning*”.

Halbwachs, respectivamente, demonstram que a rememoração seria regida e influenciada também por dinâmicas construídas no âmbito coletivo e social. Neste contexto, o desenvolvimento da perspectiva psicossocial da memória busca trazer as discussões suscitadas por estes autores para o âmbito da psicologia social, analisando como as entidades individuais e coletivas atuam na elaboração do passado social, propondo articulações com temáticas voltadas às identidades coletivas e ao pensamento social (Sá, 2015).

Na tentativa de delinear um novo campo de estudo da memória social, Sá (2005) salienta determinados pressupostos teóricos, que sustentam a perspectiva psicossocial da memória. Em um primeiro momento, Sá (2005) demonstra que não caberia à memória humana somente a função de reproduzir experiências passadas, na medida em que a lembrança é formada a partir de um processo de construção mediada por demandas do presente, com apoio de recursos vinculados ao campo da cultura. O autor aprofunda sua argumentação ao revelar que o caráter construtivo da memória seria o princípio unificador dos estudos em memória social. Assim, a negação desta característica resulta no estudo de outro fenômeno que não o da memória social.

Adentrando aos argumentos teóricos da perspectiva psicossocial da memória, Sá (2005) aponta que o lembrar está ancorado na premissa de que seriam os indivíduos que lembram e evocam a memória; contudo, a forma e o conteúdo destas lembranças são determinados socialmente a partir dos grupos de pertença, instituições e marcos culturais produzidos no seio da sociedade e disseminados por meio da linguagem. Nesta perspectiva, o autor afirma que a construção e atualização da memória social perpassa necessariamente as interações sociais e os processos de comunicação.

Retomando a discussão halbwachiana sobre o papel da linguagem nos processos de manutenção da memória, Sá (2005) avalia que seriam as interações e comunicações que fundamentam o argumento de elaboração do passado em função dos contextos e interesses do presente. A comunicação, então, promove a solidificação e continuidade da memória social. Neste ponto, para além de determinantes externos e da comunicação, as motivações e sentimentos possuem uma função importante na elaboração da memória social, demonstrando o lado afetivo do lembrar e esquecer (Jodelet, 1992). Assim, a memória é capaz de mobilizar crenças, significados e afetos, atuando sobre as emoções e as dinâmicas individuais que também perpassam a elaboração do passado.

Compreendendo a memória social como um conceito geral, Sá (2015) propõe classificações e um mapeamento deste campo de estudo, descrevendo as "variadas instâncias da memória social" (Sá, 2015, p. 328). Entre as classificações da memória social, o autor argumenta acerca do conceito de Memória Histórica. As memórias históricas estariam

relacionadas necessariamente a acontecimentos históricos, isto é, vinculadas a uma validação e entendimento historiográfico¹⁷. O passado que ancora a memória histórica concerne convenções científicas e acadêmicas, na medida em que não seriam todos os acontecimentos do passado que poderiam ser categorizados como históricos.

O autor argumenta que os diferentes tipos de memória social podem estar relacionados à elaboração de memórias históricas. Contudo, o autor aponta que um mesmo acontecimento histórico pode ser experienciado por um coletivo delimitado de indivíduos, denotando sua presença na memória coletiva. Ainda nesta perspectiva, a memória coletiva construída acerca de determinado acontecimento histórico pode auxiliar na elaboração de memórias comuns que ultrapassam os limites de determinado grupo, demonstrando a implicação da memória histórica em um panorama maior de processos mnemônicos.

Nesta questão, Sá (2013) discorda do pressuposto halbwachiano da memória histórica. Conforme discutido anteriormente, Halbwachs (1997) argumenta que seria equivocado a terminologia "memória histórica", uma vez que a história só se faz presente quando a memória não é mais compartilhada entre os membros do grupo. Contudo, Sá (2013) afirma que a perspectiva psicossocial da memória não objetiva averiguar a validade do relato histórico. Para o autor, a psicologia social da memória visa analisar os processos pelos quais os indivíduos reconstróem, alteram e atualizam memórias acerca do passado histórico, vinculados aos grupos de pertença e identidades, sem necessariamente uma preocupação com a fidedignidade da lembrança.

Esta discussão recai nos argumentos de Jodelet (2012), que apontam para uma diferenciação entre a história dos historiadores e a história memorial. Enquanto a primeira está relacionada à atuação dos profissionais historiadores por meio da comprovação de evidências e da coleta de dados científicos a partir de fontes fidedignas, a segunda busca evidenciar as dinâmicas psicossociais, que produzem certos relatos históricos e representações acerca do passado (Jodelet, 2012).

Entre os pressupostos teóricos da perspectiva psicossocial, está a relação entre memória e pensamento social. Nesse sentido, aquilo que é lembrado sobre o passado está ancorado necessariamente no que se sabe sobre ele (Sá, 2012). Retomando a premissa de Halbwachs (1994) de que o passado é reconstruído a partir de interesses do presente, a maneira como a memória histórica é compreendida denota as teorias de senso comum, que permeiam determinados acontecimentos históricos. A memória histórica, portanto, atua como um

¹⁷ Ibid

fenômeno articulado aos sistemas de crenças e ao pensamento social, revelando as representações sociais que circundam os diferentes grupos.

Cabecinhas, Lima e Chaves (2006) avaliam a importância da lente teórica das representações sociais para a compreensão dos fenômenos mnemônicos e do passado social. Nessa perspectiva, Liu e Hilton (2005) afirmam que a Teoria das Representações Sociais se apresenta como um instrumento essencial para a análise da memória histórica e dos processos de construção da realidade social. Nesse sentido, a análise da memória histórica a partir das representações sociais é um caminho pertinente que pode revelar a maneira como os grupos sociais apreendem o seu passado, mas também promovem sentido à sua realidade do presente.

O estudo da memória histórica por meio das representações sociais pode indicar aquilo considerado como consensual e dissonante no pensamento social. Assim, a análise da memória histórica como uma forma de representação social do passado demonstra novas possibilidades teóricas para se compreender os processos em rememoração atuais no contexto brasileiro.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA: APROXIMAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS

A consolidação da Psicologia Social como um campo teórico independente perpassou dilemas e embates teóricos singulares. Como bem averiguado por Camino e Torres (2013), o delineamento do projeto de ciência em Psicologia Social esteve necessariamente circunscrito em disputas sociais, políticas e culturais. Esta discussão revelava noções distintas frente às características que diferenciam o campo da psicologia social dos demais e conseqüentemente a especificidade de seu objeto de estudo. Este embate epistemológico resultou no desenvolvimento de duas vertentes na psicologia social: uma de caráter psicológico e outra de orientação sociológica (Faar, 2004).

Dessa forma, conforme discutido por Rodrigues, Assmar e Jablonski (2015), a chamada “psicologia social psicológica”, inserida em contextos predominantemente norte-americanos, buscou evidenciar os níveis pessoais e interpessoais em suas análises, isto é, propõe a investigação da maneira como os indivíduos processam e dão sentido às experiências e interações oriundas do mundo social. Em contraste, a “psicologia social sociológica”, fortemente marcada em cenários europeus, focou nos níveis coletivos e intergrupais que circunscrevem as experiências sociais.

A psicologia social sociológica, como argumentado pelos autores, busca analisar os comportamentos dos indivíduos e suas relações com o mundo social externo a partir de critérios voltados à filiação grupal, bem como aos sistemas de crença e ideologias¹⁸. Nesta perspectiva, como salienta Faar (2004), a origem comum da disciplina nos campos da sociologia e psicologia promoveu o desenvolvimento concomitante das duas vertentes.

Na tentativa de compreender as diferentes formas de explicação dos fenômenos em psicologia social, o psicólogo social Willem Doise propôs um sistema de classificação baseado em quatro níveis de análise: (1) intraindividual; (2) interindividual, ou situacional; (3) posicional; e (4) ideológico (Doise, 1982, 2002).

Em uma primeira instância, o nível intraindividual concerne explicações baseadas em torno de como os indivíduos organizam as suas percepções e informações em relação ao ambiente social externo. De acordo com Doise e Valentim (2015), o nível intraindividual não busca explicações de ordem social, possuindo um foco maior nas dinâmicas cognitivas e

¹⁸ Concorde-se com Camino e Torres (2013) no argumento de que os estudos de Frederic Bartlett podem ser considerados como precursores da vertente sociológica da psicologia social, uma vez que o autor buscou evidenciar as dinâmicas sociais presentes na elaboração individual da memória, bem como as relações entre memória e sistemas de crença, evidenciadas, sobretudo, dentro o processo de convencionalização social.

motivacionais individuais e não necessariamente nas interações entre indivíduo e ambiente. Neste caso, seriam pertencentes a este nível de análise a Teoria da Dissonância Cognitiva proposta por Leon Festinger e os modelos de equilíbrio cognitivo de Fritz Heider.

O segundo nível, denominado de Interindividual ou Situacional, busca investigar os sistemas de interação que os indivíduos realizam uns com os outros, demonstrando os processos conflituosos e movimentos de distensão que podem existir entre os indivíduos (Sousa; Chaves, 2023). Segundo Doise (1982), neste nível de análise, os indivíduos seriam intercambiáveis e os processos cognitivos gerados a partir de dinâmicas interindividuais. Neste contexto, os trabalhos de Atribuição de Causalidade podem ser compreendidos como situados neste nível de explicação.

O nível posicional reúne estudos que visam à análise das diferentes posições ocupadas pelos indivíduos em determinada conjuntura social (Doise, 1982). Dessa forma, a ênfase está na dinâmica grupal, na medida em que as explicações estão ancoradas na maneira como as inserções sociais promovem certas relações e modelam aspectos intraindividuais. Nesse cenário, a Teoria da Identidade Social proposta por Henri Tajfel pode ser categorizada enquanto pertencente a este nível de explicação, uma vez que possibilita investigar as dinâmicas sociocognitivas envolvidas na construção do autoconceito a partir de inserções específicas, bem como vinculações grupais dominantes ou minoritárias.

Por último, o nível ideológico corresponde à análise das normas sociais, ideologias, sistemas de crença e representações sociais de determinada sociedade (Doise, 1982). Como bem salientado por Doise (2002), as dinâmicas socioculturais e ideológicas dão sentido a processos individuais, auxiliando no funcionamento da sociedade e do compartilhamento de valores específicos. Estas dinâmicas promovem processos de diferenciação grupal, evidenciando as oposições e divergências que constroem o tecido social. Neste contexto, estudos sobre a crença no mundo justo proposto por Melvin Lerner e os trabalhos de obediência à autoridade desenvolvidos por Stanley Milgram são categorizados enquanto pertencentes a este nível de explicação.

Neste contexto, a base epistemológica da Teoria das Representações Sociais (TRS) pressupõe a integração dos quatro níveis de análise propostos por Doise (1982), bem como auxilia na compreensão dos movimentos dialógicos presentes na relação indivíduo-coletivo, sem necessariamente uma ênfase totalizante para um dos lados. Neste contexto, a TRS está configurada como uma ferramenta importante para a compreensão da realidade social e das variabilidades que permeiam os grupos sociais. A partir de sua inserção na chamada Articulação

Psicossociológica (Doise, 2002), a teoria se insere em um campo específico da Psicologia Social.

Os pressupostos teóricos trazidos pela TRS e suas especificidades são um terreno fértil para a análise das dinâmicas memoriais e dos processos intergrupais envolvidos na reconstrução do passado, uma vez que ambos os fenômenos fazem parte e são constituintes da realidade social (Alba, 2019). Assim, em um primeiro momento, cabe definir e aprofundar as características epistemológicas da TRS, bem como suas especificidades teóricas, no intuito de discutir as articulações entre os campos representacionais e memoriais.

4.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PSICOLOGIA SOCIAL DE VERTENTE PSICOSSOCIOLOGICA

A TRS está configurada como uma abordagem psicossociológica, que busca investigar o fenômeno das representações sociais, isto é, os conhecimentos de senso comum produzidos a partir das comunicações sociais entre os diferentes grupos (Trindade; Santos; Almeida, 2019). A TRS, nesse sentido, corresponde ao modelo teórico que investiga a construção destes conhecimentos produzidos nas práticas e relações cotidianas (Santos, 2005). Assim, a teoria se debruça acerca da construção do pensamento social e suas especificidades entre os grupos.

Como argumentado por Camargo (2019), as representações sociais estão vinculadas necessariamente a um objeto, pessoa ou situação, atuando como uma forma de saber social específico. Para o autor, as representações sociais dizem respeito a um tipo singular de conhecimento social: aquele construído a partir das comunicações e interações entre indivíduos pertencentes a um grupo particular. Nesse ponto, a representação seria então "social" na medida em que é compartilhada entre os indivíduos, coletivamente produzida e capaz de orientar condutas e práticas coletivas (Vala; Castro, 2013).

As bases da teoria foram propostas por Serge Moscovici em seu livro inaugural de 1961, *"La Psychanalyse, son image et son public"*, em que o autor buscou investigar a maneira com que os conceitos oriundos da psicanálise vinham sendo apropriados por diferentes grupos sociais no contexto francês do final da década de 1950. Neste processo, Moscovici revisita o conceito de representações coletivas proposto por Émile Durkheim; contudo, põe em evidência uma compreensão que integra a mobilidade dos atores sociais, das identidades grupais e motivações que orientam a elaboração destes conhecimentos.

Ao analisar o processo em que os conceitos psicanalíticos circulavam entre diferentes grupos da sociedade francesa, Moscovici não buscou compreender este conhecimento coletivo

(oriundo do senso comum), enquanto algo ilógico ou errôneo, mas sim investigar os processos pelos quais esses conjuntos de crenças e opiniões eram construídos, bem como suas funções na compreensão da realidade social. Nesse sentido, Moscovici demarcou uma alternativa às correntes teóricas populares da Psicologia Social da época, revisando conceitos clássicos como crenças e atitudes e trazendo para a conceituação da teoria discussões oriundas de outras ciências sociais (Delouvé, 2016).

O caráter dinâmico das representações sociais recai em movimentos de transformação e resistência, refletindo novas dinâmicas sociais exteriores e atuando na construção de bases comuns entre os indivíduos e grupos. Esta dinâmica denota o processo de interpretação da realidade que circunscreve os grupos. Tomando as representações sociais como ferramentas para a compreensão da realidade social, os sujeitos se localizam no mundo e promovem sentido aos objetos sociais desconhecidos que o permeiam. Assim, indivíduo e coletivo interagem para delimitar aquilo conhecido como real. Nesta perspectiva, ambas as entidades atuam de maneira dialógica, na medida em que o indivíduo possui autonomia e livre-arbítrio na elaboração de representações sociais; contudo, está circunscrito pelo mundo social externo, marcado por normas, valores e conhecimentos específicos acerca dos objetos (Moscovici, 2010).

Em uma discussão similar, Santos (2005) argumenta que as representações sociais possuem ao menos quatro funções na realidade social. A primeira diz respeito à compreensão dos objetos sociais que circundam a vida social, uma vez que as representações auxiliam na explicação dos fenômenos sociais e dos novos objetos. Ademais, as representações atuam como guias para as condutas e práticas sociais na medida em que orientam as ações e comportamentos frente à realidade.

Em um terceiro ponto, Santos (2005) aponta que ao compartilhar determinadas representações sociais, cria-se uma distinção frente aos demais grupos, possibilitando a diferenciação grupal e, conseqüentemente, o desenvolvimento do pertencimento social, demarcando as identidades grupais. Por fim, as representações sociais auxiliam na justificação da tomada de posição e condutas frente ao objeto, visto que promovem guias de condutas compartilhadas, que podem ser utilizadas enquanto referências justificadoras.

Seguindo a linha argumentativa proposta por Jodelet (2014), as representações sociais se apresentam de formas variadas, demonstrando modalidades de pensamento menos ou mais complexos. Segundo a autora, as representações criam um sistema de referência que permite a interpretação dos objetos inesperados, classificando as circunstâncias, fenômenos e os próprios indivíduos. Nesse sentido, as representações sociais se localizam na interface entre o psicológico e o social, criando um tipo singular de conhecimento voltado ao senso comum ou

ao chamado pensamento natural (Jodelet, 2014). Todavia, a formação deste conhecimento está implicada nos modelos de pensamento enraizados na tradição e cultura e transmitidos pelas instituições e processos comunicativos. Nas palavras da autora:

O conceito de representação social refere-se a uma forma específica de conhecimento, o conhecimento de senso comum, cujo conteúdo reflete a operação de processos funcionais e geradores socialmente marcados. De forma mais ampla, refere-se a uma forma de pensamento social. As representações sociais são modos práticos de pensamento voltados para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Como tal, elas têm características específicas em termos de organização de conteúdo, operações mentais e lógicas. A marcação social do conteúdo ou dos processos de representação tem a ver com as condições e os contextos em que as representações surgem, com as comunicações por meio das quais elas circulam e com as funções que desempenham na interação com o mundo e com os outros (Jodelet, 2014, p. 367-368, tradução nossa¹⁹).

Ademais, a representação comporta necessariamente aspectos sociais oriundos de categorias culturais, que proporcionam uma base comum aos indivíduos e grupos por meio da linguagem e da comunicação. Neste ponto, Moscovici (2010) argumenta que a formação de representações sociais perpassa necessariamente três dimensões: o primeiro sendo a Informação, baseado na quantidade e qualidade do conhecimento produzido acerca do objeto, o segundo o Campo da Representação, pautado na estrutura dos elementos que organizam as informações acerca do objeto, e, por fim, a dimensão atitudinal, voltada à tomada de posição frente ao objeto.

Ao integrar o conceito de atitude à formação de representações sociais, a perspectiva moscoviciano busca se distanciar de um modelo atitudinal de simples resposta para o inserir em uma lógica própria baseada em valores e construída a partir de “teorias” do senso comum (Trindade; Santos; Almeida, 2019).

No que concerne aos processos constituintes das representações sociais, os conceitos de ancoragem e objetivação se apresentam como essenciais para a compreensão das dinâmicas representacionais. A objetivação é o processo pelo qual categorias imagéticas se tornam reais, materializando e dando concretude à representação. Nesse sentido, a objetivação auxilia no

¹⁹ No original: «Le concept de représentation sociale désigne une forme de connaissance spécifique, le savoir de sens commun, dont les contenus manifestent l'opération de processus génératifs et fonctionnels socialement marqués. Plus largement, il désigne une forme de pensée sociale. Les représentations sociales sont des modalités de pensée pratique orientées vers la communication, la compréhension et la maîtrise de l'environnement social, matériel et idéal. En tant que telles, elles présentent des caractères spécifiques au plan de l'organisation des contenus, des opérations mentales et de la logique. Le marquage social des contenus ou des processus de représentation est à référer aux conditions et aux contextes dans lesquels émergent les représentations, aux communications par lesquelles elles circulent, aux fonctions qu'elles servent dans l'interaction avec le monde et les autres».

desenvolvimento do caráter familiar e natural dos objetos, colocando-o entre as relações e dinâmicas grupais.

Como evidenciado por Moscovici (2010), a objetivação implica necessariamente em três processos distintos: seleção e descontextualização de elementos, formação do núcleo figurativo e naturalização. O processo de seleção e descontextualização está baseado na premissa de que as informações acerca do objeto social não são assimiladas e apropriadas de maneira totalizante pelos indivíduos. Assim, algumas informações são retiradas a partir dos valores e sistemas de crença dos grupos. Em um segundo plano, a formação do núcleo figurativo corresponde à construção de uma estrutura imaginante que visa à reprodução das estruturas conceituais da representação (Jodelet, 2014). Por fim, o processo de naturalização resulta na concretização dos elementos que pertencem ao núcleo figurativo, tornando-os parte da realidade do objeto (Santos, 2005). Como salientado por Vala e Castro (2013), o processo de objetivação delimita os aspectos naturais da realidade, acarretando uma maior solidificação dos pensamentos e elementos representacionais.

A ancoragem, por sua vez, corresponde ao processo de integração do objeto em um sistema de pensamentos preexistentes. Então, há uma inserção do novo elemento em um modelo de pensamento pré-constituído. Este processo busca uma assimilação da representação a partir de categorias conhecidas, familiarizando o novo elemento e retirando seu caráter abstrato. Assim, a ancoragem é definida como o processo em que novos conhecimentos e representações são inseridos em modelos de crenças e significações preexistentes (Moscovici, 2010). O processo de ancoragem resulta em diversas modalidades, entre elas: a atribuição de sentido, a instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema de pensamento. Em relação à atribuição de sentido, a hierarquia de valores que permeiam os grupos sociais resulta na criação de uma rede de significados acerca do objeto e de sua representação social, transformando-o em um fato social e situado socialmente (Jodelet, 2014).

No que lhe concerne, a instrumentalização do saber auxilia na compreensão de como os elementos da representação constroem os entendimentos acerca da realidade social. Por outro lado, o enraizamento no sistema de pensamento demonstra como as representações sociais se inserem em sistemas de representação preexistentes, transformando o caráter estranho do novo objeto em categorias conhecidas e familiares (Santos, 2005). Nesse sentido, nota-se que a elaboração das representações sociais está calcada na busca pela familiaridade, isto é, na transformação do caráter estranho dos objetos para algo conhecido.

É importante salientar que o novo objeto, ao se inserir em um sistema de pensamento preexiste, também o transforma. Assim, experiências prévias e conhecimentos anteriores

possibilitam a compreensão dos objetos no presente, ao mesmo tempo em que o enraizamento de novas representações influencia o entendimento daquilo que ocorreu no passado.

Aprofundando nestas discussões, avalia-se que o pensamento social e a história possuem aproximações importantes, na medida em que a historicidade é um aspecto fundamental para compreensão da realidade social. As representações sociais, seguindo esta linha argumentativa, estão imbricadas necessariamente na história e são constituídas a partir de dinâmicas do presente e do tempo passado (Saint-Laurent, 2020). Assim, os grupos sociais constroem história a partir de diferentes mecanismos, visando à elaboração de um passado social específico que reflita seus valores e identidades, um processo que é regulado por instâncias psicossociais, a exemplo das representações sociais (Jovchelovitch, 2012). O pensamento social, dessa forma, seria constituído a partir de dinâmicas temporais vastas, refletindo a interação existente entre passado e presente.

Neste contexto, a rememoração coletiva se mostra como uma função importante, não apenas para a delimitação de uma identidade grupal comum, mas também para a construção de um entendimento acerca dos objetos sociais do presente. Os processos representacionais possuem em sua base memórias oriundas de tempos passados, que organizam e selecionam os conhecimentos compartilhados.

A coexistência de memórias do passado coletivo no pensamento social revela as aproximações entre rememoração e representações sociais. Dessa forma, a memória seria utilizada como recurso para familiarizar novos eventos e justificar certas representações sociais no presente (Saint-Laurent; Obradović, 2019). Neste contexto, cabe discutir as aproximações teóricas entre as representações sociais e a memória, no intuito de demonstrar a maneira como estes dois fenômenos participam na construção do pensamento social e no entendimento da realidade social compartilhada.

4.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS POTENCIAIS E COMPARAÇÕES POSSÍVEIS

As representações sociais auxiliam na construção de um sentimento de continuidade nos grupos sociais, na medida em que alteram e transformam o passado a partir de interesses do presente (Wagoner, 2015). Nesse sentido, os processos mnemônicos necessariamente participam da elaboração e transmissão de representações sociais entre os diferentes grupos. Ao promover aproximações entre o campo das representações sociais e o da memória social, toma-se como base um entendimento de fenômeno ativo, socialmente situado e construído que produz orientações e práticas específicas.

Dessa forma, memória e representações sociais atuam de maneira concomitante para a construção de uma realidade compartilhada. Neste contexto de discussão, cabe aprofundar nos paralelos entre estes fenômenos e suas repercussões no entendimento, não apenas do passado histórico coletivo, mas também dos objetos sociais que permeiam a vida cotidiana do presente.

Em um primeiro ponto, cabe pontuar as origens comuns que existem entre a TRS e o conceito de Memória Coletiva proposto por Maurice Halbwachs. Conforme salienta Alba (2019), os trabalhos de Émile Durkheim seriam um dos fios condutores que une ambos os pressupostos teóricos, uma vez que o conceito de representação coletiva influenciou tanto Moscovici quanto Halbwachs.

Neste contexto, a noção de representação na perspectiva halbwachiana possibilita a formação da memória, criando-se um paralelo possível entre as representações sociais e a rememoração (Alba, 2019). Segundo a autora, a noção de Memória Coletiva estaria mais próxima da perspectiva moscoviciano do que da noção de representações coletivas de Durkheim, uma vez que, na obra halbwachiana, a memória seria um processo que visa a uma reconstrução contínua e não algo que se conserva entre as gerações de maneira imobilizada.

A construção das bases teóricas da TRS e seus desenvolvimentos subsequentes possui uma forte influência também dos estudos em rememoração de Frederic Bartlett. Esta inspiração foi reconhecida pelo próprio Moscovici (Moscovici; Marková, 1998) e revela as aproximações entre a perspectiva desenvolvida por Bartlett e os processos em representações sociais. Conforme pensado por Moscovici (1981), as representações sociais possuem como função primária tornar aquilo desconhecido em familiar.

De acordo com Wagoner (2012b), este entendimento foi retirado diretamente do livro *Remembering* e revela a base epistemológica comum que circunscreve ambos os pensamentos de Moscovici e Bartlett. Na perspectiva teórica das representações sociais, os diversos objetos que circunscrevem a realidade social necessitam ser classificados e incorporados a uma rede de conhecimentos preexistentes. Com isso, este processo retira o caráter estranho do objeto em questão e o insere em um conjunto de conhecimentos conhecidos (Santos, 2005).

Esta dinâmica, representada pelo processo de ancoragem das representações sociais, assimila os novos elementos a partir de quadros antigos de conhecimento oriundos da memória, conforme demonstrado no estudo inaugural clássico de Moscovici acerca da psicanálise (Moscovici, 1961). Este entendimento está muito próximo daquilo que Bartlett (1995) denomina de *esforço em busca de sentido*, isto é, o processo pelo qual as ideias são colocadas em termos familiares visando à compreensão daqueles materiais que são desconhecidos ou não familiares.

Seguindo a linha de pensamento de Wagoner (2015), as representações sociais e a memória social argumentam em favor da função central da linguagem e dos processos comunicativos. De acordo com o autor, a memória possui sua gênese na comunicação entre os indivíduos na sociedade, sendo a rememoração um processo que necessita perpassar mecanismos voltados ao campo da linguagem. Os enquadramentos necessários para que a memória continue socialmente relevante em determinado grupo, como também a própria manutenção de certas narrativas acerca do passado coletivo, necessitam de uma base comum de compartilhamento, que só é alcançada por meio da comunicação e das trocas entre os membros do grupo social.

Retomando a premissa halbwachiana de que os dispositivos mnemônicos necessitam de um maior compartilhamento para se manterem estáveis, a memória do passado existe na medida em que os indivíduos pertencentes ao grupo interagem entre si e com isso consolidam determinado relato histórico, processo este alcançado por meio da linguagem. Concomitantemente, a TRS busca analisar como diferentes formas de comunicação resultam em dinâmicas psicossociais específicas, além de compreender como a linguagem possibilita a categorização dos novos objetos por meio da nomeação e dos processos de ancoragem (Wagoner, 2015). Dessa forma, a comunicação seria um processo que origina ao mesmo tempo com que transforma as representações sociais e a memória. Ambos os fenômenos partem da premissa de que o não compartilhamento de bases comuns entre os indivíduos, resultantes da linguagem e da comunicação, promove o enfraquecimento de certas memórias e representações.

A ênfase nos processos comunicacionais revela a dinamicidade que permeia as representações sociais e os dispositivos mnemônicos. Nesse sentido, pode-se afirmar que as representações sociais e memória atuam a partir de uma perspectiva relacional. A construção de representações sociais e a consolidação dos relatos memoriais estão implicadas necessariamente em dinâmicas grupais específicas, ancoradas em sistemas de pensamento e valores coletivamente partilhados.

Para o entendimento dos fenômenos representacionais e memórias, torna-se necessário a compreensão dos grupos sociais que os partilham. Assim, o aspecto grupal se torna algo essencial que une as representações sociais e a rememoração (Oliveira; Bertoni, 2019). Retoma-se aqui a premissa moscoviciana de que os indivíduos que constroem a realidade social estão inseridos em grupos sociais específicos e compartilham de certos conhecimentos comuns, que muitas vezes ancorados em relatos do passado oriundos da memória, atuam na interpretação desta mesma realidade compartilhada.

Neste contexto, objetos sociais, que revelam entendimentos distintos nos grupos sociais, podem revelar de maneira mais enfática as articulações entre representações sociais e memória na medida em que demonstram os diferentes sistemas de crenças e ancoragens, que sustentam certas compreensões do passado social (Eskinazi *et al.*, 2023). Assim, pode-se afirmar que os processos identitários são constituintes das representações sociais e da memória.

Retomando a discussão acerca das relações entre os processos constitutivos das representações sociais e memória, cabe ressaltar as aproximações que existem entre a ancoragem e a rememoração. De acordo com Kalampalikis (2020), o processo de ancoragem está relacionado diretamente à nomeação e categorização. O autor enfatiza que processos de ancoragem não são elaborados em contextos imparciais, visto que as dinâmicas sociais se encontram implicadas na categorização de novos objetos. Assim, o que é utilizado para ancorar uma nova representação está relacionado aos contextos socioculturais que circunscrevem determinado grupo ou sociedade. A memória social seria um elemento pelo qual os grupos dariam sentido ao novo, isto é, àquilo considerado estranho. Assim, as lembranças do passado ancoram as representações sociais e atuam como fonte de familiarização do objeto no presente. Dessa forma, na tentativa de dar sentido ao novo objeto, utiliza-se de bases prévias, vinculadas à memória, no intuito de construir uma nova representação social.

Vala e Castro (2013), ao discutir acerca das especificidades dos estudos em representações sociais, apontam para a necessidade de se considerar a noção de ancoragem a partir de uma perspectiva específica. Os autores apontam para a existência de uma tendência em argumentar que a forma como os sujeitos se posicionam depende de como estes categorizam e se localizam na estrutura social.

A pergunta base desta perspectiva seria: "Como é que os grupos e categorias sociais constituem princípios de ancoragem das representações, ou seja, como é que o posicionamento dos indivíduos na estrutura social orienta o pensamento social e construção de significado?" (Vala; Castro, 2013, p. 590). Este entendimento é discutido também por Jodelet (2014), ao evidenciar uma corrente teórica singular nos estudos em representações sociais, que busca investigar as relações entre inserções sociais e sua influência na dinâmica representacional.

O debate acerca da função das inserções dos indivíduos na estrutura social, bem como a influência das dinâmicas intergrupais na construção de sistemas de pensamento específicos, mostra-se como um fator importante para o aprofundamento dos processos representacionais e memoriais. Ademais, dinâmicas intergrupais distintas podem promover articulações entre memória e representação social, materializados especialmente a partir do processo de ancoragem.

Portanto, cabe discutir as especificidades das dinâmicas representacionais neste contexto mencionado. Essa discussão está circunscrita à abordagem societal das representações sociais proposta por Willem Doise e colaboradores, inseridos na *L'école de Genève*. A partir disso, no intuito de aprofundar não apenas nas dinâmicas representacionais, como também nos processos mnemônicos que constroem a realidade social partilhada, utiliza-se como lente teórica para este trabalho a abordagem societal das representações sociais e suas especificidades teóricas.

4.3 A ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E *L'ÉCOLE DE GENÈVE*: A BUSCA PELO ESTUDO DOS DISSENSOS E CONSENSOS

A abordagem societal, desenvolvida por Willem Doise e colaboradores na Universidade de Genebra, foi elaborada notadamente a partir de críticas oriundas de Pierre Bourdieu para com o campo teórico das representações sociais. Neste contexto, Bourdieu apontou para um baixo foco da TRS em analisar as modulações ou diferenciações individuais que poderiam existir acerca de determinado objeto entre os grupos sociais. Dessa forma, o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu atuou como princípio fundante para a abordagem societal proposta por Doise (Palmonari; Emiliani, 2016).

Conforme argumentado por Bourdieu (1979), o campo social seria um espaço onde residem diferentes objetos que possuem entre si posições e hierarquias de poder distintas. Nesse sentido, a maneira como estas entidades se relacionam aponta para as próprias diferenças de posições existentes no campo social. Estas diferenças de posições estão implicadas necessariamente em cinco dimensões reguladoras: os capitais econômico, social, simbólico, cultural e a dimensão de gênero (Campos, 2017).

De acordo com Bourdieu, as diferentes posições no campo evidenciam espaços de embates e as dinâmicas assimétricas de poder que são homólogas àquelas evidenciadas entre as classes em determinada sociedade. Neste cenário, o conceito bourdieusiano de homologia estrutural se tornou de grande importância para a abordagem societal das representações sociais.

Segundo Tafani e Bellon (2001), o conceito de homologia estrutural afirma que o pensamento social expresso pelo indivíduo possui uma correlação com a estrutura, isto é, evidencia a posição ocupada pelo mesmo na estrutura social²⁰. Nesse sentido, evidencia-se que

²⁰ Campos (2017) salienta que o princípio de homologia estrutural não perpassa uma dinâmica fechada, na medida em que o pensamento social não seria condicionado unicamente pela posição do indivíduo na estrutura social. Segundo o autor, o próprio Bourdieu argumenta que o campo social seria formado por organizações

os estudos desenvolvidos por Doise e colaboradores perpassam interesses voltados aos princípios que organizam as diferenciações das representações sociais.

O grupo formado por Willem Doise, Alain Clémence, Fabio Lorenzi-Cioldi e colaboradores oriundos da *École de Genève* buscou, a partir de uma vertente mais psicossocial, investigar os aspectos não consensuais das representações sociais, enfatizando a inserção social dos indivíduos como uma fonte de diferenciação e variação das representações sociais (Almeida, 2009). O que se evidencia na abordagem societal é uma tentativa de articular as dimensões individuais (cognitivas) com os aspectos sociais (vinculado aos sistemas de crença e ideologias). Esta discussão possui articulações com a própria conceituação de representação social na abordagem societal.

De acordo com Doise (1986), as representações sociais seriam “princípios geradores de posições ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e organizam os processos simbólicos envolvidos nessas relações” (Doise, 1986, p. 85, tradução nossa²¹).

Conforme pensado por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), as representações sociais seriam princípios organizadores de tomada de posição e dizem respeito não necessariamente a um conjunto de conhecimentos totalmente partilhados, visto que podem ser produtos de posições distintas e de oposição entre diferentes indivíduos em relação a objetos comuns. Neste ponto, os autores reiteram o argumento moscoviciano de que o consenso não seria a característica essencial da elaboração das representações sociais, uma vez que seria possível a coexistência de uma variedade de tomadas de posição a partir de princípios organizadores comuns.

Retomando a discussão proposta por Doise acerca dos níveis de análise em psicologia social, nota-se que a abordagem societal visa imbricar no campo teórico das representações sociais a análise das dinâmicas individuais com os sistemas relacionais e sociais (Almeida, 2009). Nesse sentido, estuda-se os processos pelos quais os indivíduos elaboram conhecimentos acerca do ambiente externo (nível intraindividual), articulando este fenômeno com as interações sociais entre os sujeitos (nível interindividual), bem como a posição social e pertencimento grupal ocupado (nível posicional) e os sistemas de crenças e valores que atuam na elaboração destes conhecimentos (nível ideológico).

assimétricas, moduladas por mudanças no âmbito da cultura e das conjunturas sociais. Com isso, o indivíduo estaria sob o efeito de diferentes posições ocupadas pelo mesmo em diversas situações da vida em sociedade.

²¹ No original: «*Les représentations sociales sont des principes générateurs de prises de position liées à des insertions spécifiques dans un ensemble de rapports sociaux et organisant les processus symboliques intervenant dans ces rapports*».

Esta discussão recai exatamente no conceito de metassistema presente na abordagem societal. Doise (1990), retomando a proposta de Moscovici acerca da existência de dois sistemas cognitivos, argumenta sobre a interdependência entre o sistema cognitivo operacional e o metassistema simbólico. O primeiro consiste nas associações, discriminações e deduções, enquanto o segundo concerne às regulações normativas e sociais que controlam e verificam as operações cognitivas primárias.

Doise afirma que o funcionamento cognitivo individual necessariamente está implicado em um metassistema de valores e normas que balizam e influenciam a tomada de posicionamento frente a determinados objetos. Este metassistema está vinculado a um contexto social específico e leva em consideração o pertencimento e as posições ocupadas pelo indivíduo na estrutura social. Dessa forma, o estudo das representações sociais na abordagem societal está pautado na análise da interdependência destas duas entidades, avaliando como determinadas regulações sociais e posições específicas resultam em funcionamentos cognitivos singulares (Doise; Clémence; Lorenzi-Cioldi, 1992). Nesta perspectiva, Palmonari e Emiliani (2016) argumentam:

Esses processos cognitivos não são implantados em um vácuo social, mas sempre em contextos historicamente definidos. Em outras palavras, eles são desenvolvidos em contextos relacionais precisos e variados, contextos que, por sua vez, estão enraizados em situações históricas e culturais. Como resultado, os processos cognitivos e os sistemas operacionais são regulados por um metassistema sociorrelacional que, de alguma forma, os molda para torná-los congruentes com a situação concreta em que ocorrem. Por sua vez, os metassistemas sociais são influenciados pelas condições históricas em que a vida social ocorre e, como resultado, as regulamentações atuais são diferentes daquelas que estavam em vigor em outros momentos históricos (Palmonari; Emiliani, 2016, p. 151, tradução nossa²²).

A abordagem desenvolvida por Doise pode ser enquadrada como uma crítica aos estudos em que analisam somente os aspectos consensuais das representações sociais. Nesse sentido, a abordagem societal se debruça, não somente nos aspectos consensuais, mas também nos dissensos que coexistem no campo representacional, utilizando como base as tomadas de

²² No original: «*Ces processus cognitifs ne sont pas déployés dans un vide social, mais ils le sont toujours dans des contextes historiquement définis. En d'autres termes, ils sont élaborés dans des contextes relationnels précis et variés, contextes qui sont à leur tour ancrés dans des situations historiques et culturelles. Par conséquent, les processus cognitifs et les systèmes opératoires sont régulés par un métasystème socio-relationnel qui d'une certaine façon les façonne afin de les rendre congruents avec la situation concrète dans laquelle ils ont lieu. A leur tour, les métasystèmes sociaux sont influencés par les conditions historiques dans lesquelles la vie sociale se déroule et, par conséquent, les régulations aujourd'hui sont différentes de celles activités à d'autres moments historiques*».

posição variadas, bem como as diferentes inserções sociais dos indivíduos e sua influência na construção dos conhecimentos compartilhados (Valentim, 2016).

A análise dos aspectos consensuais e dissonantes das representações sociais está imbricada no que o autor denomina de "Paradigma das Três Fases" (Doise; Clémence; Lorenzi-Cioldi, 1992). As três fases argumentadas dizem respeito a três hipóteses acerca da análise dos fenômenos em representação social e buscam demonstrar a dinamicidade do campo representacional em relação às variações das tomadas de posição individuais. As três hipóteses seriam necessariamente:

- 1) O Campo comum das Representações Sociais: Concerne à ideia de que os diferentes membros da sociedade partilham de certas crenças e conteúdos representacionais comuns acerca de determinado objeto social.
- 2) Variação de Tomada de Posição Individuais: Compreende que estes indivíduos se diferenciam entre si por meio das relações distintas que possuem com o objeto representacional.
- 3) Ancoragem das Diferenciações Individuais: Depreende que estas diferenças estão ancoradas em realidades simbólicas distintas ligadas a posições sociais específicas e embasadas em hierarquias de valores singulares que promovem variações nas tomadas de posição frente ao objeto.

O paradigma das três fases demonstra a intenção da abordagem societal em aprofundar nas dinâmicas psicossociológicas, que atuam na elaboração das representações sociais, indo de um nível comum e consensual até às diferenças de posições que resultam em variações de posicionamentos individuais. O argumento das representações sociais enquanto princípios organizadores de tomada de posição, bem como o próprio paradigma das três fases, demonstra o interesse da abordagem societal nos processos de ancoragem.

Nesta discussão, Doise (1992) desenvolve três tipos de ancoragem que organizam as variações das tomadas de posição individuais em representações sociais: a ancoragem psicológica, ancoragem psicossociológica e ancoragem sociológica. A ancoragem psicológica se refere à intervenção de crenças e valores gerais no ordenamento das relações simbólicas (Doise, 1992). A ancoragem psicossociológica analisa a maneira com que os indivíduos se percebem e se situam simbolicamente nas categorias e posições em determinado espaço social. Em uma terceira instância, Doise (1992) argumenta que a ancoragem sociológica reflete as pertencas sociais ocupadas pelos indivíduos nas relações sociais, promovendo assim, dinâmicas

representacionais similares. Estas pertencas sociais podem ser evidenciadas em categorias, como raça, gênero, classe social e orientação política.

As discussões elaboradas a partir da abordagem societal das representações sociais colaboram com o estudo dos dissensos e consensos que permeiam o pensamento social. Conforme discutido por Moscovici e Doise (1992), a formação de decisões coletivas é resultado de conflitos sociocognitivos, que nascem a partir da existência de propostas variadas e ideias alternativas. O conflito seria social na medida em que as alternativas potenciais são delimitadas pelos indivíduos no intuito de resolver determinado dilema e seria também cognitivo uma vez que estas decisões coletivas produzem transformações nas dinâmicas mentais e interiores dos sujeitos (Moscovici; Doise, 1992).

Os conflitos sociocognitivos são formados a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos que necessitam argumentar e postular seus pontos de vista, visando à criação de um pensamento comum. O conflito, dessa forma, seria base para a formação de consensos, enfraquecendo os dissensos individuais existentes e promovendo a consolidação de uma única proposta.

Segundo Moscovici e Doise (1992), a consolidação de uma representação social comum entre os indivíduos pertencentes ao grupo auxilia, não apenas na aproximação das ideias diferentes e pontos de vistas contrários, mas também reforça os laços sociais existentes. Nesta discussão, Moscovici e Doise diferenciam sua perspectiva dos pensamentos clássicos acerca da tomada de decisão, uma vez que apontam que a construção do consenso não busca somar as opiniões e pontos de vista individuais, escolhendo aquela que possui as melhores informações, mas sim transformá-las em opiniões e tendências sociais resultantes das interações entre os membros dos grupos. Assim, os membros do grupo se implicam na tomada de decisão, transformando sua percepção e ideias a depender de quão perto se encontram dos valores normativos e dominantes (Moscovici; Doise, 1992).

A delimitação de um consenso em determinado grupo não significa que em outros contextos grupais a tomada de decisão comum também irá acontecer da mesma maneira e abarcará os mesmos pontos de vista. Nesse sentido, um mesmo ponto de vista adotado em um grupo pode ser refutado em outro cenário grupal, uma vez que pode revelar sistemas de crença e posições sociais distintas.

Nesta questão, consensos e dissensos não são categorias mutuamente excludentes, na medida em que a tomada de posição frente a determinado objeto pode possuir contornos condicionais a depender da dinâmica intergrupala evidenciada. Esta discussão está imbricada na abordagem societal, visto que demonstra que as representações sociais, compreendidas

enquanto princípios organizadores da tomada de posição (Doise, 1986), possuem dinamicidades que vão além dos aspectos consensuais e comuns. Elas revelam entendimentos distintos e promovem representações que reafirmam posicionamentos específicos na estrutura social, vinculadas a juízos e hierarquias.

Valentim (2016) argumenta que as representações sociais são construídas por meio de dinâmicas que tangem aos dissensos e consensos e não necessariamente somente ao último. Esses processos revelam as diferenciações grupais que auxiliam na construção de representações sociais, como também apontam para a própria coexistência de entendimentos distintos no pensamento social (Moscovici, 2010).

Na tentativa de analisar os processos de construção dos consensos e dissensos, Moscovici e Doise (1992) argumentam que os indivíduos colhem informações de diversas fontes oriundas da vida social, promovendo divisões do trabalho cognitivo, que repartem e selecionam esses conhecimentos. Os autores afirmam que os indivíduos possuem somente uma fração dos conhecimentos, que podem diferir em ordem quantitativa e qualitativa (voltado à natureza da informação). Nesse sentido, diferentes indivíduos que participam dos grupos podem conceber razões distintas para uma mesma questão.

Esta discussão pode ser levada às dinâmicas intergrupais, uma vez que assim como os indivíduos, os grupos sociais se utilizam de informações e conhecimentos distintos para a elaboração de representações sociais, promovendo dissensos e consensos acerca de um mesmo objeto social. Assim, a construção de determinado consenso em uma conjuntura grupal específica pode diferir e ser contrastante a outros grupos sociais, evidenciando o dissenso.

Os processos de construção de dissensos e consensos podem ser aprofundados a partir das dinâmicas memoriais. Como bem salienta Candau (2019), a modernidade evidenciou o enfraquecimento das bases comuns (mitos, lendas e relatos), que auxiliam no compartilhamento de memórias entre os grupos sociais. Nesse sentido, o arcabouço social comum acerca do passado se encontra diluído, provocando o aumento de narrativas paralelas e dissensos sobre a história, intensificados sobretudo pela marca da polarização social. Em uma discussão similar, Wagoner (2015) aponta para a construção social da memória na contemporaneidade a partir de várias fontes, revelando diferentes entendimentos acerca do passado coletivo. Nas palavras do autor:

Não existe uma interpretação definitiva e imparcial do passado que possamos consultar para obter as "verdadeiras" causas históricas dos conflitos. É inevitável que tenhamos de lidar com maneiras diferentes e até mesmo opostas de (re)construir o passado vinculado a diferentes estruturas sociais. Os grupos sociais normalmente inventam táticas para bloquear as interpretações de outros grupos, mas também há a possibilidade de incentivar o diálogo e a reflexividade sobre suas próprias construções

por meio, por exemplo, de um ensino mais crítico da história (Wagoner, 2015, p. 153, tradução nossa).²³

Seguindo a discussão proposta por Wagoner (2015), as sociedades modernas são caracterizadas por uma multiplicidade de grupos sociais que ao interagirem entre si produzem antagonismos simbólicos oriundos de sistemas de valores e representações sociais distintas. A memória atua não apenas como um modo de compreensão do passado, mas também auxilia na diferenciação entre os grupos. O relato acerca do passado, então, torna-se objeto que perpassa movimentos de divergência e convergência, acarretando narrativas plurais acerca do que teria ocorrido na história. Essas propriedades mnemônicas, bem como a análise dos dissensos e consensos, podem ser estudadas no panorama brasileiro contemporâneo.

O cenário brasileiro contemporâneo se encontra inserido em um panorama de polarização política e social, que culmina em entendimentos distintos frente ao passado nacional. Em outras palavras, os entendimentos frente ao passado nacional estão configurados de maneira plural, uma vez que os diferentes grupos constroem representações e compreensões distintas da historiografia brasileira. Como bem salienta Moscovici e Doise (1992), cenários de polarização social demonstram um terreno interessante para o estudo das dinâmicas consensuais e dissonantes das representações sociais. Ademais, as propriedades mnemônicas na contemporaneidade revelam que as memórias de acontecimentos históricos podem ser reestruturadas e transformadas pelos diferentes grupos sociais a partir de sistemas de crenças e inserções sociais específicas.

O estudo do passado se torna de grande importância no momento de pós-verdade na contemporaneidade (Saint-Laurent *et al.*, 2017). A ascensão de governos populistas, não apenas no Brasil, mas em diferentes regiões do mundo, demonstrou o que Michel (2010) denomina de *esquecimento-manipulação*, relacionado à elaboração de narrativas históricas por personalidades políticas no intuito de deturpar a historiografia oficial de um país. A análise de como os indivíduos e grupos sociais se relacionam com o passado, bem como os dispositivos mnemônicos que são postos em evidência na consolidação de narrativas históricas, demonstram a relevância de compreender as dinâmicas psicossociais envolvidas na reconstrução da

²³ No original: “*There is no definitive and impartial interpretation of the past which we can consult to obtain the ‘true’ historical causes of conflicts. We have inevitably to deal with different and even opposing ways of (re)constructing the past attached to different social frameworks. Social groups typically invent tactics to block other group’s interpretations, but there is also the possibility of encouraging dialogue and reflexivity on one’s own constructions through, for example, a more critical teaching of history*”.

história²⁴. Neste sentido, a partir do prisma teórico da abordagem societal das representações sociais e dos estudos em rememoração, cabe analisar os processos pelos quais o passado histórico nacional vem sendo elaborado e representado por diferentes grupos que permeiam a vida social brasileira.

A partir das discussões delineadas, convém apresentar os questionamentos e perguntas que guiam esta pesquisa e os procedimentos metodológicos implementados. Em um primeiro plano geral, indaga-se: quais são as memórias partilhadas e dissonantes entre diferentes grupos sociais acerca de grandes eventos da história brasileira? Em um segundo momento, torna-se pertinente averiguar: quais regulações ou inserções sociais produzem quais representações do passado histórico nacional?

²⁴ A recente eleição presidencial de 2022, imbricada em um alto grau de polarização política e social, evidenciou diferentes entendimentos acerca do que teria sido o passado histórico nacional, como também revelou projetos de futuro distintos para a sociedade brasileira

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Investigar dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos históricos brasileiros entre diferentes grupos sociais.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Averiguar consensos acerca de acontecimentos históricos marcantes na historiografia brasileira
- b) Identificar o campo comum memorial dos acontecimentos históricos brasileiros
- c) Caracterizar variações grupais a partir de unidades de pensamento semelhantes
- d) Discutir as relações entre tipos de ancoragem e posicionamentos grupais acerca de determinados acontecimentos históricos brasileiros.

6 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A presente dissertação possui como delineamento central a execução de dois estudos. Apesar de suas diferenciações, ambos os estudos estão inseridos em um arcabouço teórico comum, isto é, promovem articulações com a abordagem societal das representações sociais. Nesse sentido, cada operação de pesquisa, bem como sua metodologia, será detalhada separadamente. Contudo, inicialmente alguns pontos serão tecidos com o intuito de apresentar o contexto geral em que os procedimentos metodológicos foram executados.

Em um primeiro momento, cabe avaliar que os estudos na abordagem societal desembocam, entre outros fatores, no desenvolvimento de metodologias quantitativas para o estudo das representações sociais (Doise; Clémence; Lorenzi-Cioldi, 1992). A análise dos aspectos não consensuais das representações, bem como a função dos pertencimentos sociais nas diferenciações de tomadas de posição, revela um terreno interessante para a utilização de tecnologias computacionais, visando situar os indivíduos em seus grupos de pertença (Doise; Clémence; Lorenzi-Cioldi, 1992). Dessa forma, a utilização de tecnologias computacionais demonstra uma correlação com o estudo das dinâmicas dissonantes das representações sociais.

Neste contexto, os *softwares* computacionais se configuram como instrumentos importantes na abordagem societal das representações sociais, uma vez que promovem correlações entre conteúdos expressos pelos indivíduos com aspectos subjacentes, relacionados aos grupos de pertenças e aos processos de ancoragens. Os *softwares* computacionais podem auxiliar na compreensão da vinculação dos conteúdos representacionais. Esta vinculação do conteúdo representacional com os grupos de pertença também é algo de grande importância para a temática da rememoração, na medida em que os dispositivos mnemônicos necessitam ser analisados a partir de uma ótica referencial, isto é, por meio dos grupos que produzem tais memórias. Dessa forma, para os dois estudos desta dissertação, foram utilizados dois *softwares* computacionais no intuito de analisar os dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos brasileiros: o IRaMuTeQ²⁵ e o RStudio²⁶, respectivamente.

O primeiro estudo buscou identificar consensos acerca de acontecimentos históricos brasileiros marcantes, visando compreender quais eventos históricos nacionais eram mais lembrados e, conseqüentemente, estariam presentes de maneira mais enfática no pensamento social. Para isso, foram aplicados 126 questionários de associação livre entre brasileiros maiores

²⁵ Disponível em: <http://iramuteq.org>.

²⁶ Disponível em: <https://posit.co/download/rstudio-desktop/>.

de 18 anos, a partir do termo indutor *acontecimentos históricos brasileiros marcantes*. Nesse estudo, a partir do *software* IRaMuTeQ, utilizaram-se análises de Frequência e Ordem de Importância com o intuito de evidenciar os acontecimentos históricos mais compartilhados e consensuais.

Esta primeira operação de pesquisa se baseia em uma das premissas da Escola de Genebra, acerca das propriedades que categorizam os objetos de representação social. Seguindo a linha argumentativa de Palmonari e Doise (1986) o estudo das representações sociais está ancorado na análise das dinâmicas simbólicas que permeiam o interior dos grupos sociais. Para os autores, o objeto de representação social necessariamente deve possuir determinada relevância social e pertinência nos grupos sociais, uma vez que estes mobilizam crenças, valores e atitudes distintas, ou seja, evidenciam dissensos representacionais.

Compreendendo as representações sociais como formas de conhecimento, que produzem tomadas de posição variadas, tornou-se necessário analisar quais seriam os acontecimentos históricos brasileiros, que poderiam produzir posicionamentos dissonantes e consensuais. O objeto de representação social, a partir disso, necessita ser polimorfo, assumindo formas diferentes em contextos sociais específicos (Sá, 1998).

Estas discussões também são respaldadas pelos estudos em rememoração, na medida em que a memória social somente é reconstruída em contextos que reafirmam os interesses e tendências dos grupos (Bartlett, 1995). Dessa forma, tornou-se necessário realizar uma investigação preliminar, representada pelo Estudo 1, no intuito de averiguar quais seriam os acontecimentos históricos brasileiros marcantes que possuem implicação social e destaque no pensamento social. O caráter preliminar do Estudo 1 também se relacionou com a iniciativa de formular uma lista de acontecimentos brasileiros marcantes, que foi utilizada como base para o Estudo 2.

A partir da delimitação da lista de acontecimentos históricos brasileiros marcantes na primeira etapa de pesquisa, foi possível adentrar ao Estudo 2. A segunda operação de pesquisa buscou investigar os dissensos e consensos memoriais acerca dos acontecimentos históricos brasileiros delimitados no Estudo 1. Neste contexto, por meio da aplicação de 420 questionários de escala entre brasileiros maiores de 18 anos, foi conduzida uma Análise de Perfil Latente (APL) no RStudio, que visou identificar subgrupos e variações estatísticas na amostra principal, possibilitando categorizar tipologias de perfis de respostas e suas caracterizações específicas (Ferguson; Moore; Hull, 2020). A delimitação de uma lista de acontecimentos históricos marcantes se tornou necessária, não apenas para compreender os eventos mais salientes no pensamento social, como também, em uma ordem metodológica, possibilitou a execução da

APL no Rstudio, uma vez que este procedimento é fundamental para a execução deste tipo de análise.

A análise promovida pela APL visou analisar os dissensos e consensos memoriais acerca dos acontecimentos históricos brasileiros. O Estudo 2 buscou aprofundar nos aspectos não consensuais, bem como nas articulações entre metassistema e posicionamentos individuais, evidenciados no estudo da abordagem societal das representações sociais (Doise, 1990). Para isso, dois aspectos dos acontecimentos históricos foram analisados a partir de uma escala de 7 pontos: o nível de emoção do acontecimento (indo de extremamente negativo para extremamente positivo) e o grau de importância do evento (indo de nada importante para extremamente importante). A escolha por estes indicadores vai de acordo com os argumentos acerca da articulação existente entre dinâmicas afetivas e sociais envolvidas na construção da memória (Jodelet, 1992, Bartlett, 1995; Wagoner, 2015). Nesta etapa de pesquisa, busca-se avançar de uma dinâmica consensual até os processos de ancoragens que resultam na diferenciação das tomadas de posição.

A memória histórica de acontecimentos passados foi utilizada como forma de averiguar as dinâmicas representacionais consensuais, isto é, compartilhadas, e as variações que constroem o pensamento social. A proposta evidenciada no Estudo 2 objetivou ancorar nos pressupostos de homologia estrutural evidenciada na abordagem societal, uma vez que a APL possibilita averiguar a influência das regulações ou inserções sociais na avaliação expressa. Assim, a análise permite não apenas evidenciar as variações na tomada de posição dos grupos em relação aos acontecimentos históricos, como também demonstrar quais inserções sociais respondem por quais atitudes frente ao passado nacional. Cabe salientar que a pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, sob o protocolo: CAAE- 66261422.5.0000.5208.

A partir disso, a seguir será apresentado um quadro-síntese dos estudos propostos e suas articulações com os objetivos delimitados para esta dissertação.

Tabela 1 – Sistematização do delineamento metodológico proposto

Sistematização dos Estudos						
Capítulo	Objetivos Específicos	Estudos	Participantes	Instrumentos	Análise	Tratamento dos dados
Capítulo 6	- Averiguar consensos acerca de acontecimentos históricos marcantes na historiografia brasileira	Estudo 1	126 brasileiros, maiores de 18 anos	Questionário de associação livre	Análise de frequência e grau de importância	<i>Software IRaMuTeQ</i>
Capítulo 7	- Identificar o campo comum memorial dos acontecimentos históricos brasileiros - Caracterizar diferentes variações grupais a partir de unidades de pensamento semelhante - Discutir as relações entre tipos de ancoragem e posicionamentos grupais acerca de determinados acontecimentos históricos brasileiros	Estudo 2	420 Brasileiros, maiores de 18 anos	Questionário de Escala	Análise de Perfil Latente (APL)	<i>Software RStudio Package TidyLPA</i>

Fonte: Eskinazi, 2024.

7 ESTUDO 1 - MAPEAMENTO DOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS MARCANTES: ANÁLISE DOS CONSENSOS MEMÓRIAIS

O Estudo 1 objetivou identificar acontecimentos históricos brasileiros marcantes na historiografia nacional. Dessa forma, o delineamento dos acontecimentos históricos marcantes possibilita a apreensão dos eventos do passado coletivo, que estão presentes de maneira mais proeminente no pensamento social, demonstrando sua relevância entre os diferentes grupos e sua característica enquanto objeto de representação social (Sá, 1998). Nesse sentido, o estudo 1 buscou mapear os consensos memoriais acerca do passado nacional, isto é, os dispositivos mnemônicos compartilhados acerca da historiografia brasileira. A partir disso, a seguir serão explanados os procedimentos metodológicos delimitados para o primeiro estudo.

7.1 OBJETIVOS DO ESTUDO 1

- Averiguar consensos acerca de acontecimentos históricos marcantes na historiografia brasileira.

7.2 MÉTODO

7.2.1 Participantes

Retomando os argumentos discutidos na apresentação, os procedimentos de pesquisa delineados visam a uma análise macrossocial da conjuntura brasileira. Dessa forma, o intuito desta dissertação é estudar as memórias de grandes eventos históricos brasileiros para diferentes grupos sociais, e não necessariamente um único evento histórico para um grupo específico. Esta escolha reverbera diretamente na maneira com que foram delimitados os participantes para ambos os estudos. Para esta primeira operação de pesquisa, participaram da pesquisa indivíduos brasileiros, maiores de 18 anos.

Em relação aos critérios de inclusão, optou-se por indivíduos brasileiros, com idades acima de 18 anos, letrados e que aceitaram participar na pesquisa. Foram excluídas crianças e adolescentes menores de idade, indivíduos que não eram alfabetizados, estrangeiros, indivíduos portadores de alguma condição neurológica ou cognitiva que afetasse a compreensão das perguntas dos questionários e indivíduos que não preencheram de maneira adequada o instrumento utilizado. No total, 126 indivíduos participaram do primeiro estudo. A escolha do número de participantes para o Estudo 1 se baseou na intenção de obter uma compreensão geral

acerca dos acontecimentos históricos brasileiros marcantes, sem necessariamente uma análise profunda a respeito dos eventos que compõem a historiografia brasileira em sua totalidade.

Baseado na premissa de Halbwachs (1994), os indivíduos utilizam de imagens do passado como membros de grupos e usam convenções sociais (os chamados quadros sociais da memória) para a construção mnemônica. O autor salienta que essas convenções sociais não são completamente criadas por eles, sendo uma incorporação de dinâmicas exteriores. A memória é um processo necessariamente referencial, baseado sobretudo nos grupos e na maneira com que estes compartilham determinadas lembranças. Dessa forma, torna-se importante, em um primeiro momento, apresentar os participantes desta primeira etapa de pesquisa. A Tabela 2 apresenta a distribuição de idade e gênero entre os participantes do Estudo 1 e sua frequência.

Tabela 2 - Idade e Gênero dos participantes do Estudo 1 e sua frequência

Idade	Feminino	Masculino	Outro	Total da Amostra
18 a 30 anos	33	10	0	43
31 a 44 anos	15	10	0	25
45 a 65 anos	30	16	1	47
Acima de 65 anos	6	5	0	11
	84	41	1	126

Fonte: Eskinazi, 2024.

A distribuição da amostra revelou uma maior incidência de participantes do sexo feminino e de indivíduos entre 45 e 65 anos. Neste contexto, os participantes do sexo feminino representaram 65,9% da amostra e do sexo masculino 33,3%. Ademais, os indivíduos entre 45 e 65 anos corresponderam a 37,3% e aqueles entre 18 a 30 anos denotaram 34,1% do total de participantes. Os participantes entre 31 e 44 anos representaram 19,8% da amostra e aqueles maiores de 65 anos, 8,7%. No que concerne à região de morada, 112 participantes (88,9% da amostra) habitavam na região Nordeste do Brasil, 13 no Sudeste (10,3%) e somente 1% era oriundo da região Sul. Em relação à Etnia, houve uma maior predominância de pessoas que se autoidentificaram como brancas (55,6%), seguido de Pardos (36,5%), Negros (6,3%) e Amarelos (1,6%).

Entre as variáveis socioeconômicas evidenciadas na amostra, o grau de escolaridade também se mostrou como um ponto de discussão pertinente. O grau de escolaridade medido

esteve relacionado a três categorias centrais: Ensino Médio Completo, Ensino Superior Completo e Pós-Graduação (abarcando cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado). A partir disto, evidenciou-se que os participantes do Estudo 1 possuíam em sua maioria algum tipo de Pós-Graduação, uma vez que esses indivíduos representavam cerca de 61,1% (77 indivíduos) da amostra total. Neste contexto, 32 participantes afirmaram que possuíam Ensino Superior Completo (25,4% da amostra) e 17 Ensino Médio Completo (13,5% da amostra). A partir disso, a Tabela 3 demonstra a distribuição do grau de escolaridade dos participantes do estudo 1 a partir de suas idades.

Tabela 3 - Idade e Grau de Escolaridade dos participantes do Estudo 1 e sua frequência

Idade	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo	Pós-Graduação	Total da Amostra
18 a 30 anos	14	15	14	43
31 a 44 anos	1	4	20	25
45 a 65 anos	2	8	37	47
Acima de 65 anos	0	5	6	11
	17	32	77	126

Fonte: Eskinazi, 2024.

Assim, em outras palavras, apesar de evidenciar uma variabilidade de indivíduos que compõem a amostra, os participantes do Estudo 1 eram em sua maioria: Indivíduos entre 45 e 65 anos, do sexo feminino, moradores do Nordeste brasileiro e que possuíam algum tipo de pós-graduação.

7.2.2 Instrumento

Para o Estudo 1 se adotou um questionário de associação de palavras (APÊNDICE B) a partir do termo indutor "Acontecimentos Históricos Brasileiros Marcantes". Os participantes foram instruídos a responder de maneira livre 5 eventos que lhe vêm à cabeça quando pensam no termo em questão. Após a resposta dos cinco acontecimentos, os participantes ordenaram os eventos em ordem de importância, sendo o 1º o mais importante até o 5º menos importante. Em uma última etapa, ao fim do questionário, houve um espaço para coleta de dados socioeconômicos (Idade, Gênero, Etnia, Grau de Escolaridade e Região de Morada).

7.2.3 Procedimento de Coleta

O recrutamento dos participantes para o estudo foi realizado de maneira virtual, por meio de mensagens e *link* com o convite para participação na pesquisa. O *link* disponibilizado encaminhou o participante para o preenchimento e realização do instrumento. Os *links* de participação na pesquisa foram divulgados a partir de mensagens em diferentes grupos de Whatsapp pelo pesquisador, visando aumentar a diversidade de participantes na pesquisa. O recrutamento de participantes se baseou também no método “Bola de Neve”, em que os participantes puderam divulgar e encaminhar o questionário também para outros interessados, proporcionando uma maior quantidade de pessoas participantes.

Compreende-se que a coleta no formato virtual auxilia em uma divulgação mais ampliada da pesquisa, possibilitando um maior número de voluntários. Ademais, a decisão da coleta de dados de maneira virtual atende às medidas de cuidado e precaução frente ao período da pandemia de Covid-19. Antes do preenchimento do questionário, houve um espaço onde foram repassadas as informações gerais sobre a pesquisa e realizada a solicitação para autorização de participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pesquisas em ambientes virtuais.

7.2.4 Procedimento de análise

O conjunto das evocações foi analisado por meio do IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud, em 2009. Por meio de sua interface com o R, o IRaMuTeQ se configura enquanto um *software* gratuito, que permite a realização de análises estatísticas de textos e questionários. O *software* possui uma vasta gama de ferramentas para a análise textual, sendo possível a realização de análises de frequências simples, análise de correspondências múltiplas, classificações hierárquicas descendentes, análises prototípicas, análises de similitude, entre outras (Camargo; Justo, 2013).

A partir das evocações obtidas no Estudo 1, optou-se por uma análise de frequência e grau de importância. Nesse sentido, este tipo de análise permite correlacionar os termos mais frequentemente evocados, isto é, mais lembrados, com os de maior importância para os participantes, revelando as palavras que possuem maior saliência e, conseqüentemente, um maior compartilhamento entre os participantes. Assim, a correlação entre a frequência dos termos evocados com o grau de importância dado pelos participantes revela as dinâmicas consensuais do pensamento social, como também demonstra aquilo necessário e indispensável para as representações sociais (Dany; Urdapilleta; Lo Monaco, 2015).

Este tipo de análise permite que os termos evocados sejam dispostos em uma representação gráfica, que segue a seguinte formação: o eixo horizontal se relaciona ao grau de importância das palavras evocadas, enquanto o eixo vertical diz respeito à frequência das palavras. As palavras são organizadas em quadros quadrantes principais: o primeiro representado por aqueles termos com maior frequência e importância, o segundo sendo os mais frequentes e menos importantes, o terceiro os menos frequentes e mais importantes e, por fim, o último quadrante que demonstra as palavras menos frequentes e menos importantes (Sousa, 2021).

Cabe pontuar que a correlação entre a frequência e grau de importância dos termos evocados, bem como a distribuição das palavras em quatro quadrantes principais, pode ser evidenciada também na Análise Prototípica realizada no IRaMuTeQ. Fundamentada principalmente na abordagem estrutural²⁷ das representações sociais, a análise prototípica visa identificar os elementos ditos centrais e periféricos, bem como a estrutura da representação social (Wachelke; Wolter, 2011).

No que concerne à análise proposta para o Estudo 1, a primeira operação de pesquisa busca somente mapear consensos memoriais no intuito de compreender os acontecimentos históricos mais lembrados e importantes, buscando elaborar uma lista de acontecimentos históricos marcantes. Assim, a ideia por trás desta análise não está pautada necessariamente na compreensão dos aspectos estruturais da representação, marcada pela identificação do núcleo central e dos sistemas periféricos. Com isso, para esta primeira operação de pesquisa, optou-se por denominar este procedimento realizado de análise de frequência e grau de importância, e não de análise prototípica.

7.3 CONSENSOS MEMORIAIS ACERCA DE ACONTECIMENTOS BRASILEIROS MARCANTES

A partir do questionário de associação-livre, foram obtidas 626 evocações entre os 126 participantes. A frequência mínima para análise foi de 5 evocações. A Tabela 4 apresenta os acontecimentos históricos brasileiros marcantes evocados pelos participantes.

²⁷ A abordagem estrutural, desenvolvida por Jean-Claude Abric e colaboradores da Universidade de Aix-Marseille, busca compreender a estrutura que organiza a representação social. Nessa perspectiva, as representações sociais são analisadas a partir de dois elementos: o núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central diz respeito aos conteúdos mais hegemônicos que dão sentido e organizam a representação social. Os sistemas periféricos, por sua vez, seriam mais contextuais e dinâmicos, com isso, mais variáveis a mudanças exteriores. Os elementos do sistema periférico estariam mais ligados às práticas cotidianas, às variações individuais e têm a função de proteger o núcleo central.

Tabela 4 - Análise de frequência e grau de importância a partir do termo indutor: Acontecimentos Históricos Brasileiros Marcantes

≤ 2.77 Importância > 2.77

	Acontecimentos Evocados		Acontecimentos Evocados			
	F	I	F	I		
≤ 19 Frequência > 19	Independência do Brasil (1822)	57	2	Ditadura Militar (1964-1985)	57	3.1
	Abolição da Escravidão (1888)	45	1.8	<i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff (2016)	30	3.6
	Diretas Já (1983-1984)	38	2.6			
	Eleição Presidencial de 2022	29	2.5			
	Proclamação da República (1889)	26	2.5			
	Constituição Federal de 1988	23	2.6			
	Descobrimento (1500)	20	2.5			
	Pandemia de Covid-19 (2020)	17	2.5	Revolução Pernambucana (1817)	17	3.4
	Eleição Presidencial de 2002	10	2	Eleição Presidencial de 2018	12	3.7
	Chegada da Família Real Portuguesa (1808)	6	2.3	Inconfidência Mineira (1789-1792)	12	3.8
	Plano Real (1994)	5	2.6	Atos Antidemocráticos de 08/01 (2023)	10	3.5
	Eleição de Dilma Rousseff (2010)	5	2.6	<i>Impeachment</i> de Fernando Collor (1992)	9	3.3
				Era Vargas (1930-1945)	9	3.9
				Guerra de Canudos (1896-1897)	7	3.7
				Copa do Mundo	6	4.8
				Revolução Farroupilha (1835-1845)	6	4.5
				Conquista do Voto Feminino (1932)	5	5.3

Fonte: Eskinazi, 2024.

O primeiro quadrante (Tabela 4) apresenta os acontecimentos históricos mais rememorados e marcantes, uma vez que agrupa as evocações de maior frequência e grau de importância. Aqueles eventos que pertencem a este quadrante possuem os maiores números para frequências e um índice menor que 2.77 para grau de importância. Este quadrante revela os eventos que possuem determinado consenso entre os participantes, demonstrando memórias comuns acerca do passado histórico nacional. Nesse quadrante, observa-se a presença de sete acontecimentos históricos: Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Movimento de Diretas Já, Eleição Presidencial de 2022, Proclamação da República, Constituição Federal de 1988 e Descobrimento do Brasil. Estes eventos rememorados em maior frequência e importância estão inseridos em dinâmicas temporais vastas, indo desde o Descobrimento do Brasil em 1500 até a recente eleição presidencial de 2022.

Neste primeiro quadrante, a Independência do Brasil foi um dos eventos mais rememorados e mencionados entre os participantes, representando um total de 57 evocações. A abolição da escravatura alcançou o segundo maior número de evocações e obteve o maior grau de importância entre todos os acontecimentos mencionados, com um índice geral de 1.8. Em seguida, os eventos Diretas Já, Eleição Presidencial de 2022 e Proclamação da República obtiveram respectivamente 38, 29 e 26 evocações. O movimento de Diretas obteve um grau de importância de 2.6 e os dois eventos seguintes 2.5. Por fim, neste primeiro quadrante, foram

evidenciados como eventos marcantes a Constituição Federal de 1988, com uma frequência de 23 evocações e grau de importância de 2.6, e o Descobrimento do Brasil, responsável por 20 evocações e 2.5 de nível de importância.

Em um contexto semelhante, o segundo quadrante revelou os eventos históricos também mais evocados e rememorados; contudo, diferentemente do primeiro quadrante, estes não possuem um alto grau de importância, isto é, os acontecimentos deste quadrante obtiveram um índice numérico maior que 2.77. Neste quadrante, foram evidenciados dois acontecimentos apenas: a Ditadura Militar Brasileira e o *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, de 2016. A menção ao evento Ditadura Militar, assim como a Independência do Brasil, obteve um alto índice de frequência com 57 evocações e índice de importância de 3.1, sendo também um dos acontecimentos mais rememorados. O *Impeachment* de Dilma Rousseff também obteve uma alta rememoração, evidenciado por 30 evocações, mas com um nível de importância menor de 3.6.

Adentrando nos eventos históricos mais rememorados nestes dois primeiros quadrantes, avalia-se algumas características importantes. Em uma primeira análise, os acontecimentos históricos evidenciados vão ao encontro com outros estudos brasileiros em representações sociais e memória sobre eventos nacionais marcantes, em especial o de Brasil, Cabecinhas e Bonomo (2019). As autoras, ao investigarem as representações sociais da história da América Latina entre estudantes brasileiros, observaram que os acontecimentos Independência e Descobrimento obtiveram um maior índice de frequência e grau de importância, assim como evidenciado neste estudo.

Ademais, eventos como Abolição da Escravatura e Ditaduras se apresentavam também com uma frequência alta, contudo com baixos índices de importância. Aliado a isso, eventos como Fim das Ditaduras, semelhante aos eventos como Diretas Já e Constituição Federal de 1988 evidenciados no Estudo 1, também foram mais rememorados e postos com um maior grau de importância. Esses resultados apontam para algumas características consensuais acerca da memória do passado histórico nacional e dos acontecimentos históricos marcantes.

Os acontecimentos mencionados nestes dois primeiros quadrantes também vão de acordo com os estudos clássicos em rememoração. Evidencia-se que os eventos mais rememorados estão inseridos em uma dinâmica temporal próxima, isto é, são acontecimentos históricos que ocorreram nos últimos 50 anos.

Como afirmado por Mathias e Páez (2018), existe uma hipótese geracional nos estudos em memória de que os indivíduos tendem a evocar com uma maior frequência, eventos mais recentes ou que experienciaram em sua juventude. Nesse sentido, acontecimentos mais recentes

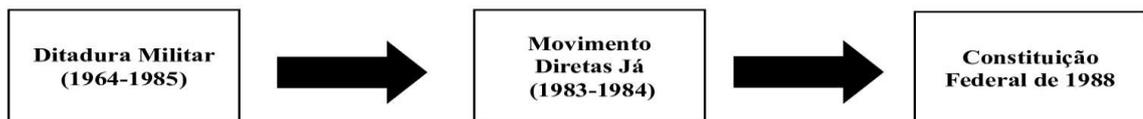
são evocados com mais frequência devido à proximidade com o ocorrido e a lembrança do vivido (Ester; Vinken; Diepstraten, 2002). Nas evocações realizadas, observa-se que 5 dos 9 acontecimentos de maior frequência ocorreram nos últimos 50 anos (Ditadura Militar, Diretas Já, *Impeachment* de Dilma Rousseff, Eleição Presidencial de 2022 e Constituição Federal de 1988).

Nesta questão, pode-se perceber que existe uma questão geracional subjacente. Aprofundando neste ponto, Schuman e Scott (1989) argumentam acerca da importância de averiguar as dinâmicas geracionais envolvidas na reconstrução do passado e nos processos mnemônicos. Segundo os autores, experiências na juventude se tornam mais marcantes, uma vez que estes períodos auxiliam na consolidação de entendimentos sociais, visões políticas e formação de vínculos. Assim, acontecimentos históricos que ocorrem nesse período tendem a ser mais marcantes em detrimento daqueles que ocorreram antes ou depois, resultando em um maior nível de rememoração (Schuman; Scott, 1989).

Tomando como base que a maioria da amostra do Estudo 1 possui entre 45 e 65 anos, avalia-se que a maioria dos eventos mais rememorados e consensuais foram experienciados, em certa medida, pelos participantes. Mais especificamente, a alta menção da Ditadura Militar, Movimento de Diretas Já e Constituição Federal revela um percurso histórico específico evidenciado entre os anos de 1964 e 1988: O início da Ditadura Militar em 1964; em seguida, os Movimentos de Diretas no final dos anos 80 que exigiam o direito ao voto livre, culminando com a consolidação da Constituição Federal em 1988.

Em outras palavras, estes eventos fizeram parte da vivência daqueles que possuem atualmente entre 45 e 65 anos, resultando em uma maior rememoração e consequente evocação de memórias mais consensuais e compartilhadas.

Figura 1 - Trajetória histórica dos acontecimentos brasileiros mais rememorados a partir da hipótese geracional



Fonte: Eskinazi, 2024.

A questão geracional evidenciada entre os participantes possui articulações com a formação dos consensos memoriais. Moscovici e Doise (1992) afirmam que a diferença está

configurada como elemento central que estimula discussões e incentiva as controvérsias, acarretando posições dissonantes sobre uma temática. No caso da amostra do estudo, uma maior presença de indivíduos entre 45 e 65 anos pode proporcionar um efeito contrário, marcado pela convergência de entendimentos acerca do passado nacional.

Os consensos são atingidos mais facilmente, na medida em que existe um fator de semelhança que permeia o grupo em questão, não sendo necessário que "cada um procure defender a sua opção, cooperar com os seus parceiros, comprometer-se a favor ou contra uma determinada solução" (Moscovici; Doise, 1992, p. 115, tradução nossa²⁸). Os acontecimentos históricos marcantes que são rememorados, então, atingem mais facilmente um nível de convergência por meio de memórias comuns e entendimentos similares acerca do passado nacional.

Ainda, como salienta Mathias e Páez (2018), a hipótese geracional não seria uma regra absoluta. Ademais, existe na amostra uma gama de indivíduos que pertenciam a outras faixas etárias. Mais especificamente, entre os participantes, observa-se a forte presença também de indivíduos entre 18 e 30 anos. Cabe avaliar outras maneiras com que a memória é reconstruída e quais eventos históricos são postos em um maior nível de importância.

Neste ponto, os acontecimentos evidenciados nos dois primeiros quadrantes não somente tangem os últimos 50 anos, sendo possível averiguar outros eventos históricos, que também foram lembrados em maior número e importância, que não se encontram neste período. Estes acontecimentos seriam: Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Proclamação da República e Descobrimto do Brasil. Neste caso, a alta frequência e índice de importância dadas a estes acontecimentos pode ser analisada a partir, entre outros fatores, do grau de escolaridade dos participantes do Estudo 1.

Nesse sentido, é possível averiguar uma relação entre os acontecimentos mais rememorados pelos participantes e sua relação com o grau de escolaridade. A partir das contribuições desenvolvidas por Wertsch (2002), nota-se que, diferentemente de outras matérias, o ensino da história tem como objetivo ajudar os indivíduos a se tornarem membros conhecedores do estado-nação, compreendendo os acontecimentos que compõem o passado nacional.

A instrução histórica possibilita que os indivíduos assimilem aquilo referente ao passado da nação e suas especificidades em relação aos demais países. Nesta dinâmica, este

²⁸ No original: «non, il faut que chacun cherche à défendre son option, à convaincre ses partenaires, s'engage pour ou contre une certaine solution».

entendimento específico em relação à história nacional é apreendido, sobretudo, no contexto da educação formal. A educação formal possibilita a transmissão das narrativas hegemônicas acerca do passado coletivo, bem como auxilia na demarcação dos períodos da historiografia nacional²⁹.

Este processo de apreensão de narrativas oficiais através da educação não perpassa necessariamente dinâmicas conscientes. A partir disso, o indivíduo é apresentado à versão da história e acaba por naturalizar esta sequência de eventos apresentada (Ferro, 2007). O acesso à educação formal, nesse caso, possibilita a apreensão de uma versão histórica específica que inclui acontecimentos e personagens singulares. Nesse sentido, os manuais e livros escolares são responsáveis não apenas pela transmissão formal da história, mas também possibilitam a construção de memórias acerca do passado nacional (Oliveira; Lewin; Sá, 2004).

Articulando esta discussão com a amostra do Estudo 1, evidencia-se a forte presença de participantes oriundos do sistema educacional brasileiro, isto é, indivíduos que possuem algum contato com os dispositivos educacionais formais. Esta vivência abrangeu tanto a experiência no nível secundário (indivíduos com ensino médio completo) até a inserção em contextos mais especializados (participantes que possuíam algum tipo de pós-graduação). Este dado demonstra que a amostra do estudo 1 em sua maioria possui algum contato com as narrativas históricas oficiais acerca do passado nacional. A partir disso, a inserção dos participantes no contexto educacional formal pode auxiliar na compreensão dos eventos que foram mais importantemente consensuais, uma vez que demonstra uma trajetória de eventos singular acerca do passado nacional.

Para além da questão geracional discutida previamente, os eventos históricos mais rememorados apontam para a construção de uma linha do tempo que possui relações com a educação formal. Nesse sentido, os acontecimentos históricos brasileiros considerados como mais importantes estão ancorados em entendimentos históricos apreendidos durante a escolarização. Estes eventos são respectivamente: Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Proclamação da República e Descobrimto do Brasil. Estes acontecimentos dizem respeito a uma sequência de marcos que estruturam o passado nacional. A partir disso, os eventos mais lembrados demonstram uma trajetória que reflete uma narrativa oficial da história brasileira, apreendida sobretudo em contextos de educação formal.

Esta trajetória histórica se inicia com a chegada dos portugueses ao Brasil. Como

²⁹ Wertsch (2002) argumenta que podem existir cenários em que esta versão oficial oriunda do sistema educacional é questionada pelos indivíduos. Contudo, o autor demonstra que devido à legitimidade dos dispositivos educacionais, este processo se torna menos saliente entre os indivíduos.

averiguado por Oliveira, Lewin e Sá (2004), o evento histórico da chegada dos portugueses ao Brasil está configurado enquanto um acontecimento de grande importância nos manuais escolares brasileiros, trazendo com si uma forte carga imagética envolvendo a construção de um cenário marcado por aspectos materiais como caravelas, indígenas e riquezas da nova terra.

Apesar de debates contemporâneos avaliarem os contextos históricos que já existiam previamente à chegada dos portugueses, bem como o desenvolvimento de narrativas paralelas acerca do que teria sido o “descobrimento” do Brasil, este evento, em certa medida, é compreendido enquanto um dos marcos iniciais da história do Brasil na educação formal (Moller; Sá; Bezerra, 2004).

Este sentido simbólico e imagético presente no Descobrimento do Brasil pode ser observado também na Independência do Brasil, evento que marca a transição do período colonial, iniciado pela colonização portuguesa, para o Império. Conforme bem discutido por Schwarcz (2022), a Independência do Brasil se configura enquanto um dos acontecimentos míticos da historiografia brasileira.

Segundo a autora, o imaginário épico construído acerca da Independência possui um impacto, não apenas nos manuais escolares desenvolvidos, mas também na consolidação de uma memória nacional sobre o evento. O acontecimento traz consigo um forte grau de importância, uma vez que simboliza um ideário de nação e uma memória específica. A célebre pintura *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, demonstra este entendimento lendário. Apesar de pouca fidelidade com a realidade do ocorrido, a pintura torna possível simbolizar o ideário de independência que é encontrado nos livros e manuais, bem como no próprio sistema educacional formal (Schwarz, 2022). A independência reflete um sentimento alegórico, que reverbera diretamente no ensino deste acontecimento no contexto educacional e na compreensão daqueles que passam por este sistema.

Figura 2 - Pintura Independência ou Morte, de Pedro Américo, 1888



Fonte: Página do Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal.³⁰

O terceiro evento que estrutura esta trajetória histórica oriunda do sistema educacional seria a Abolição da Escravatura. Enquadrado enquanto um dos últimos acontecimentos do Império, a abolição da escravatura se configura como um dos eventos chave para se compreender a realidade social brasileira. Segundo Schwartz (2019), o enraizamento da escravidão na formação brasileira promoveu a solidificação de condutas específicas e, particularmente, de entendimentos singulares acerca do ideário de nação. No Brasil, o sistema escravocrata resultou em uma conjuntura profunda nas dinâmicas sociais, desembocando em outras áreas com graves repercussões (Gomes, 2022).

Como um modelo que forjou condutas e costumes sociais, a escravidão está configurada como um acontecimento central na historiografia brasileira. O impacto deste acontecimento reverbera em diferentes instâncias da esfera nacional, entre elas, o cenário educacional. O estudo da escravidão se torna central nos contextos educacionais, uma vez que revela as dinâmicas históricas que construíram as relações sociais na contemporaneidade brasileira (Schwartz; Starling, 2015). A alta rememoração da abolição revela a importância dada a este evento no contexto formal de educação, demonstrando seu impacto na historiografia.

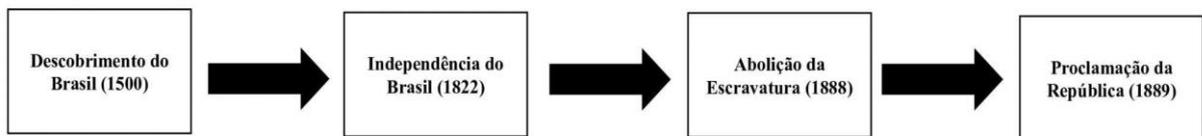
Em um último ponto, evidencia-se a Proclamação da República como evento final desta linha do tempo ancorada no sistema escolar. Este acontecimento marca o início do período republicano a partir de 1889 até os dias atuais. A Proclamação da República, assim como a Independência, possui um caráter mítico, uma vez que simboliza a queda da monarquia no

³⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/patrimonio-historico/independencia-ou-morte-grito-do-ipuranga-estudo>. Acesso em: 18 out. 2023.

Brasil e a consolidação de um projeto republicano de sociedade (Gomes, 2013). A importância dada a este evento pelo sistema educacional formal pode ser compreendida a partir de sua característica de dividir os períodos da história do Brasil, uma vez que a Proclamação encerra o período monárquico presente no Brasil por 300 anos, bem como simboliza o afastamento da família real portuguesa do poder e o avanço das instituições brasileiras (Schwartz; Starling, 2015).

Evidencia-se entre estes eventos, mais consensualmente importantes e rememorados, uma linha do tempo que percorre a história do Brasil a partir dos três principais períodos históricos: Colonial, Imperial e Republicano. Esta divisão está ancorada em entendimentos voltados, não apenas aos manuais escolares, mas também ao processo de educação formal como um todo, responsável por dividir e elencar aqueles eventos mais significativos da história da nação (Ferro, 2007).

Figura 3 - Trajetória histórica dos acontecimentos brasileiros ancorada nos dispositivos educacionais formais



Fonte: Eskinazi, 2024.

A partir disso, pode-se compreender que os eventos mais rememorados e consensuais no Estudo 1 estão relacionados a duas questões principais: o aspecto geracional e o grau de escolaridade da amostra. Os acontecimentos Ditadura Militar, Diretas Já e Constituição Federal de 1988 podem ser enquadrados no campo voltado às dinâmicas geracionais evidenciadas da amostra, enquanto os acontecimentos Descobrimiento do Brasil, Independência, Abolição e Proclamação estão ancorados em um entendimento historiográfico relativo aos contextos educacionais.

Entre os eventos históricos, o *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e a recente eleição presidencial de 2022 aparecem como acontecimentos mais rememorados e importantes. Este resultado se torna de grande importância, pois demonstra o cenário de polarização social evidenciado na atual conjuntura brasileira. No caso das eleições presidenciais, diferentemente do aspecto geracional e da influência dos contextos educacionais, a rememoração deste evento e sua alta atribuição de importância pode estar

configurada a partir dos cenários de disputas evidenciados na esfera pública nacional. Retomando a proposição de Candau (2019), de que, ao discutir o passado se está simultaneamente tratando de questões do presente, a menção à eleição presidencial de 2022 revela que os conflitos intergrupais que vêm sendo evidenciados na arena social contemporânea também tangem dinâmicas voltadas àquilo que foi experienciado no passado coletivo. Nesse sentido, a eleição demonstra entendimentos distintos sobre a história, mobilizando diferentes arcabouços simbólicos³¹.

No que lhe concerne, foram evocados eventos históricos não muito rememorados, isto é, que possuíam uma baixa frequência e índice de importância. Estes acontecimentos estão inseridos no quarto quadrante da Tabela 3 e evidenciam dinâmicas menos consensuais de pensamento. Ademais, os acontecimentos deste quadrante possuem uma vasta gama temporal, que tange a diferentes épocas da história brasileira. Nesse contexto, estes eventos foram respectivamente: Revolução Pernambucana³² (1817), Eleição Presidencial de 2018, Inconfidência Mineira (1789-1792), Atos Antidemocráticos de 08/01 (2023), *Impeachment* de Fernando Collor (1992), Era Vargas (1930-1945), Guerra de Canudos (1886-1887), Copa do Mundo, Revolução Farroupilha (1835-1845) e Conquista do Voto Feminino (1932).

É possível notar que os eventos menos consensuais mesclam acontecimentos mais recentes, a exemplo da Eleição Presidencial de 2018 e a Invasão à sede dos três poderes em janeiro de 2023, com aqueles inseridos em uma linha temporal mais antiga, como a Inconfidência Mineira e a Revolução Farroupilha.

Diferentemente dos acontecimentos de maior frequência e importância, percebe-se uma variabilidade de respostas possíveis, dificultando a consolidação de consensos (Moscovici; Doise, 1992). Em contraste, o terceiro quadrante denota os acontecimentos históricos que também não apresentaram uma alta frequência e rememoração, mas que diferentemente dos anteriores, possuíam um alto índice de importância para os participantes, denotando características mais consensuais. Os eventos deste quadrante foram a pandemia de Covid-19 (2020), Eleição Presidencial de 2002, Chegada da Família Real Portuguesa (1808), Plano Real (1994) e Eleição de Dilma Rousseff (2010).

³¹ Compreende-se que a recente eleição presidencial de 2022, a partir dos critérios da ciência historiográfica, pode não ser classificada enquanto um acontecimento histórico. Todavia, ao considerar os processos psicossociais que atuam na elaboração das memórias e representações sociais, aponta-se que este trabalho busca compreender como os indivíduos e grupos sociais constroem e representam o passado, sem necessariamente uma busca pelo entendimento fidedigno oriundo da historiografia.

³² A menção a Revolução Pernambucana pode ser compreendida a partir do contexto da coleta de dados, uma vez que os questionários *on-line* foram inicialmente divulgados na semana de comemoração do evento em Pernambuco (06/03), o que pode ter provocado um maior aumento de evocações sobre este acontecimento.

Os eventos rememorados vão de acordo com a premissa desenvolvida por Halbwachs (1994), de que atividade mnemônica é um processo social exercido no presente pelo sujeito que lembra. Como salientado por Bosi (2023), o pensamento halbwachiano compreende que o lembrar não seria somente reviver, mas refazer, reconstruir e repensar com imagens do hoje, experiências do passado e quadros de referência sociais. Neste sentido, a evocação de acontecimentos baseados em dinâmicas geracionais e nos contextos educacionais demonstram a influência dos contextos do presente na construção do passado. Aliado a isso, a evocação de eventos como a Eleição Presidencial de 2018 e os Atos Antidemocráticos de 08/01 revelam a maneira como o contexto de polarização social atua na construção de um passado específico, vinculado a valores e crenças.

Em resumo, foram evidenciados consensos memoriais acerca dos acontecimentos históricos brasileiros marcantes. Por meio do questionário de associação livre e da análise de frequência e grau de importância, foram evidenciados 9 eventos históricos que possuíam determinado caráter consensual entre os participantes: Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Movimento Diretas Já, Eleição Presidencial de 2022, Proclamação da República, Constituição Federal de 1988, Descobrimento do Brasil, Ditadura Militar e *Impeachment* de Dilma Rousseff. Os consensos memoriais obtidos foram utilizados como base para a construção de uma lista de 10 eventos históricos brasileiros importantes. A seguir, será discutido a elaboração desta compilação a partir dos resultados obtidos.

7.4 CONSTRUÇÃO E COMPILAÇÃO DA LISTA DE EVENTOS BRASILEIROS IMPORTANTES

No intuito de construir uma lista de eventos brasileiros importantes, tomou-se como base os consensos memoriais evidenciados no Estudo 1, em particular aqueles acontecimentos mais rememorados. Contudo, alguns critérios foram elaborados no intuito de melhor compilar os eventos históricos. Os dois critérios utilizados foram: assegurar que os acontecimentos históricos eram consensualmente importantes e abarcar dinâmicas focadas na relação entre memória e esquecimento.

I) Assegurando que os eventos históricos são consensualmente importantes

A iniciativa de assegurar que os acontecimentos históricos evocados são consensualmente importantes está ancorada em uma das premissas discutidas por Doise

(2002). Segundo o autor, na tentativa de analisar conflitos representacionais entre diferentes grupos sociais, torna-se necessário averiguar em um primeiro momento aquilo que é compartilhado de maneira uniforme pelos indivíduos, isto é, os aspectos consensuais do pensamento social. A partir do entendimento daquilo que é consensual entre os grupos, pode-se adentrar as variações e diferenciações que permeiam o campo representacional.

Dessa forma, tomou-se como necessário a confirmação do caráter importante dos eventos mencionados pelos participantes, visando, posteriormente, à compreensão dos desacordos e diferenciações na tomada de posição dos indivíduos. Para a construção da lista de acontecimentos históricos, foi realizado um teste de centralidade das evocações. Optou-se pela realização do cálculo do índice de queda de frequência. Este cálculo foi realizado a partir das frequências das palavras (eventos históricos), que apresentaram um alto nível de evocação, isto é, estavam localizadas nos dois primeiros quadrantes e que foram apresentadas anteriormente. O cálculo da queda de frequência foi realizado seguindo os direcionamentos discutidos por Moraes (2018) e a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Queda de Frequência} = \frac{\sum f_t - \sum f_p}{\sum f_t} \times 100$$

Onde:

$\sum f_t$ corresponde à soma das frequências de todas as evocações;

$\sum f_p$ corresponde à soma da frequência das evocações consideradas como as três mais importantes.

Como salientado por Moraes (2018), o cálculo da queda de frequência é realizado a partir de dois procedimentos. Inicialmente, conforme demonstrado acima, é realizado o cálculo do índice de queda de frequência geral. Após essa primeira etapa, é conduzido o cálculo do índice de queda de frequência específico para cada evocação. Neste segundo cálculo:

$\sum f_t$ representa a soma da frequência total de cada evocação;

$\sum f_p$ representa a soma da frequência com que a expressão foi evocada com ordem de importância igual a 1, 2 ou 3.

Dessa forma, caso o índice da queda de frequência específica da palavra for menor do que o índice geral, confirma-se a importância da evocação. Contudo, em cenários onde o índice de queda de frequência específica for igual ou superior ao índice geral, a expressão é retirada dos primeiros quadrantes, uma vez que o teste de centralidade demonstrou sua baixa importância (Wachelke, 2009).

Conforme discutido por Wachelke (2009), o teste de centralidade está fundamentado na abordagem estrutural das representações sociais e, mais especificamente, na teoria do núcleo central. Dessa forma, segundo o autor, o cálculo da queda de frequência teria como função averiguar quais cognições seriam mais centrais no pensamento social e quais estariam localizadas no sistema periférico.

Diferentemente deste intuito original, a escolha pela realização da queda de frequência para a construção da lista de acontecimentos históricos brasileiro não perpassou necessariamente o interesse de avaliar o caráter central ou periférico das evocações. No que lhe concerne, a escolha pela realização deste teste de centralidade está baseada nas discussões propostas por Moliner (1995a) e Rateau (2004) acerca das aproximações entre a teoria do núcleo central de Jean-Claude Abric e a teoria dos princípios organizadores desenvolvida por Willem Doise.

Em um primeiro plano, a teoria do núcleo central e a dos princípios organizadores podem representar perspectivas antagônicas. A primeira pressupõe que a existência de cognições partilhadas que pertencem a uma representação social é organizada a partir de um núcleo central que regula os significados acerca de determinado objeto num grupo homogêneo. Neste contexto, as variações que possam existir estão vinculadas ao sistema periférico, marcado por cognições mais adaptativas e distantes do núcleo central. Assim, a teoria demarca uma separação entre dois espaços: o núcleo central, caracterizado pelas dinâmicas consensuais, e o sistema periférico, vinculado às diferenças interindividuais (Rateau, 2004).

De outro modo, a teoria dos princípios organizadores visa investigar as dinâmicas não consensuais das representações sociais e suas diferenciações. Dessa forma, segundo a teoria, as representações sociais simbolizam um conjunto diverso de tomadas de posição que se encontram relacionadas a princípios organizadores comuns (Doise, 1990). Como pensado por Rateau (2004), a questão do consenso é um dos aspectos que separa ambas as teorias, uma vez a teoria do núcleo central busca analisar os elementos similares que são partilhados entre os membros do grupo, enquanto os princípios organizadores se debruçam exatamente naquilo que seria divergente entre os indivíduos, isto é, os dissensos.

Apesar de suas singularidades, aproximações podem ser desenvolvidas entre estas duas teorias. A partir de estudos empíricos acerca das representações sociais de empresa para estudantes universitários, Moliner (1995a) propõe a existência de um modelo bidimensional para as representações sociais. Segundo o autor, a primeira dimensão corresponde à própria separação entre elementos centrais, marcados por características não negociáveis, e elementos periféricos da representação. A segunda dimensão coloca os elementos da representação em um

continuum que perpassa dois polos: avaliativo e descritivo. O primeiro concerne a julgamentos enquanto o segundo está relacionado a definições.

Em seu estudo sobre as representações sociais da empresa, Moliner (1995a) averiguou que os estudantes universitários formavam determinado consenso não negociável acerca das definições da empresa (uma empresa é sempre hierárquica), mas divergiam no campo das normas (no que diz respeito ao rendimento e emprego). Em um estudo similar, Moliner (1995b) averiguou que entre as representações sociais de estudo para estudantes universitários, havia a formação de tomadas de posição consensuais em relação à finalidade dos estudos (os estudos possuem uma finalidade pragmática e intelectual). Contudo, o mesmo princípio organizador comum poderia promover também tomadas de posições divergentes, uma vez que alguns estudantes valorizavam mais a finalidade intelectual do que a pragmática, e vice-versa.

Dessa forma, um mesmo princípio organizador pode gerar posições que visem ao consenso entre os membros de um determinado grupo e outras sobre as quais haja divergência (Rateau, 2004). No caso, os indivíduos podem entrar em consenso acerca de um elemento relacionado ao polo descritivo das representações, mas divergirem acerca das expectativas (voltadas ao polo avaliativo). Assim, Moliner (1995a) aponta para a necessidade de avaliar, não somente o caráter consensual dos elementos centrais da representação (voltado ao núcleo central), mas também como estes próprios elementos podem ser fonte de diferenciação e tomada de posição divergente, aproximando a teoria do núcleo central da teoria dos princípios organizadores.

Figura 4 - Modelo Bidimensional das Representações Sociais

COGNIÇÕES		
CENTRAIS		
PERIFÉRICAS		
POLO DESCRITIVO	Campo das <i>DEFINIÇÕES</i> Características que definem todos os objetos processados por meio da representação	Campo das <i>DESCRIÇÕES</i> As características mais frequentes e mais prováveis do objeto.
POLO AVALIATIVO	Campo das <i>NORMAS</i> Critérios para avaliar o objeto	Campo das <i>EXPECTATIVAS</i> Características desejadas do objeto

Fonte: Moliner (1995a).

O modelo bidimensional discutido por Moliner (1995a) aponta para aproximações entre o núcleo central e os princípios organizadores. Dessa forma, elementos que são pertencentes ao

chamado núcleo central, representados por dinâmicas mais consensuais, podem apresentar também divergências e diferenças interindividuais. Os princípios organizadores, assim, podem ser responsáveis por tomadas de posição compartilhadas e comuns, ao mesmo tempo em que mobilizam dissensos entre uma população específica.

Este entendimento está fundamentado na escolha do teste de centralidade para a construção da lista de acontecimentos históricos. Acredita-se, assim como na discussão proposta por Moliner (1995a), que a análise dos consensos pode auxiliar na compreensão das discordâncias e dissensos. Assim, optou-se pela realização do cálculo da queda de frequência buscando assegurar que os eventos históricos são consensualmente importantes, visando analisar as variações na tomada de posição acerca desses eventos, abrangendo, desde dinâmicas mais consensuais até divergências intergrupais. Esta iniciativa está de acordo com a premissa discutida por Doise (1990), na medida em que o autor argumenta que as tomadas de posição são produzidas a partir de princípios organizadores comuns, isto é, dos consensos.

Desse modo, a partir dos procedimentos mencionados anteriormente, foi possível calcular a queda de frequência de cada um dos nove eventos históricos mais evocados. O percentual de queda de frequência geral para os acontecimentos evocados foi de 39,6%. Dessa forma, todos os acontecimentos que tiverem um índice superior ao percentual geral foram retirados da lista de eventos históricos importantes. Aqueles que possuíam um índice menor foram selecionados para a lista. Este processo foi realizado com os 9 acontecimentos que estavam localizados nos dois primeiros quadrantes.

Nos acontecimentos históricos avaliados, somente dois apresentaram um índice de queda de frequência maior que o geral. Esses eventos foram respectivamente o Descobrimento do Brasil, com índice de 40%, e o *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, que obteve 56%. Devido a esse fator, estes dois eventos foram excluídos da lista de acontecimentos históricos brasileiros importantes. Os demais sete acontecimentos históricos (Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Movimento Diretas Já, Eleições Presidenciais de 2022, Proclamação da República, Constituição Federal de 1988 e Ditadura Militar) foram incorporados à lista final de eventos históricos.

A confirmação do caráter consensual dos acontecimentos históricos vai de acordo com a discussão proposta por Palmonari e Doise (1986), na medida em que os autores avaliam que a formação de acordos e pontos de similaridade entre os indivíduos são regidos por princípios organizadores comuns. Como mencionado anteriormente por Moliner (1995a), estes consensos não necessariamente significam uma concordância total para com os objetos sociais. Nesse sentido, os acontecimentos históricos aqui selecionados também podem ser elementos de

discordância e divergência intergrupais. A partir disso, um segundo critério foi trabalhado, a fim de compilar os eventos históricos importantes: a lista de acontecimentos deverá abarcar as dinâmicas voltadas à relação entre memória e esquecimento

II) Relação Memória- Esquecimento

A associação entre memória e esquecimento se encontra por vezes inserida em uma perspectiva antagônica. Segundo Haas (2014), o esquecimento seria representado no senso comum a partir de um imaginário voltado à escuridão e sombras, enquanto a memória estaria relacionada à conservação e perpetuidade das informações. O argumento subjacente é o de que o esquecimento seria a face oculta da memória, na medida em que a última representa a continuidade e a primeira a interrupção e ocultamento. Assim, os dois fenômenos seriam compreendidos enquanto entidades opostas. Este entendimento contrastante entre estes processos recai no desenvolvimento de estudos sobre o fenômeno do esquecimento.

Haas e Levasseur (2013) avaliam que na literatura em ciências humanas pouca ênfase vem sendo dada exclusivamente ao fenômeno do esquecimento, em especial a partir de uma perspectiva social ou coletiva. Segundo as autoras, a predileção dos estudos em ciências humanas esteve baseada em um maior interesse pela rememoração, de modo que o esquecimento foi posto como o aspecto negativo da memória. No campo da psicologia, as autoras apontam que os estudos acerca do esquecimento encontraram um terreno fértil na Psicologia Cognitiva e Psicanálise. Contudo, poucas discussões foram desenvolvidas a partir da perspectiva teórica da psicologia social.

Neste sentido, torna-se importante averiguar também as bases coletivas que estruturam o esquecimento social, visando propor um entendimento que compreenda estes fenômenos enquanto complementares e não meramente antagônicos. Neste contexto, Augé (2001) apresenta uma argumentação pertinente para a aproximação entre rememoração e esquecimento. Segundo o autor, o esquecimento é a força motriz que estrutura a memória, sendo a recordação o resultado da interação entre estas duas entidades. Em uma discussão metafórica, o autor busca trazer o esquecimento para o centro da discussão sobre a memória, buscando diminuir a distância e antagonismo criado entre estes dois conceitos. A memória, dessa forma, somente poderia existir a partir do esquecimento, visto que seria esta última responsável por dar sentido e importância às recordações (Augé, 2001).

A continuidade do tempo promovido pela memória seria mantida a partir dos ocultamentos e quebras promovidos pelo esquecimento. O autor desenvolve o argumento de que o esquecimento não estaria relacionado aos chamados restos da memória, mas sim à própria

qualidade responsável pelo desenvolvimento da recordação. Em sua discussão, Augé (2001) busca sedimentar um argumento paralelo ao "Dever de memória" denominado "Dever do esquecimento", que visa compreender o esquecimento como um fenômeno necessário para formação da memória e para a própria continuidade da vida social, retirando a premissa de perda ou sofrimento que subjaz a esse fenômeno³³.

Ancorada em uma perspectiva psicossocial, Haas (2014) propõe um modelo que visa compreender as formas e funções do esquecimento coletivo. Segundo a autora, os aspectos mnemônicos não são completamente esquecidos, uma vez que estes podem deixar traços que podem ser revividos tanto pelos indivíduos quanto pelos grupos. Neste contexto, o esquecimento coletivo pode assumir duas propriedades na realidade social. A primeira, denominada de esquecimento-veneno, está relacionada à negação da memória e concerne a práticas de amnésia em que as recordações do passado são suprimidas no intuito de reescrever a história de um grupo ou nação.

Esta propriedade do esquecimento está calcada em contextos de dominação de um grupo sobre o outro e se refere, sobretudo, às maneiras como a história pode ser reelaborada e recontada na arena pública, em especial por meio de elementos materiais tais como monumentos, nomes de ruas, comemorações, entre outros.

Todavia, Haas (2014) aponta também para outro caráter do esquecimento que não perpassa estas dinâmicas opressoras e negativas. De acordo com a autora, o esquecimento-remédio³⁴ seria, então, esta segunda propriedade do esquecimento. Este tipo de esquecimento visa à coesão social e unificação dos indivíduos pertencentes a um grupo, uma vez que o apagamento de certos aspectos da memória auxilia na construção de um passado uniforme e compartilhado (Pollak, 1989). Este tipo de esquecimento, segundo a autora, pode se relacionar com cenários de reconciliação entre grupos, auxiliando no desenvolvimento de novas resoluções após momentos de conflitos intergrupais. Estes movimentos entre a lembrança e o esquecimento seriam pautados em processos de inovação, uma vez que exigem uma contínua reconstrução do passado a partir dos contextos do presente (Bartlett, 1995).

A importância do esquecimento também está relacionada à diferenciação entre a memória espontânea *versus* memória forçada. Assim, existiria uma memória espontânea,

³³ O chamado "Devoir de Mémoire" se refere a uma expressão que procura marcar a necessidade e obrigação de se lembrar de eventos históricos trágicos. Tal movimento se configurou especialmente na década de 90 na França, a partir de discussões sobre as repercussões da 2.ª Guerra Mundial na Europa. Estas reivindicações se pautavam, sobretudo, na questão do Shoah, isto é, no processo de perseguição e eliminação de judeus na Europa pela Alemanha nazista (Jodelet, 2012).

³⁴ No original: «*Oubli Poison et Oubli Remède*».

marcada por cenários em que o passado é rememorado mais facilmente e enfaticamente, e a memória forçada, em que se necessita de um maior esforço para a construção da lembrança. O estudo do esquecimento pode ser uma maneira de compreender também como alguns elementos que não são rememorados naturalmente podem também ser considerados importantes para determinados grupos ou indivíduos. Em outras palavras, a lembrança rememorada espontaneamente não seria o único indicador daquilo presente no pensamento social.

As dinâmicas do esquecimento que coexistem no processo mnemônico também podem servir como um mecanismo importante para avaliar os elementos que são pertinentes para os indivíduos e grupos. Em uma discussão similar, Candau (2019) afirma que a análise do esquecimento permite aprofundar nos aspectos que são colocados à margem pelos grupos. O autor avalia que estes aspectos esquecidos são pertencentes à dinâmica de relembrar/esquecer, que baseia as lembranças. Com isso, ao analisar estes aspectos esquecidos, pode-se averiguar o que caracteriza os grupos e suas identidades. Seria possível melhor compreender uma sociedade ou grupo a partir do que ela não rememora, do que por meio somente daquilo que é lembrado (Candau, 2019).

A partir disso, torna-se possível evidenciar que o esquecimento possui uma importante função na elaboração memorial. Neste contexto, a ênfase nos processos de esquecimento demonstra um terreno pertinente para a análise das dinâmicas consensuais e dissonantes da memória. Assim, para a construção da lista de eventos históricos importantes, tomou-se como base as relações entre memória e esquecimento.

Nos acontecimentos históricos mencionados pelos participantes, nota-se um conjunto de eventos que possuem articulações com a temática do esquecimento. Estes acontecimentos seriam aqueles que se encontram inseridos no terceiro quadrante, isto é, foram eventos que obtiveram uma baixa frequência de evocação, mas que apresentaram uma maior importância para os participantes. No estudo, estes acontecimentos foram respectivamente: Eleição de Dilma Rousseff (2010), Eleição presidencial de 2002, Chegada da Família Real Portuguesa (1808), Plano Real (1994) e Pandemia de Covid-19 no Brasil (2020).

Ao evidenciar que os acontecimentos do terceiro quadrante possuem um baixo índice de frequência, nota-se que estes não foram bastante rememorados, ou seja, foram mais esquecidos entre os participantes. A diferença na evocação destes eventos com aqueles que se encontram inseridos nos dois primeiros quadrantes, por exemplo, revela uma maior incidência de respostas para com determinados acontecimentos históricos. Os acontecimentos do terceiro quadrante não estão relacionados necessariamente a uma memória espontânea, uma vez que foram poucos aqueles que naturalmente os evocaram.

Pode-se afirmar que esses eventos não seriam consensualmente marcantes para a maioria dos participantes. Todavia, esses acontecimentos possuiriam um alto índice de importância para determinados indivíduos.

Esta relação baixa frequência-alta importância revela a complementaridade que existe entre lembrança e esquecimento, uma vez que demonstra como a rememoração é construída através de mecanismos de ocultação e realce (Augé, 2001). Determinados indivíduos colocam alguns acontecimentos em um maior nível de importância, enquanto outros os inserem em uma ótica mais distante, voltada ao esquecimento.

A diferenciação de evocação e importância dada pelos participantes pode revelar tomadas de posição distintas frente a um mesmo acontecimento histórico, revelando os princípios organizadores que regem a rememoração do passado nacional, bem como as distinções entre uma memória espontânea e forçada.

Neste contexto, juntamente aos sete acontecimentos históricos selecionados anteriormente, foram adicionados três eventos que compõem o terceiro quadrante na lista final de acontecimentos históricos. Estes acontecimentos foram respectivamente: Chegada da Família Real Portuguesa (1808), Plano Real (1994) e pandemia de Covid-19 no Brasil (2020)³⁵.

A Tabela 5 apresenta a relação dos acontecimentos históricos que foram selecionados para a lista final³⁶, baseado nos dois critérios discutidos anteriormente. Os eventos que compõem a lista de acontecimentos marcantes foram utilizados como base para o Estudo 2, o qual visou analisar dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos da história brasileira

Tabela 5 - Lista Final de Acontecimentos Históricos Brasileiros Marcantes

- | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Chegada da Família Real Portuguesa (1808) | 6. Movimento Diretas Já (1984-1985) |
| 2. Independência do Brasil (1822) | 7. Constituição Federal de 1988 |
| 3. Abolição da Escravatura (1888) | 8. Plano Real (1994) |
| 4. Proclamação da República (1889) | 9. Pandemia de Covid-19 (2020) |
| 5. Regime Militar Brasileiro (1964-1985) | 10. Eleições Presidenciais de 2022 |

Fonte: Eskinazi, 2024.

³⁵ A escolha por não inserir a Eleição de Dilma Rousseff (2010) e as Eleições presidenciais de 2002 na lista final de acontecimentos históricos foi baseada na percepção de que estes dois eventos se encontram inseridos em um campo simbólico já englobado por outros acontecimentos da lista, a exemplo da Eleição Presidencial de 2022.

³⁶ A escolha do termo Regime Militar Brasileiro em detrimento de Ditadura Militar está baseada na intenção de obter respostas de participantes filiados a orientações políticas diversas, visando a uma maior heterogeneidade e representatividade da amostra.

8 ESTUDO 2 - MEMÓRIAS CONSENSUAIS E DISSONANTES ACERCA DE GRANDES EVENTOS BRASILEIROS: INVESTIGAÇÕES A PARTIR DO PARADIGMA DAS TRÊS FASES

O Estudo 2 buscou aprofundar na análise das dinâmicas não consensuais da memória e representações sociais. Tomando como base os acontecimentos históricos selecionados no Estudo 1, este segundo estudo visou à compreensão dos aspectos dissonantes que organizam o passado nacional coletivo. Este estudo buscou investigar desde os aspectos compartilhados e similares até as inserções sociais que promovem tomada de posições distintas entre os indivíduos.

O Estudo 2 foi estruturado a partir do paradigma das três fases, proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), uma vez que se buscou investigar as três hipóteses que permeiam a análise das representações sociais: O campo comum das representações sociais, A variação na tomada de posição e a Ancoragem das Diferenciações Individuais. A investigação da memória a partir destes três aspectos demonstra um terreno interessante para a compreensão dos aspectos consensuais e dissonantes que permeiam o pensamento social acerca da memória do passado brasileiro.

8.1 OBJETIVOS DO ESTUDO 2

- Identificar o campo comum memorial dos acontecimentos históricos brasileiros
- Caracterizar diferentes variações grupais a partir de unidades de pensamento semelhantes
- Discutir as relações entre tipos de ancoragem e posicionamentos grupais acerca de determinados acontecimentos históricos brasileiros.

8.2 MÉTODO

8.2.1 Participantes

Semelhante à primeira etapa da pesquisa, participaram desta segunda etapa indivíduos brasileiros, com idades acima de 18 anos, letrados e que aceitaram participar na pesquisa. Foram excluídas crianças e adolescentes menores de idade, indivíduos que não eram alfabetizados, estrangeiros, indivíduos com alguma condição neurológica ou cognitiva que afetasse a compreensão das perguntas dos questionários e indivíduos que não preencheram de maneira adequada o instrumento utilizado. Conforme discutido na seção metodológica do Estudo 1, a

presente dissertação buscou investigar as memórias de grandes eventos históricos brasileiros para diferentes grupos sociais, e não necessariamente um único evento histórico para um grupo específico, optando-se por uma análise macrossocial da conjuntura brasileira. Foram selecionados para o Estudo, brasileiros maiores de 18 anos numa tentativa de abarcar diferentes inserções e regulações sociais, algo importante para o aprofundamento das dinâmicas não consensuais das representações sociais e para a análise proposta para esta segunda etapa. No total, 420 indivíduos participaram deste segundo estudo.

Inicialmente, antes de adentrar aos perfis encontrados, torna-se importante apresentar os participantes deste estudo. Em relação à idade, diferentemente do Estudo 1, esta etapa de pesquisa obteve uma maior incidência de respostas de indivíduos entre 18 e 30 anos, representando cerca de 48,1% da amostra (202 participantes). Em seguida, estiveram os indivíduos entre 45 e 65 (111 pessoas ou 26,4% dos participantes). Por fim, responderam ao questionário 98 pessoas entre 30 e 45 anos e 9 indivíduos com mais de 65 anos, representando 23,4% e 2,1% dos participantes respectivamente.

No que concerne ao gênero, participaram 264 mulheres (63%) e 150 homens (35,7%). A etnia declarada dos participantes foi majoritariamente Branca (237 indivíduos ou 56,4% da amostra). Em seguida, vieram os indivíduos que se autodeclararam enquanto pertencentes às etnias Parda (139 participantes), Negra (33 pessoas), Amarela (5 indivíduos) e indígena (2 participantes). Quando perguntados acerca do grau de escolaridade, 50% dos participantes afirmaram possuir algum tipo de Pós-Graduação, enquanto 26,4% e 23,6% da amostra declararam que possuíam Ensino Superior e Ensino Médio Completo, respectivamente.

No que se refere à afiliação política, 41,1% dos participantes (173 indivíduos) se classificaram enquanto pertencem ao campo político da Esquerda, 34,7% (146 pessoas) de Centro, 9,6% (40 participantes) de Direita e 14,6% (74 pessoas), que não se enquadravam em nenhum campo político.

Por fim, em relação à região de morada, houve novamente uma maior incidência de respostas oriundas do Nordeste (80%), seguido por 14,8% do Sudeste (62 pessoas), 4,5% do Sul (19 indivíduos) e 3 participantes do Centro-Oeste, representando 1% da amostra. Em resumo, o Estudo 2 obteve uma amostra que seria em sua maioria feminina, jovem, autodeclarada Branca, com uma afiliação política de Esquerda ou Centro

8.2.2 Instrumento

Para este segundo estudo, foi utilizado um questionário de escala (APÊNDICE C). Este questionário consistiu na lista de 10 acontecimentos históricos brasileiros que foram

selecionados no Estudo 1 (ver Tabela 5). Foi solicitado que os participantes avaliassem suas emoções positivas e negativas, bem como o grau de importância de cada acontecimento em uma escala que variava de 1 a 7.

O segundo instrumento seguiu a formulação: "Abaixo, encontra-se uma lista de acontecimentos históricos brasileiros. Por favor, avalie a intensidade de suas emoções negativas e positivas sobre cada acontecimento (em uma escala de 1 a 7, sendo 1= extremamente negativo, 4= neutro e 7= extremamente positivo) e o grau de importância de cada acontecimento (em uma escala de 1 a 7, sendo 1= nada importante, 4= bastante importante e 7= extremamente importante). Por favor, avalie todos os acontecimentos históricos, mesmo se você não sabe muito sobre eles". Após as instruções, a lista dos acontecimentos históricos seguiu.³⁷ Ao final do questionário, houve uma sessão voltada à coleta de dados socioeconômicos (idade, gênero, raça, afiliação política e escolaridade).

O instrumento utilizado do Estudo 2 foi baseado no questionário proposto por Hanke *et al.* (2015). Nesse estudo, os autores buscaram investigar heróis e vilões da história mundial entre diferentes culturas. Assim como discutido pelos autores, acredita-se que a utilização de dois parâmetros (emoção e importância) na avaliação dos acontecimentos históricos pode revelar contornos específicos acerca da memória do passado coletivo.

Extremamente Negativo	○ 1	○ 2	○ 3	○ 4	○ 5	○ 6	○ 7	Extremamente Positivo
Nada Importante	○ 1	○ 2	○ 3	○ 4	○ 5	○ 6	○ 7	Extremamente Importante

8.2.3 Procedimento de Coleta

Assim como na primeira etapa da pesquisa, o recrutamento dos participantes para o Estudo 2 foi realizado de maneira virtual, por meio de mensagens e *link* com o convite para

³⁷ No campo da Psicologia Social, o processo de avaliação do objeto e tomada de posição está relacionado ao conceito de Atitude (Cavazza, 2008). Dessa forma, a análise da dimensão atitudinal é de grande importância, uma vez que as avaliações acerca do objeto são essenciais para a construção de representações sociais. Neste ponto, Moscovici (2010) argumenta que a formação de representações sociais perpassa necessariamente três dimensões: o primeiro sendo a Informação, baseado na quantidade e qualidade do conhecimento produzido acerca do objeto, o segundo o Campo da Representação, pautado na estrutura dos elementos que organizam as informações acerca do objeto, e, por fim, a dimensão atitudinal, voltada à tomada de posição frente ao objeto. A partir disso, o Estudo 2, por meio de uma ênfase nas dinâmicas atitudinais das representações sociais, visou analisar a construção da memória de acontecimentos passados.

participação na pesquisa. Os *links* de participação na pesquisa foram divulgados a partir de mensagens em diferentes grupos de WhatsApp pelo pesquisador, visando aumentar a diversidade de participantes para esta etapa de pesquisa. Optou-se novamente pelo método “Bola de Neve”, em que os participantes puderam encaminhar o questionário para outros participantes interessados, proporcionando uma maior quantidade de pessoas participantes. Antes do preenchimento do questionário, houve novamente um espaço onde foram repassadas as informações gerais sobre a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pesquisas em ambientes virtuais.

8.2.4 Procedimento de Análise

No intuito de compreender os aspectos memoriais consensuais e dissonantes acerca dos acontecimentos históricos, foi realizada uma Análise de Perfil Latente (APL) a partir do *software* RStudio. A APL é uma técnica estatística que visa à redução de dados, semelhante a uma análise fatorial. Este tipo de análise permite construir tipologias de perfis de resposta a partir de um conjunto de variáveis, determinando subgrupos presentes em determinada amostra³⁸. Dessa forma, a APL possibilita agrupar pessoas em diferentes grupos baseado nas respostas que elas fornecem. Este tipo de procedimento, denominado de *Mixture Modeling*, descobre grupos escondidos a partir de variáveis observáveis, isto é, por meio de um conjunto determinado de dados (Oberski, 2016). A execução da APL pode ser realizada a partir do pacote *TidyLPA* no RStudio.

Estes grupos são criados a partir das respostas fornecidas pelos indivíduos. Os grupos ou perfis delimitados são mutuamente excludentes, uma vez que um indivíduo só pode ser classificado como pertence a uma única classe. No que concerne à sua diferenciação em relação a outras técnicas de *Cluster*, tais como a Análise de Classe Latente (ACL), a APL não utiliza a premissa de interdependência das variáveis. Na realidade, a APL usa como base o “melhor ajuste”. Esse melhor ajuste é alcançado a partir das diferentes pontuações médias de cada variável e depende da associação à classe (Williams; Kibowski, 2016). Assim, a APL fornece diferentes modelos com quantidade de grupos possíveis, sendo necessário avaliar qual destes modelos demonstra uma melhor configuração estatística.

Aprofundando no debate metodológico, Liu (2015) apresenta a APL como uma ferramenta importante para a compreensão das representações sociais. Segundo o autor, as

³⁸ Dentre a nomenclatura da APL, os termos grupos, perfis latentes, Cluster e classes podem ser tomados como sinônimos. Neste sentido, estes termos serão utilizados de maneira indiscriminada no decorrer do texto, uma vez que representam o mesmo conceito.

classes ou perfis latentes evidenciam campos representacionais distintos, demonstrando diferentes entendimentos frente a objetos (ou variáveis) sociais. Esses diferentes grupos identificados revelam sistemas de pensamento distintos que podem ser vinculados a identidades sociais específicas. A partir dessas potencialidades, a escolha da APL para o Estudo 2 visa dar um passo além nessa discussão iniciada por Liu (2015), demonstrando, não somente que esta técnica pode ser utilizada no âmbito das representações sociais, como também pode proporcionar articulações com a abordagem societal e o paradigma das três fases, algo que o autor menciona em seu texto.

Conforme discutido por Ferguson, Moore e Hull (2020), a APL está fundamentada em três argumentos. O primeiro aponta que as diferenças individuais estão presentes na dinâmica social e são um fenômeno importante. O segundo seria de que essas diferenças estão organizadas a partir de padrões e de forma lógica. Por fim, um pequeno número de padrões ou características é importante e permeia em todos os indivíduos.

Estes três argumentos propostos pelos autores recaem exatamente sobre o paradigma das três fases proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), uma vez que se pode 1) identificar a partir da APL aquilo que é consensual entre todos os indivíduos (o campo comum); 2) averiguar como diferentes indivíduos são classificados em grupos a partir de padrões de respostas (Variação na Tomada de Posição) e 3) diferenciar quais tipos de indivíduos respondem por quais respostas (Ancoragem das Diferenciações Individuais). A APL utiliza como base a premissa de que os indivíduos seriam diferentes, mas semelhantes dentro dos grupos.

Dessa forma, a APL fornece mecanismos para a compreensão daquilo que é consensual entre os participantes, bem como as dissonâncias e diferenciações dos indivíduos frente a variáveis observáveis. No caso do Estudo 2, as variáveis seriam exatamente os acontecimentos históricos. Por meio das respostas dos indivíduos acerca dos acontecimentos históricos, a APL pode fornecer modelos de grupos possíveis. A partir desta análise, pode-se pensar em memórias consensuais acerca do passado histórico, bem como variações grupais na tomada de posição. Estas variações frente aos acontecimentos históricos também poderão ser analisadas por meio das inserções sociais dos indivíduos, possibilitando a compreensão dos princípios organizadores que permeiam determinadas representações sociais.

8.3 DELIMITANDO PERFIS LATENTES EM RELAÇÃO AOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

A partir das respostas dos participantes foram realizadas as análises no RStudio.

Retomando algumas premissas da APL, nota-se que este tipo de análise possui o objetivo de compreender, entre uma variedade de agrupamentos possíveis, qual seria o que melhor representa determinada população ou amostra (Ferguson; Moore; Hull, 2020). Como demonstrado por Peugh e Fan (2013), a APL seria definida a partir da seguinte equação:

$$\sigma_i^2 = \sum_{k=1}^K \pi_k (\mu_{ik} - \mu_i)^2 + \sum_{k=1}^K \pi_k \sigma_{ik}^2,$$

Neste contexto, μ_{ik} e σ_{ik} representam as médias e variâncias específicas do perfil (k) para a variável i, e π_k indica a densidade do perfil, ou seja, a proporção de participantes (N) que pertencem ao perfil k. De acordo com os autores, a APL admite três questões principais: 1) Os subgrupos extraídos de uma população heterogênea produzem dados que são uma mistura de distribuições específicas do perfil; (b) as variáveis indicativas (y) são distribuídas normalmente; e (c) os vetores médios específicos do perfil μ_k são as médias das variáveis observadas específicas do perfil (k).

Neste sentido, pode-se averiguar que as variáveis indicativas utilizadas na APL possuem uma variância igual, isto é, possuem a mesma importância, e uma covariância zero, uma vez que não possuem correlação uma com as outras (Peugh; Fan, 2013). Assim, nota-se que a APL trabalha a partir de um conjunto de dados contínuos, ou seja, não binário e não dicotômico.

A partir dessas especificidades, dois procedimentos foram utilizados como base no intuito de delimitar os perfis latentes. A primeira etapa correspondeu à **Construção do Modelo**. Nesta etapa são selecionadas as variáveis indicativas que serão utilizadas para determinar os perfis latentes (Vermunt, 2010).

No caso do Estudo 2, estas variáveis seriam os dez acontecimentos históricos brasileiros. Os acontecimentos históricos seriam as variáveis utilizadas para a delimitação dos subgrupos na amostra. Mais especificamente, haveria dois conjuntos de variáveis: o índice de emoção (positiva e negativa) e o grau de importância dos acontecimentos históricos. Para a construção do modelo foram selecionadas as respostas dos participantes, que variaram entre 1 e 7, em relação à emoção e importância dos acontecimentos históricos. A partir da delimitação das variáveis foi possível construir um modelo de classes ou perfis possíveis.

Nesta primeira etapa foram propostos dois modelos: um para o nível de emoção e outro para o grau de importância, visto que não se poderia realizar a delimitação de perfis com as

variáveis de emoção e importância juntas³⁹.

Em relação ao índice de emoção, foi proposto um modelo com até 10 perfis latentes, isto é, definiu-se um modelo que demonstrasse entre 1 e 10 subgrupos possíveis na amostra. Esta escolha está baseada na quantidade de variáveis selecionadas, uma vez que agrupamentos maiores que dez poderiam não apresentar uma representação fidedigna da amostra (Spurk *et al.*, 2020). Por meio do pacote *TidyLPA* e do código programado foi realizado no Rstudio a construção deste modelo. O modelo criado apresentou 10 possibilidades de Classes, cada uma contendo entre 1 e 10 perfis latentes possíveis. Esta primeira etapa está relacionada à premissa da APL que consiste em apresentar uma variedade de agrupamentos possíveis, tendo o pesquisador o papel de avaliar quais destes agrupamentos ou *clusters* possuem uma melhor funcionalidade.

A partir disso, foi realizada a segunda etapa para a delimitação do número de subgrupos, que corresponde à **Avaliação do Modelo** proposto (Bolck; Croon; Hageaars, 2004). Nesse sentido, foi necessário averiguar no modelo construído qual *Cluster* ou agrupamento seria o mais adequado. A Tabela 6 apresenta os indicadores estatísticos para as classes que possuíam desde 1 até 10 subgrupos.

Tabela 6 - Modelo proposto com 10 Perfis Latentes possíveis para com o índice de Emoção dos acontecimentos históricos

Modelo	Classes	AIC	BIC	Entropia	Prob_min	Prob_max	n_min	n_max	BLRT_P
1	1	14977.63	15058.39	1.00	1.00	1.00	1.00		
1	2	14681.84	14807.02	0.89	0.90	0.98	0.83	0.01	
1	3	14429.83	14599.42	0.86	0.88	0.96	0.65	0.01	
1	4	14142.50	14356.51	0.91	0.90	0.97	0.56	0.01	
1	5	13935.71	14194.13	0.92	0.80	1.00	0.59	0.01	
1	6	13673.26	13976.10	0.91	0.90	1.00	0.46	0.01	
1	7	13952.53	14299.79	0.89	0.78	0.99	0.42	1.00	
1	8	13620.59	14012.26	0.88	0.71	1.00	0.40	0.01	
1	9	13624.15	14060.24	0.78	0.67	1.00	0.16	0.24	
1	10	13395.99	13876.50	0.83	0.50	1.00	0.31	0.01	

Fonte: Baseado no *software* RStudio (Versão 2023.06.0+421).

A análise do melhor número de perfis latentes ou *clusters* pode ser realizada de diferentes maneiras. Segundo Schmidt *et al.* (2021), existe uma regra geral de que quanto mais perfis forem delimitados, maior será a homogeneidade entre os subgrupos encontrados. Contudo, de acordo com os autores, a maioria dos pesquisadores tende a se concentrar em

³⁹ Inicialmente, buscou-se realizar a APL a partir da junção das respostas acerca da emoção e grau de importância referentes aos acontecimentos históricos. Contudo, ao iniciar os procedimentos no RStudio, percebeu-se que não seria possível realizar uma análise conjunta com estes dois bancos de respostas, uma vez que estes representavam indicadores diferentes. Assim, optou-se por realizar duas análises separadas: uma para o índice de emoção positiva e negativa e outra para o grau de importância.

média entre 3 e 6 perfis latentes, tomando como base alguns indicadores estatísticos. Estes critérios podem ser utilizados no intuito de melhor representar as heterogeneidades que permeiam a amostra.

A partir deste raciocínio, foram utilizados três indicadores estatísticos na avaliação dos agrupamentos: AIC, BIC e grau de Entropia. O primeiro indicador AIC (*Akaike Information Criterion*) é uma medida estatística que busca promover uma articulação entre a robustez do modelo e a Parcimônia (Ferguson; Moore; Hull, 2020), podendo ser calculado por meio do cálculo abaixo, onde $v(K)$ representa o número de parâmetros a serem estimados no modelo:

$$AIC(K) = -2L(K) + 2v(K)$$

No que lhe concerne, a robustez de um modelo está relacionada com a representatividade dos indicadores estatísticos, ou seja, o quão fidedignas são as medidas em comparação à amostra. Em relação à Parcimônia, este princípio pressupõe que entre dois modelos explicativos que possuem o mesmo nível de significância, escolhe-se aquele mais simples e com menos variáveis para explicar determinada realidade. Esta escolha é justificada pelo entendimento de que quanto mais variáveis vão sendo colocadas visando à compreensão de um cenário, aumenta-se mais a probabilidade de erro.⁴⁰

Dessa forma, ao investigar o AIC dos agrupamentos possíveis, busca-se aquele que apresenta um menor número, isto é, aquele mais simples e que possui menos variáveis. Semelhante ao AIC, para o indicador BIC (*Bayesian Information Criterion*) são recomendados também números mais baixos.

Este indicador está relacionado a contextos em que existe um grande conjunto de dados (*Big Data*), sendo este medidor mais adequado para avaliação de modelos mais complexos (Morgan, 2015). Seu cálculo é realizado a partir da seguinte fórmula:

$$BIC(K) = -2L(K) + v(K)\ln n$$

⁴⁰ Isto explica o motivo de não se utilizar somente o indicador do R-quadrado (medida de quão bem um modelo de regressão linear se ajusta aos dados), para averiguar a adequação de um modelo, visto que quanto mais variáveis vão sendo colocadas, mais o R-quadrado aumenta, aparentando uma suposta correspondência. Contudo, modelos muito grandes podem possuir um R-quadrado alto, mas, ao mesmo, podem estar errando bastante, uma vez que as muitas variáveis ali postas não representam a amostra ou somente explicam algumas partes desta.

Por fim, o terceiro indicador avaliado para o delineamento do melhor número de perfis latentes é o grau de entropia. A entropia concerne o nível de certeza e incerteza no processo de convergência dos perfis latentes. Dessa forma, o grau de entropia revela a medida do quão certa estaria a classificação dos respondentes nos perfis latentes ou *clusters* delimitados. Este índice revela se a divisão dos participantes realizada pela APL possui uma boa adequação ou não (Ferguson; Moore; Hull, 2020).

O grau de entropia pode variar entre 0 e 1, onde um alto índice revela uma boa adequação e, conseqüentemente, uma menor possibilidade de erro (Hanke *et al.*, 2015). Assim, valores de entropia que são perto de 1 revelam que existe uma separação saliente entre as classes, isto é, o modelo distingue de maneira evidente os perfis latentes da amostra.

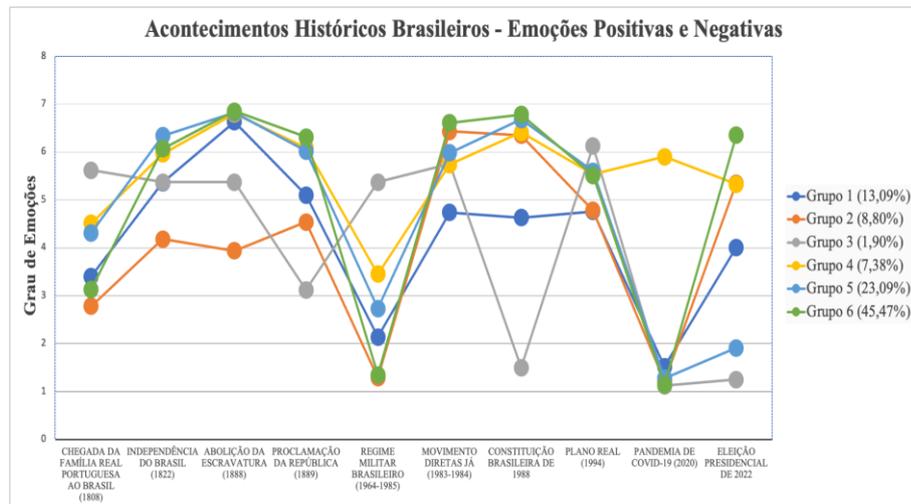
Compreende-se, a partir disso, que a investigação do melhor número de perfis latentes está baseada na análise destes três indicadores conjuntamente. Torna-se necessário realizar um balizamento entre os indicadores de AIC, BIC e Entropia, visando tomar uma decisão que se adeque ao modelo proposto.

A partir das informações descritas na Tabela 6, algumas questões podem ser elaboradas. Levando em consideração o AIC somente, agrupamentos entre 6 e 10 perfis latentes são melhores, uma vez que possuem menores indicadores. Em relação ao BIC, os agrupamentos que contêm 6 grupos aparecem como uma melhor opção, visto que também apresentam um índice menor.

No que concerne à Entropia da classe com 6 perfis latentes, apresenta um indicador de 0.91, revelando um alto índice de validade e demonstrando que os seis perfis delimitados possuem uma clara separação entre si e uma boa adequação. A partir dessa discussão, percebe-se que, no que se refere às emoções acerca dos acontecimentos históricos, uma delimitação de **6 subgrupos na amostra** demonstra uma boa adequação estatística. Assim, optou-se pelo agrupamento com seis perfis latentes delimitados.

A figura 5 apresenta o valor médio estimado da avaliação das emoções positivas e negativas de cada acontecimento histórico para cada um dos seis perfis latentes e sua porcentagem em relação à amostra total.

Figura 5 - Perfis latentes e avaliação média das emoções positivas e negativas de cada acontecimento histórico



Fonte: Eskinazi, 2024.

Por meio da APL realizada a partir das respostas dos participantes acerca de suas emoções negativas e positivas, no que se refere aos acontecimentos históricos, pode-se evidenciar a existência de seis subgrupos ou classes na amostra.

Estes diferentes grupos encontrados pontuaram de maneira distinta acerca dos mesmos acontecimentos históricos, revelando uma pluralidade de entendimentos acerca do passado social. Conforme mencionado, a delimitação destes seis subgrupos foi realizada a partir da avaliação das emoções positivas e negativas dos participantes acerca dos eventos históricos.

Ademais, outra análise foi realizada visando identificar perfis latentes a partir das respostas acerca do grau de importância dos acontecimentos. A partir disso, foi conduzida uma segunda APL com as respostas das participantes sobre o índice de importância dos eventos, que também variou de 1 a 7.

Os mesmos procedimentos referentes à Construção e Avaliação do Modelo, bem como a análise dos indicadores estatísticos (AIC, BIC, Entropia), foram realizados objetivando a delimitação dos perfis latentes das respostas acerca do grau de importância. Optou-se novamente pela construção de um modelo com até 10 perfis latentes. A Tabela 7 apresenta o modelo desenvolvido no RStudio a partir das respostas sobre o grau de importância.

Tabela 7 - Modelo proposto com 10 Perfis Latentes possíveis para com o Grau de Importância dos acontecimentos históricos

Modelo	Classes	AIC	BIC	Entropia	Prob_min	Prob_max	n_min	n_max	BLRT_P
1	1	14111.23	14192.03	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	
1	2	13724.41	13849.66	0.96	0.98	0.99	0.17	0.83	0.01
1	3	13545.17	13714.86	0.89	0.92	0.98	0.16	0.50	0.01
1	4	13368.83	13582.96	0.90	0.90	0.97	0.07	0.46	0.01
1	5	13261.32	13519.90	0.81	0.00	1.00	0.00	0.49	0.01
1	6	13112.67	13415.69	0.82	0.00	1.00	0.00	0.46	0.01
1	7	12953.70	13301.16	0.79	0.00	1.00	0.00	0.42	0.01
1	8	12814.19	13206.09	0.81	0.00	1.00	0.00	0.40	0.01
1	9	12546.78	12983.13	0.83	0.00	1.00	0.00	0.40	0.01
1	10	12550.23	13031.02	0.83	0.00	1.00	0.00	0.36	0.01

Fonte: Baseado no *software* RStudio (Versão 2023.06.0+421).

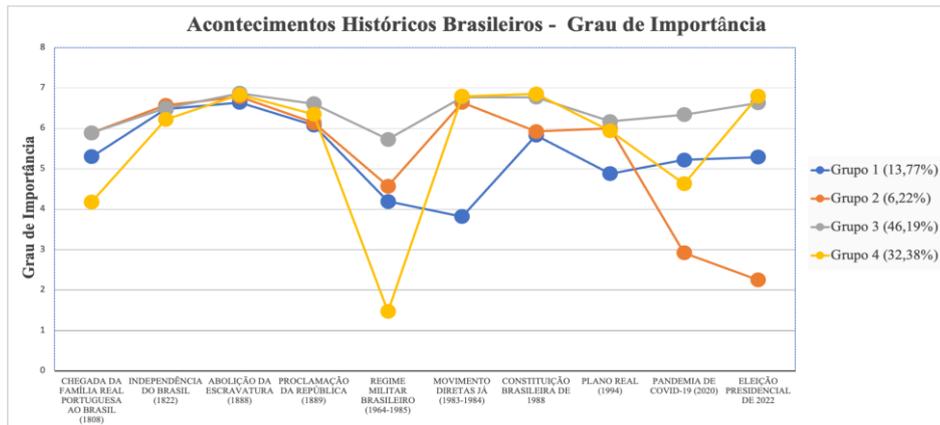
Por meio da análise dos medidores estatísticos AIC, BIC e Entropia, pode-se realizar a investigação dos perfis latentes a partir do grau de importância dada aos acontecimentos históricos pelos participantes. Diferentemente dos agrupamentos evidenciados a partir do critério das emoções, a análise das respostas acerca do grau de importância dos eventos históricos revelou que a existência de seis perfis latentes ou subgrupos na amostra não seria a melhor adequação. Na realidade, a partir da análise dos três indicadores conjuntamente, averiguou-se que a melhor combinação de classes para com o grau de importância seria aquela com **4 subgrupos na amostra**. Neste cenário, o índice de entropia se mostrou como uma variável importante para a delimitação dos perfis latentes.

Apesar de averiguar que agrupamentos entre 5 e 10 grupos possuíam índices de AIB e BIC menores e mais adequados, percebeu-se que estas classes possuem graus de entropia mais baixos. Devido ao baixo grau de entropia, estes agrupamentos poderiam não apresentar uma separação entre os subgrupos, colocando em dúvida a classificação dos indivíduos nos perfis latentes (Schmidt *et al.*, 2021).

O agrupamento com quatro subgrupos aparentou ser a melhor adequação para o modelo. A Figura 6 apresenta o valor médio das avaliações do grau de importância de cada acontecimento histórico, para os quatro subgrupos delimitados e sua porcentagem em relação à amostra total.

Em resumo, a partir da condução da APL com o conjunto de respostas referentes às emoções e grau de importância sobre os acontecimentos históricos, tornou-se possível identificar subgrupos na amostra. No que concerne às emoções positivas e negativas acerca dos eventos, foram identificadas **seis classes ou perfis latentes na amostra**, revelando seis padrões de respostas. Por outro lado, no que se refere ao grau de importância, foram evidenciados **quatro subgrupos na amostra**.

Figura 6 - Perfis latentes e avaliação média do Grau de Importância de cada acontecimento histórico



Fonte: Eskinazi, 2024.

Esta diferenciação entre a quantidade de subgrupos nos indicadores aponta para algumas considerações. Inicialmente, avalia-se que a medida de emoção possibilitou uma maior abertura e variedade de posicionamentos frente aos acontecimentos históricos. Enquanto isso, o grau de importância demonstra uma maior convergência para com pensamentos similares. Nesse sentido, os participantes ao serem solicitados acerca de suas emoções, apresentaram uma pluralidade de posicionamentos. Ao mesmo tempo com que expressaram uma maior unificação quando demandados acerca da importância destes eventos.

Em uma primeira análise, percebe-se que os dois indicadores utilizados, emoção e importância, podem produzir diferentes consensos e dissensos acerca da memória dos acontecimentos históricos. A partir dos perfis latentes delimitados, será discutido os consensos e dissensos memoriais evidenciados tomando como base o paradigma das três fases desenvolvido por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992): 1) Campo Comum, 2) Variações na Tomada de Posição e 3) Ancoragens das Diferenciações Individuais.

8.4 CONSENSOS E O CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS

As dinâmicas consensuais são de grande importância para a construção das representações sociais e, também, do pensamento social em sua totalidade. O compartilhamento de certas crenças e valores comuns promove a consolidação de um arcabouço simbólico coletivo, facilitando a comunicação e trocas entre os indivíduos e grupos sociais (Doise, 2002). O Campo comum das representações sociais, dessa forma, apresenta-se como um elemento que possibilita apreender aquilo que seria partilhado uniformemente entre os indivíduos, possibilitando o entendimento dos pilares que estruturam o pensamento social. Assim, aquilo

consensual estaria relacionado a um primeiro nível de análise das representações sociais (Palmonari; Emiliani, 2016).

Seguindo esta linha argumentativa, Moscovici e Doise (1992) discorrem acerca da importância da análise dos elementos consensuais e comuns na formação de representações sociais. Segundo os autores, a construção de consensos e decisões coletivas visam, em sua essência, à transformação das representações distintas dos indivíduos em uma representação compartilhada, ou seja, social, que seria a base comum da tomada de posição.

Neste processo, aparecem de maneira mais enfática os valores, crenças e hierarquias que circunscrevem as experiências individuais, estruturando aquilo considerado como comum para os membros do grupo e criando um quadro semelhante para todos os indivíduos. Este quadro comum de representações seria a base para a tomada de decisões, bem como responsável pela unificação dos diferentes indivíduos em uma mesma base e comunicação.

Na investigação acerca dos processos mnemônicos, a análise dos consensos e do campo comum se apresenta, também, como uma questão importante. Nas respostas dos perfis latentes encontrados, foi possível avaliar a maneira como os diferentes grupos delimitados apresentavam características de pensamento similares e dissonantes, isto é, a partir dos padrões de respostas, compreendeu-se quais seriam os elementos pertencentes ao chamado campo comum. Adentrando as dinâmicas similares e consensuais, algumas tendências averiguadas nos perfis podem ser desdobradas.

A avaliação desses padrões de respostas similares pode ser averiguada por meio da técnica *Boxplot* no RStudio e do pacote *TidyLpa*, responsável por executar a APL. A técnica *Boxplot* é uma ferramenta estatística de análise, que permite sistematizar um conjunto de dados. A ferramenta permite apresentar os dados em um formato de um retângulo orientado com os eixos de um sistema de coordenadas, no qual o eixo vertical tem a escala do conjunto de dados (Benjamini, 1988).

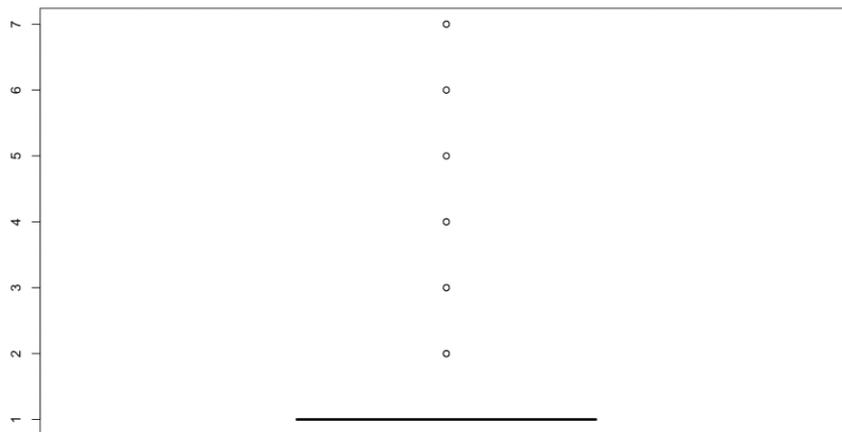
O retângulo apresentado pelo *Boxplot* fornece em uma imagem a variação das respostas encontradas nos dados, isto é, a ferramenta demonstra o quão diversas foram as respostas. Ademais, a ferramenta apresenta uma linha ao longo do retângulo, que mostra o valor médio das respostas encontradas.

Dessa forma, a partir do *Boxplot*, seria possível averiguar, nos dez acontecimentos históricos, quais obtiveram respostas mais similares. Pode-se compreender quais são os elementos semelhantes que unem os grupos e perfis latentes delimitados, averiguando tomadas de posição mais consensuais e o campo comum das representações sociais. Aliado a isso, a ferramenta possibilita a compreensão das memórias consensuais, tanto no que se refere às

emoções positivas e negativas, quanto em relação ao grau de importância.

A partir disso, acerca das emoções positivas e negativas relativas aos acontecimentos históricos, percebe-se que, entre os seis perfis latentes delimitados, existem algumas memórias e tomadas de posição semelhantes. Mais especificamente, um acontecimento histórico apresentou um padrão de respostas similar entre os seis perfis. Este evento foi a **pandemia de Covid-19 no Brasil**, o qual apresentou maior incidência de respostas similares na escala de emoções positivas e negativas que variou de 1 a 7. A Figura 7 apresenta a distribuição de respostas dos participantes acerca das emoções positivas e negativas referentes à pandemia de Covid-19 realizada pela ferramenta *Boxplot*. A Figura 7 demonstra que as respostas acerca deste acontecimento se mantiveram na pontuação de 1, exemplificada a parte da linha que se encontra ao lado desta pontuação. A Figura 7 também aponta que respostas entre 2 e 7 não foram muito identificadas, representadas pelo pequeno círculo ao lado destas pontuações.

Figura 7 - Distribuição das respostas acerca das emoções positivas e negativas referente à pandemia de Covid-19



Fonte: Software RStudio (Versão 2023.06.0+421).

Em uma primeira análise, torna-se possível perceber algumas singularidades na distribuição das respostas acerca deste acontecimento. Como demonstrado pelo *Boxplot*, as respostas acerca das emoções referentes à pandemia de Covid-19 não variaram de maneira significativa, na medida em que grande parte das avaliações se concentraram em um média de 1, ou seja, extremamente negativo, para os seis perfis latentes, a exceção do Grupo 4. Nesse sentido, foram formados com uma maior uniformidade consensos acerca do componente negativo da pandemia. Os grupos identificados, independentemente de suas características e

afiliações, apontaram para um entendimento similar acerca deste acontecimento. A partir desta averiguação, a classificação da pandemia de Covid-19 como um acontecimento que convergiu os posicionamentos e memórias dos grupos identificados se mostra como um terreno pertinente para aprofundar nas dinâmicas psicossociais que constroem os consensos e o campo comum das representações sociais.

A pandemia de Covid-19 provocou não apenas uma mudança nas práticas cotidianas das sociedades, mas também trouxe consigo uma forte ameaça simbólica, demarcando diferentes entendimentos frente a este novo objeto. Como bem salientado por Jodelet (2020) a pandemia de Covid-19 possui características singulares que a separam das outras epidemias que ocorreram na história humana. Em um primeiro ponto, segundo a autora, esta epidemia esteve centrada na abundância de discursos sociais e na intensificação de informações que perpassam fronteiras e limites geográficos. As mídias sociais participaram ativamente na disseminação de informações acerca deste novo cenário, ao mesmo tempo que foram responsáveis pela criação de rumores e informações falsas sobre a situação experienciada.

À medida que o vírus se espalhava e aumentava o número de contaminados, novas informações e suposições acerca deste objeto peculiar eram compartilhadas de maneiras quase instantâneas e crescentes por diferentes sociedades ao redor do mundo. Para além do combate à própria epidemia evidenciada, estava-se tendo que lidar com uma infodemia de explicações (verdadeiras e falsas) acerca do vírus (Jodelet, 2020).

Estes discursos sociais, que surgiam paralelamente às recomendações e avaliações das instituições reguladoras e organizações de saúde, pautavam-se na construção de um entendimento por vezes antagônico à realidade que estava se desdobrando, muitas vezes relacionada a identidades e grupos sociais específicos. Esta configuração especialmente incomum de se relacionar com a epidemia resultou, entre os fatores, na interseção de conhecimentos biológicos e sociais, que, juntos, visavam à compreensão deste novo cenário que atingia os países.

Na tentativa de analisar este novo cenário delineado pelo vírus por meio da lente teórica das representações sociais, Apostolidis, Santos e Kalampalikis (2020) discorrem acerca de algumas características da pandemia de Covid-19 no contexto brasileiro. Neste sentido, a discussão proposta pelos autores aponta para um cenário de forte divisão política delineado a partir da pandemia. A arena pública nacional, dessa forma, foi o palco de antagonismos e disputas acerca de como lidar com este novo objeto.

De um lado, fundações de pesquisa e cientistas defendiam medidas protetivas, a exemplo do uso de máscaras e de isolamentos físicos no intuito de diminuir a propagação e

intensidade da contaminação. Por outro lado, grupos apoiados na disseminação de informações compartilhadas via redes sociais, acreditavam que o vírus era uma grande invenção comunista ou que os efeitos da contaminação eram brandos, não sendo necessário cuidados ou medidas de prevenção. Aliado a isso, a ineficácia e falta de ações do Governo Federal incentivou a realização de aglomerações e a diminuição da percepção de ameaça do vírus, promovendo ainda maiores acirramentos entre os indivíduos.

Neste contexto em que a pandemia de Covid-19 se tornou um mobilizador de diferenças e antagonismos políticos entre os grupos sociais, torna-se interessante a percepção da existência de avaliações semelhantes evidenciadas para com este evento entre os perfis latentes evidenciados. Há um questionamento subjacente acerca de como um acontecimento marcado por pensamentos distintos e diferenças grupais altamente demarcadas provocou determinado consenso entre as classes e subgrupos delimitados. Os padrões de respostas similares manifestadas pelos perfis latentes demonstram direcionamentos específicos para a formação dos consensos e do campo comum das representações.

Aprofundando na discussão acerca do processo de convergência de pensamentos distintos em representações comuns, Moscovici e Doise (1992) apontam que o elemento da implicação seria de grande importância para a consolidação dos consensos, especialmente em contextos circunscritos por uma forte polarização.

Na tentativa de argumentar que os consensos são formados, não só a partir da qualidade das informações que estão disponíveis, os autores apontam que a implicação dos indivíduos na tomada de decisão se torna um fator essencial para a convergência em pensamentos semelhantes. Indivíduos que analisam determinada questão a partir de um modo pessoal e próximo tendem a consolidar consensos mais fortemente, isto é, juízos e escolhas extremas, enquanto aqueles que tratam a questão com impessoalidade, atuam por meio de uma maior insignificância (Moscovici; Doise, 1992).

Neste contexto, Moscovici e Doise (1992) discorrem acerca dos resultados de um estudo em que participantes eram solicitados a avaliarem os traços de um jovem anglo-saxônico a partir de uma fotografia mostrada. A avaliação era feita a partir de vinte traços, em que dez dos traços eram considerados importantes para os indivíduos e os outros dez não seriam importantes.

Os resultados demonstraram a formação de consensos fortes e extremos para com os traços importantes, enquanto para os traços não importantes houve uma tendência ao compromisso, isto é, um conformismo individual no intuito de atingir o consenso coletivo desejado. Estes resultados se tornaram ainda mais significativos quando foi mostrado aos

participantes fotografias de personalidades familiares e comuns de sua realidade, demonstrando a importância do aspecto da implicação.

Neste sentido, o elemento da implicação pode ser utilizado como um mecanismo para compreender os consensos evidenciados nos perfis latentes acerca da pandemia de Covid-19. Como argumentado por Apostolidis, Santos e Kalampalikis (2020), a Covid-19 se apresentou enquanto um fenômeno que confrontou as sociedades. Devido não apenas às dúvidas e incertezas médicas que provocou, a pandemia foi acompanhada de um caráter emblemático, tanto biológico quanto social, demarcando novas formas de comunicação e interação entre os indivíduos.

A necessidade de adotar novas práticas, a exemplo do uso de máscaras, higienização constante e distanciamento físico, delineou uma nova forma de se compreender a realidade social. Assim, os indivíduos se viram na necessidade de não apenas dar sentido a essa nova configuração social, como também buscar explicações no intuito de compreender estas mudanças nas práticas cotidianas.

Diferentemente dos outros acontecimentos históricos, a pandemia de Covid-19 afetou, em diferentes graus e modos, todos os indivíduos e perfis latentes delimitados. A experiência deste acontecimento, marcado pela quebra de condutas habituais e comuns, mobilizou novos comportamentos e formas de pensamento entre as sociedades. Nesse sentido, os indivíduos precisaram se adaptar a um cenário atípico delimitado pelo vírus, ao mesmo tempo em que buscavam informações na tentativa de compreender este novo objeto. O caráter não familiar do vírus e as mudanças de práticas ocasionadas trazem consigo uma maior necessidade de envolvimento dos indivíduos. Existe, dessa forma, uma maior exigência e demanda em lidar com o acontecimento e suas consequências na realidade cotidiana.

Torna-se necessário uma maior implicação dos indivíduos frente a este acontecimento específico, diferentemente dos outros eventos históricos. A necessidade de implicação dos indivíduos facilita a convergência para pensamentos similares. Neste sentido, pode-se compreender que o consenso memorial formado é construído por meio do fator da **Implicação**.

Esta formação de consensos extremos se torna mais forte em contextos em que existem conflitos e processos de comunicação ativa (Moscovici; Doise, 1992), algo que pode ser observado durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.

A implicação dos indivíduos, dessa forma, está configurada como um elemento central para contextualizar o consenso evidenciado acerca da pandemia. De acordo com Moscovici e Doise, o fator da implicação pode auxiliar na formação de um consenso extremo, isto é, voltado à polarização.

Este posicionamento consensual polarizado pode ser atingido por meio da personalidade exercida pelos indivíduos, ou seja, nível de implicação e o seu envolvimento no objeto discutido. Dessa forma, acordos que são formados de modo impessoal ou passivo, isto é, sem implicação dos sujeitos, possuem uma fraca disposição a um consenso extremo ou polarizado (Moscovici; Doise, 1992).

A discussão acerca dos consensos polarizados se torna de grande importância e pode ser articulada com os padrões de resposta demonstrados pelos perfis latentes acerca da pandemia. Neste caso, é possível perceber que as respostas dos seis subgrupos se concentraram em apenas um dos polos da escala, demarcando um posicionamento voltado ao extremo. Nesse sentido, a pandemia foi lembrada enquanto um acontecimento extremamente negativo, evidenciando a consolidação de um consenso intenso.

O campo comum compartilhado pelos perfis latentes acerca da pandemia perpassa dinâmicas consensuais baseadas na implicação, mas também na formação de posicionamentos extremos. Existiu, dessa forma, uma margem pequena para outras respostas, que também colocassem a pandemia em uma posição negativa, baseada em avaliações entre 1 e 3. O consenso delimitado pelos perfis latentes não apenas revela um pensamento compartilhado, como também aponta para uma disposição polarizada e mais radicalizada.

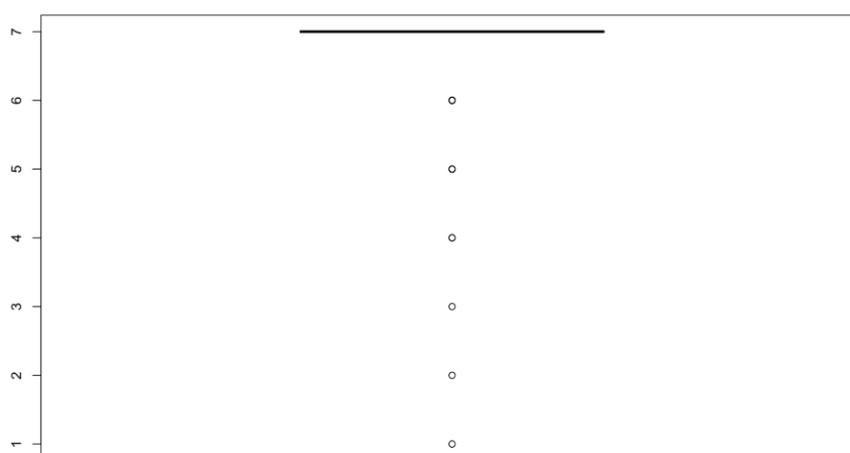
Esta disposição dos consensos extremos vai de acordo com as discussões desenvolvidas por Moscovici e Doise (1992), uma vez que os autores apontam que os consensos não correspondem necessariamente a uma tomada de posição intermediária ou voltada a um possível meio termo. Os consensos podem exprimir também posicionamentos mais extremos, algo que pode ser observado tanto na avaliação das emoções positivas e negativas (voltado à pandemia de Covid-19), quanto ao grau de importância dos acontecimentos históricos.

No que concerne às respostas acerca do grau de importância dos acontecimentos históricos, também apresentaram consensos memoriais extremos bem definidos. Novamente, a partir da ferramenta *Boxplot*, foi possível averiguar quais eventos apresentaram um maior compartilhamento de respostas semelhantes. Os quatro perfis latentes delimitados no que se refere ao grau de importância demonstram padrões de respostas similares também acerca de um acontecimento histórico. Este acontecimento foi a **Abolição da Escravatura**. A Figura 8 apresenta a distribuição das respostas dos quatro perfis latentes delimitados acerca do grau de importância da Abolição da Escravatura.

A Figura 8 demonstra que as respostas acerca do grau de importância da Abolição foram colocadas em um alto nível, demarcando uma avaliação média de 7, isto é, extremamente

importante. As respostas dos quatro perfis identificados evidenciam um padrão que coloca a abolição da escravatura como um evento de grande importância na historiografia brasileira. Nesse sentido, a Figura 8 demonstra uma maior presença de respostas na pontuação 7 da escala, representada pela linha ao lado do numeral 7. No caso, respostas entre 1 e 6 na escala não foram identificadas, o que pode ser exemplificado a partir da presença do pequeno círculo ao lado destas pontuações.

Figura 8 - Distribuição das respostas acerca do Grau de Importância da Abolição da Escravatura



Fonte: *Software* RStudio (Versão 2023.06.0+421).

Comparando os dois consensos evidenciados, nota-se que, no que se refere às emoções acerca da pandemia de Covid-19, a média de respostas seria em torno de 1, ou seja, extremamente negativo. Ao mesmo tempo, em relação ao grau de importância da Abolição, as avaliações demonstram uma pontuação alta, voltada ao polo do extremamente importante. As respostas dos quatro perfis latentes em relação ao grau de importância também demonstram uma ênfase no caráter extremo dos consensos, uma vez que se nota que a maioria das respostas se concentraram nos polos de avaliação da escala, com poucas avaliações intermediárias ou baixas. Neste sentido, a abolição seria compreendida como um acontecimento de grande importância para os quatro subgrupos, possuindo uma avaliação concentrada nos extremos da escala.

Continuando a discussão acerca da elaboração de representações comuns, percebe-se que as respostas semelhantes dos quatro subgrupos acerca do caráter importante da abolição demonstram contornos teóricos importantes para a análise dos consensos para além do papel da

implicação. Neste contexto, Moscovici e Doise (1992), ao avaliarem a produção teórica desenvolvida acerca dos consensos, apontam para algumas lacunas neste campo de estudo. Os autores afirmam que a maioria dos estudos desenvolvidos sobre a formação de consensos tomam como base a pressão exercida por muitos indivíduos para com outros, visando à consolidação de acordos comuns. Moscovici e Doise, na tentativa de propor uma alternativa a essas discussões, apontam para a importância de analisar uma questão central envolvida na elaboração de consensos: **A autoridade moral dos valores.**

Seguindo esta linha de raciocínio, os autores argumentam que a formação dos consensos está baseada em grande parte na implicação dos indivíduos na tendência social e na aderência aos valores. Nesse sentido, na elaboração dos consensos haveria o deslocamento de opiniões e julgamentos para o polo dos valores compartilhados. A discussão desenvolvida por Moscovici e Doise (1992) aponta para o argumento de que a formação de consensos não seria o resultado da seleção das melhores informações em busca de um ponto de equilíbrio.

Para os autores, os grupos possuem uma implicação ativa na elaboração dos acordos comuns e se utilizavam de valores e entendimentos sociais para escolher e aderir à melhor decisão. Os valores promovem condutas específicas, uma vez que as decisões tomadas reforçam as normas sociais que refletem o consenso formado. Ademais, em contextos em que existe uma forte polarização entre decisões a serem tomadas, seriam aquelas ideias e argumentos que condizem com os valores dominantes do grupo que teriam uma maior facilidade de serem aceitas pela maioria dos indivíduos (Moscovici; Doise, 1992).

O debate desenvolvido por Moscovici e Doise (1992) aponta para a importância da percepção das normas e valores como forma de atingir os consensos. A função das normas sociais pode ser exemplificada a partir dos consensos memoriais evidenciados em relação à abolição da escravatura. Nota-se que no contexto nacional, a escravidão se apresenta como um dos eventos definidores da historiografia brasileira.

Corroborando com as discussões de Souza (2021), a escravidão seria considerada como o evento definidor da construção de uma sociedade brasileira contemporânea. Dessa forma, a abolição da escravatura em 1888 não significou necessariamente uma mudança nas dinâmicas sociais brasileiras. A partir de uma sucessão de leis graduais, a exemplo da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários, a abolição foi construída por meio de um ideário tardio e conservador, objetivando controlar possíveis movimentos e revoltas generalizadas de ex-escravos (Schwarz: Starling, 2015).

Nesta perspectiva, a escravidão foi capaz de estabelecer não apenas as condições materiais e práticas que ainda se encontram presentes na sociedade brasileira atualmente,

marcada pela desigualdade e exclusão racial, como também influenciou a construção de pensamentos e valores acerca do passado coletivo. A discussão acerca do contexto escravocrata na contemporaneidade, por vezes, torna-se uma tarefa complexa devido aos acontecimentos presentes na historiografia brasileira (Nascimento, 2016).

Aliado a isso, pode-se pensar na presença de uma forte carga moral que repreende a escravidão presente no passado nacional e recrimina práticas racistas. Dessa forma, existe uma carga normativa subjacente que, de certa forma, dita como os indivíduos devem agir e, sobretudo, avaliar o período escravocrata e a abolição. A partir desse conjunto de normas sociais reguladoras e de uma pressão normativa, os indivíduos se portam de maneiras singulares em relação a este acontecimento histórico específico. Este entendimento está relacionado com o que Abric (2003) denomina de zonas mudas das representações sociais, marcadas pelo ocultamento de certas cognições que visam à adequação e aceitação social.

Nesta discussão e a partir de estudos empíricos acerca das representações identitárias de brasileiros e africanos, Danfá *et al.* (2017) apontam para o mascaramento de atribuições negativos acerca da AIDS na África e do Africano na frente de pesquisadores africanos. Contudo, os autores averiguaram uma menor pressão normativa em cenários onde os participantes estavam frente a um pesquisador brasileiro. Nestes contextos, características mais negativas eram salientadas acerca da África, enquanto frente ao pesquisador africano, os participantes relatavam predominantemente traços positivos voltados ao protagonismo negro e à riqueza cultural.

Pode-se pensar que os consensos evidenciados entre os perfis latentes acerca da abolição da escravatura seguem uma conduta voltada ao campo das normas. Assim, o consenso memorial está ancorado na **aderência a normas sociais**. Devido à existência de uma maior desejabilidade social para condenar este acontecimento histórico, pode-se pensar que as respostas para os subgrupos delimitados convergem para uma mesma avaliação comum.

Como argumentado por Moscovici e Doise (1992), existe uma percepção exata da norma social, o que proporciona um deslocamento das avaliações para o consenso, demarcando uma conduta que vai de acordo com os valores. A autoridade moral dos valores e a pressão normativa desempenham um papel central na consolidação de consensos acerca da abolição da escravatura. Esta influência dos valores e da desejabilidade social pode ser exemplificada também a partir da polarização evidenciada nas avaliações acerca do grau de importância da abolição.

Moscovici e Doise (1992) argumentam que as teorias clássicas acerca das tomadas de decisão coletivas ressaltam que o consenso seria melhor quando se utiliza informações exatas

e variadas sobre o objeto. Ademais, estas teorias argumentam que a tendência do consenso seria a de chegar ao compromisso, isto é, evitar um posicionamento extremista. Em contraste, os autores afirmam que a qualidade das informações não evita os dissensos, mas sim as interações que são produzidas no grupo social. A partir da discussão de estudos empíricos, os autores apontam o caráter extremo que os grupos adotam durante o processo de tomada de decisão, refutando a ideia de que o consenso é baseado em uma decisão moderada. Assim, as respostas não apenas convergem para um mesmo entendimento, mas estão inseridas nos extremos do polo avaliativo, revelando a força dessas dinâmicas regulatórias.

Em resumo, o campo comum memorial evidenciado neste primeiro nível de investigação pode ser compreendido a partir de dois processos centrais: Implicação e Aderência às Normas Sociais. Os dois acontecimentos que apresentaram uma maior similaridade de respostas entre os perfis latentes revelam a maneira como os acordos coletivos são construídos a partir de entendimentos comuns acerca dos objetos. Os consensos evidenciados demonstram como as crenças comuns promovem a convergência de representações e pensamentos, facilitando a comunicação e interação entre os indivíduos a partir de arcabouços similares (Moscovici; Doise, 1992).

Contudo, a análise não se limita somente a aquilo comum e compartilhado. As interações entre pensamento convergente e divergente promovem processos de reformulação e mudança, promovendo a uniformidade de alguns elementos e a transformação de outros. Assim, a partir do entendimento daquilo que é comum e consensual, pode-se adentrar as variações intergrupais nos perfis latentes. Neste contexto, a próxima seção discutirá os processos de diferenciação e variação na tomada de posição acerca dos acontecimentos históricos.

8.5 VARIAÇÕES INTERGRUPAIS NA TOMADA DE POSIÇÃO: DISSENSOS MEMORIAIS ACERCA DAS EMOÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS

O segundo nível de investigação visa à análise dos aspectos não consensuais das representações, isto é, os dissensos e as divergências na tomada de posição. Como salientado por Doise (2002), a existência de referências comuns não implica necessariamente em uma semelhança de tomada de posição uniforme, uma vez que podem existir dinâmicas que são mais ou menos importantes para os indivíduos. A partir de uma primeira análise acerca dos aspectos compartilhados entre os perfis latentes, torna-se importante um aprofundamento nas diferenciações que circunscrevem os subgrupos e os perfis latentes delimitados.

Este segundo nível de investigação se preocupa com a análise da natureza das diferenças

e da pluralidade de tomadas de posição que podem existir em relação aos objetos sociais (Almeida, 2009). A premissa que guia esta investigação se baseia na averiguação das maneiras distintas com que o passado coletivo está sendo construído, compreendendo como os indivíduos se diferenciam acerca da relação que possuem com os acontecimentos históricos. De acordo com Palmonari e Emiliani (2016), as representações sociais, para além de dinâmicas consensuais, são marcadas por tomadas de posição diversas e variadas. No intuito de compreender os dissensos representacionais, cabe analisar as inserções sociais que organizam as variações nas tomadas de posição dos indivíduos. As inserções sociais, dessa forma, podem demonstrar os princípios organizadores que circunscrevem o campo representacional.

A partir da compreensão da maneira como os grupos e perfis latentes se distinguem, pode-se pensar nos aspectos que estruturam estas diferenciações, isto é, os princípios organizadores. Os perfis latentes encontrados demonstram, não apenas diferentes compreensões acerca do passado histórico, mas também revelam dinâmicas representacionais distintas (Liu, 2015). Dessa forma, o entendimento das características de cada perfil latente, bem como as inserções sociais que a representam, torna-se de grande importância para a compreensão do segundo nível de investigação proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992): as variações na tomada de posição individual.

Conforme mencionado anteriormente, os dois conjuntos de dados (emoção e grau de importância) promoveram o delineamento de subgrupos nos 420 participantes. No que tange às emoções positivas e negativas, foram identificados **seis perfis latentes** presentes na amostra. Acerca do grau de importância dos acontecimentos históricos, foram delimitados **quatro agrupamentos possíveis**.

Na tentativa de aprofundar neste segundo nível de investigação acerca da variação na tomada de posição individual, tomou-se como base os perfis latentes evidenciados no conjunto de dados sobre as emoções positivas e negativas. Com isso, decidiu-se para este segundo nível de investigação **analisar somente os seis perfis latentes delimitados no campo das emoções positivas e negativas** (ver Figura 5). Acredita-se que esta escolha possibilita um melhor aprofundamento das divergências na tomada de posição, visto que possibilita apreender como os indivíduos se diferenciam a partir de tomadas de posição dissonantes. Aliado a isso, nota-se que, diferentemente dos perfis latentes encontrados acerca do grau de importância, o conjunto de dados referente às emoções possibilitou a constatação de um maior número de subgrupos na amostra, demonstrando maiores dissensões e tomadas de posições variadas.

A partir da avaliação do padrão de respostas dos seis subgrupos, foi realizada a

classificação e nomeação dos principais perfis representativos da amostra⁴¹. Estes perfis representacionais foram nomeados, respectivamente: *Nacionalistas Geracionais*, *Nacionalistas Juvenis*, *Democratas*, *Oligarcas*, *Indiferentes Históricos* e *Republicanos*.

Os dois primeiros perfis representacionais concernem aos chamados Nacionalistas. Apesar de suas diferenciações, algumas similaridades podem ser evidenciadas entre estes dois primeiros perfis. Estes perfis agrupam indivíduos que avaliaram com um alto índice de emoção positiva aqueles acontecimentos históricos que representam os interesses e autonomia do país. Estes perfis demonstram uma avaliação mais positiva para aqueles eventos que, de certa forma, foram responsáveis pela construção de uma identidade nacional, a exemplo da Independência do Brasil e da Proclamação da República.

Ademais, estes perfis representacionais apresentam uma alta valorização de iniciativas originais brasileiras, como o Plano Real (1994). Em contrapartida, os Nacionalistas avaliam de maneira intermediária e com índices mais baixos aqueles acontecimentos históricos que não estão envolvidos com o protagonismo da nação brasileira, como a Chegada da Família Real Portuguesa.

Nesta tendência mais nacionalista, evidenciou-se a existência de dois padrões de respostas. Em um primeiro momento, nota-se uma avaliação mais baixa para com aqueles acontecimentos históricos inseridos nos anos de 1980, a exemplo do Movimento Diretas Já e a Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que se evidencia uma avaliação alta para eventos mais recentes, como a eleição presidencial de 2022. Entre aqueles que possuem este padrão de respostas, é possível perceber uma maior presença de indivíduos que possuem entre 18 e 30 anos.

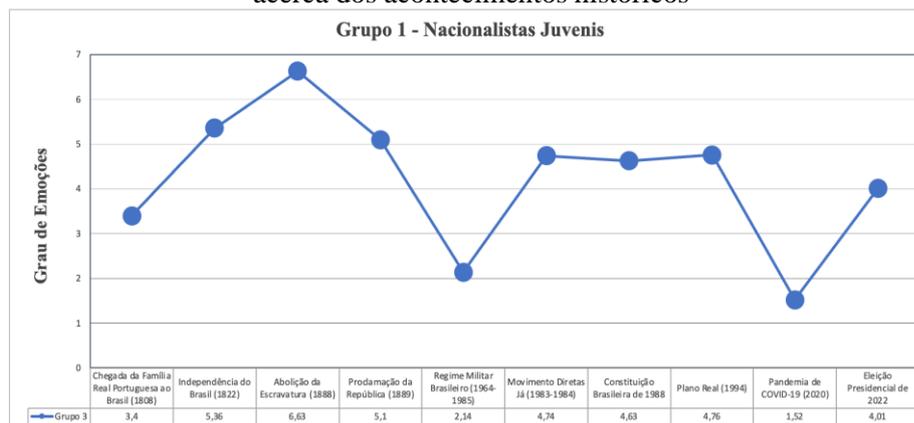
Como salientado por Doise (2002), as inserções sociais são um elemento de grande importância para a construção de representações sociais, sendo responsáveis por promover diferenciações nas tomadas de posição, mesmo em contextos mais consensuais. Assim, avalia-se, nestas avaliações de cunho mais nacionalista, a existência de um padrão de resposta vinculado a indivíduos mais jovens, demarcando os Nacionalistas Juvenis.

O perfil dos Nacionalistas Juvenis está relacionado ao Grupo 1, evidenciado nos perfis latentes das emoções (ver figura 5), e representam 13,09% da amostra. Entre as variáveis

⁴¹ A tarefa de nomeação e classificação dos perfis latentes está configurada como uma tarefa complexa devido à dificuldade de abarcar todas as especificidades que compõem os subgrupos e os padrões de respostas evidenciadas (Hanke *et al.*, 2015). Com isso em mente, a nomeação dos perfis latentes foi realizada visando identificar os aspectos dissonantes entre os subgrupos delimitados, isto é, buscou-se averiguar quais avaliações eram distintas entre as respostas. Acredita-se que a partir dessa técnica, foi possível classificar e distinguir mais facilmente as diferentes tomadas de posição acerca dos acontecimentos.

socioeconômicas vinculadas a este perfil, pode-se perceber que a maioria dos indivíduos possuem ensino médio completo apenas e se classificam como pertencentes ao campo político de Centro. A Figura 9 apresenta as avaliações dos Nacionalistas Juvenis em relação às emoções positivas e negativas acerca dos acontecimentos históricos

Figura 9 - Padrão de Resposta dos Nacionalistas Juvenis e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos



Fonte: Eskinazi, 2024.

O segundo padrão de respostas evidenciado nos Nacionalistas está relacionado a uma maior avaliação, quando comparado aos Nacionalistas Juvenis, dos acontecimentos históricos inseridos nos anos de 1980 e uma avaliação mais negativa da eleição presidencial de 2022. Aliado a isso, nota-se que os indivíduos que apresentaram este padrão de respostas estão inseridos em uma faixa etária entre 45 e 65 anos.

Existe uma questão geracional saliente neste primeiro padrão de respostas (Ester; Vinken; Diepstraten, 2002). Com isso, foram nomeados de Nacionalistas Geracionais. Este perfil também possui mais indivíduos que se classificam como pertencentes ao campo político de Centro, mas, diferentemente dos Nacionalistas Juvenis, possuem algum tipo de Pós-Graduação. Ademais, a maioria dos participantes se autodeclararam como pardos. Os Nacionalistas Geracionais estão relacionados ao Grupo 5 identificado nos perfis latentes das emoções positivas e negativas. A figura 10 apresenta as avaliações médias das emoções positivas e negativas dos Nacionalistas Geracionais acerca dos eventos históricos.

Figura 10 - Padrão de Resposta dos Nacionalistas Geracionais e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos



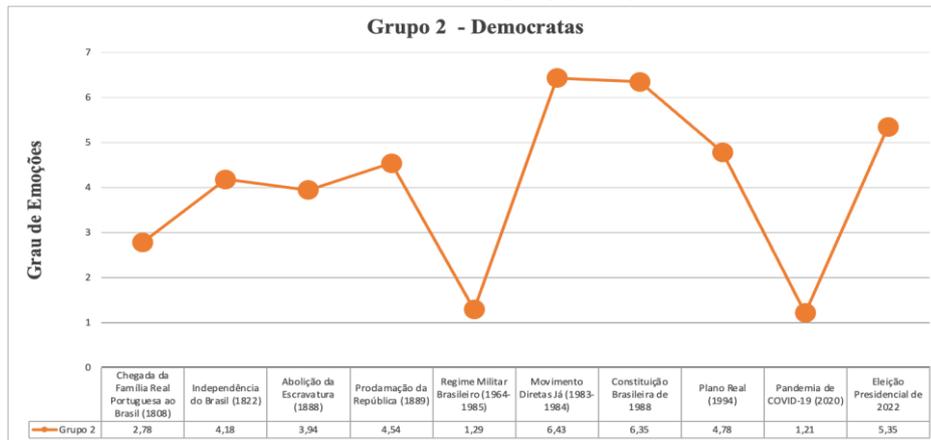
Fonte: Eskinazi, 2024.

Seguindo com as classes representacionais, delimitou-se também o perfil denominado de Democratas. Este subgrupo está vinculado ao Grupo 2 e que representou 8,80% (37 indivíduos) da amostra. Este perfil latente apresenta um padrão de avaliações que colocam com uma alta valência os acontecimentos históricos que representam princípios de igualdade e cidadania, a exemplo do Movimento de Diretas Já e a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, os indivíduos pertencentes a este subgrupo avaliam de maneira negativa e com baixos índices aqueles eventos que detêm uma ideia de desequilíbrio de poderes, como a Chegada da Família Real e o Regime Militar Brasileiro.

Nota-se dentro deste subgrupo a baixa valência para a Abolição da Escravatura. A ênfase mais negativa e baixa acerca da Abolição da Escravatura pode ser compreendida a partir da hipótese das consequências do movimento que, em termos práticos, não promoveu a diminuição das desigualdades raciais e privilégios sociais (Souza, 2021). No que se refere a dinâmicas contemporâneas, este perfil coloca com uma alta avaliação a última eleição presidencial.

No que concerne às inserções sociais mais salientes dos indivíduos deste perfil, evidencia-se uma presença maior de indivíduos do sexo feminino e que possuem uma afiliação política mais à esquerda. A Figura 11 apresenta a distribuição de respostas e avaliação média às avaliações referentes ao perfil latente dos Democratas.

Figura 11 - Padrão de Resposta dos Democratas e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos

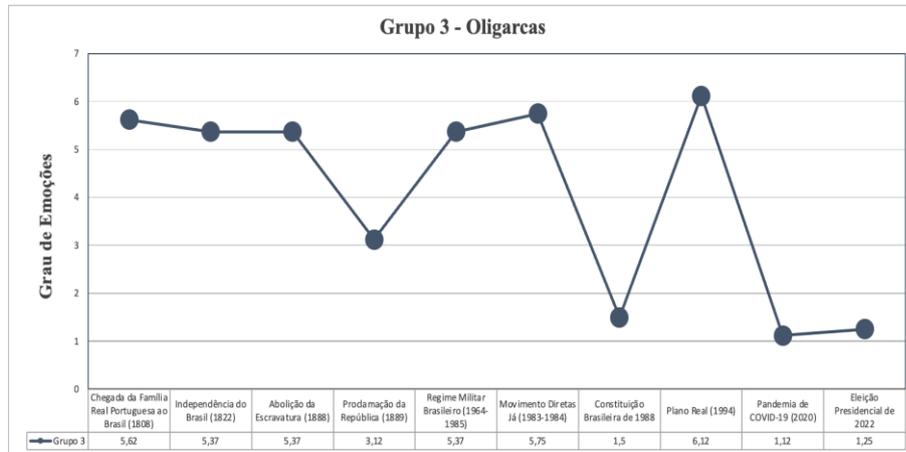


Fonte: Eskinazi, 2024.

O quarto perfil latente delimitado está relacionado ao Grupo 3 e foi denominado de Oligarcas. Esta classe apresentou o menor número de participantes da amostra, representando cerca de 2%. Este agrupamento de indivíduos demonstra um alto índice de positividade para aqueles eventos que representam a permanência de poder em alguns setores ou grupos específicos. Neste caso, os eventos históricos voltados à Chegada da Família Real Portuguesa e o Regime Militar Brasileiro apresentam altas avaliações. Ademais, a Independência do Brasil apresenta um índice de positividade maior, podendo ser compreendida também a partir de um entendimento voltado à permanência de um único grupo em contextos de poder, neste caso o Imperador D. Pedro I e a família real (Schwarz; Starling, 2015).

Em uma perspectiva contrária, acontecimentos que estão inseridos em uma perspectiva mais igualitária como Constituição de 1988 e a Proclamação da República apresentaram uma valência negativa. Em relação às variáveis socioeconômicas vinculadas a este perfil, nota-se que todos os participantes se enquadram no sexo masculino, com maior incidência de pessoas brancas e afiliação política de Direita. A afiliação política também pode servir como hipótese para a compreensão do alto índice de positividade dado para acontecimentos como o Plano Real e uma baixa avaliação para a eleição presidencial de 2022, na medida em que houve a vitória de um governo voltado ao espectro de esquerda.

Figura 12 - Padrão de Resposta dos Oligarcas e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos



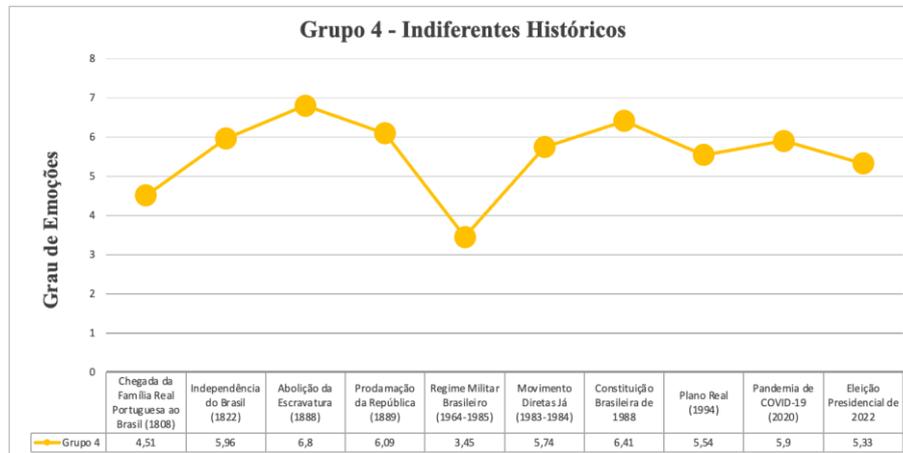
Fonte: Eskinazi, 2024.

A quinta classe ou agrupamento foi nomeado de Indiferentes Históricos e representa o Grupo 4 nos perfis latentes das emoções positivas e negativas, representando 7, 38% da amostra. A nomeação deste subgrupo foi baseada nos resultados obtidos por Hanke *et al.* (2015) acerca das avaliações de figuras históricas mundiais. Neste estudo, os autores averiguaram que, nos perfis latentes evidenciados, havia um subgrupo que mostrava uma menor propensão a avaliar as personalidades, demonstrando poucas variações em seu posicionamento. As respostas, neste contexto, eram todas semelhantes, não havendo uma mensuração de "heróis" nem "vilões" da história mundial.

Este padrão de resposta foi observado também nos indivíduos que foram agrupados no Grupo 4, uma vez que todas as avaliações dos acontecimentos históricos brasileiros foram postas num mesmo patamar de pontuação. Com exceção apenas do período do Regime Militar Brasileiro, que obteve uma pontuação de 3,45; todas as avaliações dos participantes deste perfil latente foram maiores que 4,5. A maioria das pontuações se encontra entre 5.5 e 6.8, demonstrando uma avaliação alta, mas sem especificidades. Com isso, decidiu-se nomear a classe assim como foi proposto no estudo original de Hanke *et al.* (2015).

Como evidenciado pelos autores, este tipo de perfil latente representa também cerca de 8% da amostra. Em relação às regulações sociais dos participantes deste subgrupo, a maioria possuía entre 18 e 30 anos e se autodeclarava pertencente ao campo político de centro (9 indivíduos) ou não se sentia representado por nenhuma afiliação (8 indivíduos).

Figura 13 - Padrão de Resposta dos Indiferentes Históricos e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos



Fonte: Eskinazi, 2024.

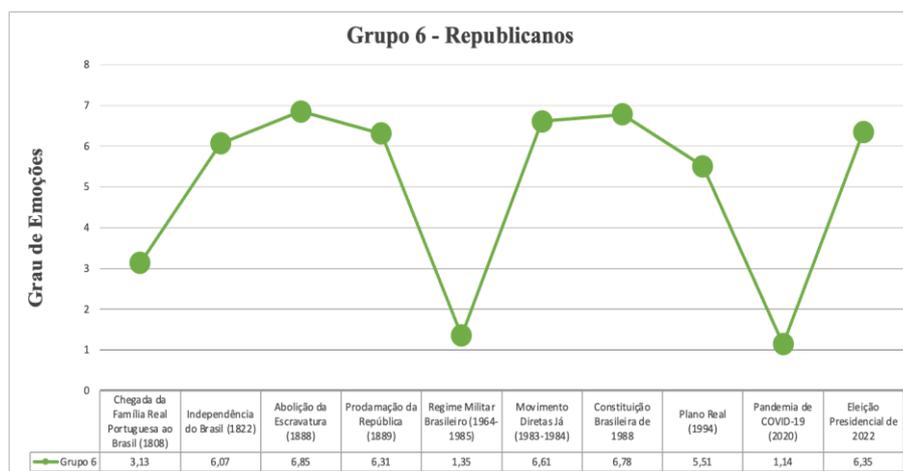
Por fim, o último perfil latente está relacionado com o Grupo 6 e foi denominado de Republicanos. Este subgrupo representou 45,47% da amostra, demonstrando uma maior tomada de posição similar. Em relação a suas características, nota-se que os indivíduos inseridos neste perfil latente possuem um padrão de resposta que está relacionada à preservação de direitos e à participação civil, demarcando uma avaliação que pode estar relacionada a contextos de mudança e protagonismo cidadão. Estas ênfases podem ser examinadas nas avaliações destes perfis, marcadas por pontuações localizadas nos polos e extremos. Neste contexto, há uma avaliação extremamente positiva para acontecimentos como a Independência do Brasil, Proclamação da República e a Abolição da Escravatura.

Em relação aos acontecimentos mais recentes, evidencia-se uma valência extremamente positiva para a Constituição de 1988 e a Eleição Presidencial de 2022. O padrão de respostas altamente positivo para estes acontecimentos pode revelar um interesse ou preocupação com a função das instituições e do Estado em sua totalidade. Simultaneamente, o Regime Militar é colocado em uma avaliação extremamente baixa. Ademais, a Chegada da Família Real também apresenta um índice menor, especialmente quando comparado aos outros perfis. Nota-se, dessa forma, uma pontuação altamente demarcada, com um entendimento baseado no protagonismo do Estado e nos princípios da igualdade, ao mesmo tempo em que se denota um posicionamento contrário a acontecimentos que provocaram medidas mais cesaristas.

Nas variáveis socioeconômicas vinculadas ao subgrupo, pode ser averiguado uma presença saliente de indivíduos afiliados ao campo político da esquerda (115 participantes) e do sexo feminino (120 participantes). A afiliação política associada ao perfil latente também pode servir como base para compreender a alta positividade e negatividade de alguns

acontecimentos históricos, a exemplo da Eleição Presidencial de 2022, que obteve uma avaliação extremamente positiva pelos indivíduos e o Regime Militar, que apresentou um índice de 1,35.

Figura 14 - Padrão de Resposta dos Republicanos e Avaliação Média acerca dos acontecimentos históricos



Fonte: Eskinazi, 2024.

Os perfis latentes delimitados, para além de expressarem entendimentos distintos acerca do passado nacional, apontam para diferentes elementos que envolvem a construção de representações sociais. Assim, as variações na tomada de posição acerca dos acontecimentos históricos podem ser compreendidas a partir dos princípios organizadores que promovem as diferenciações individuais. De acordo com Doise (1986), os princípios organizadores seriam, em suma, princípios de oposição e hierarquia que se atualizam e intervêm em contextos relacionais diferentes.

Esses princípios interferem nos diversos objetos que pertencem ao campo (Bourdieu, 1979), marcado por posições distintas e diferenças de poder. Assim, "o processo de diferenciação categórica também é um princípio organizador, particularmente útil para explicar as representações sociais desenvolvidas em um contexto de relações intergrupais" (Doise, 1986, p. 89, tradução nossa⁴²). Os princípios organizadores auxiliam, dessa forma, na compreensão da pluralidade de processos ao nível individual, particularmente no entendimento das diversas tomadas de posição a partir de uma inserção social específica.

A partir disso, nota-se que a análise dos princípios organizadores permite a compreensão

⁴² No original: «*Nous pensons que le processus de différenciation catégorielle est également un tel principe organisateur, particulièrement utile pour rendre compte de représentations sociales élaborées dans un contexte de relations intergroupes*».

das diferenciações individuais, uma vez que a variação na tomada de posição pode ser analisada por meio de intervenção de princípios distintos. Retomando a argumentação proposta por Almeida (2009) acerca do paradigma das três fases, evidencia-se que a investigação acerca da variação na tomada de posição dos indivíduos recai exatamente na compreensão dos princípios organizadores que regem estas diferenciações. A análise dos princípios organizadores permite aprofundar na compreensão das diferenciações individuais, como também possibilita analisar quais são os aspectos que unem os indivíduos em entendimentos comuns.

Como argumentado por Clémence (2002), o pensamento representativo está ancorado, entre outros fatores, em referências comuns. Estas referências facilitam a comunicação e interação entre os indivíduos. Contudo, de acordo com o autor, a presença de elementos comuns proporciona simultaneamente desacordos e tomadas de posição divergentes. Em um entendimento similar, Doise (1986) argumenta que um mesmo princípio organizador comum pode proporcionar tomadas de posições distintas entre os indivíduos. Neste contexto, as variações promovidas a partir de um mesmo princípio organizador comum estariam relacionadas com as inserções sociais dos indivíduos. Nesse sentido, o estabelecimento da comunicação vai além de quadros comuns, sendo marcada por diferentes formas com que as palavras podem ser ditas (Clémence, 2002).

Nesta perspectiva discutida por Doise (1986) e Clémence (2002), nota-se a importância de averiguar como princípios organizadores comuns podem gerar tomadas de posição diferentes. Assim, os perfis latentes podem ser analisados a partir dessas discussões acerca da função dos princípios organizadores comuns. Nesse contexto, os seis perfis latentes delimitados e suas variações, na avaliação acerca dos acontecimentos históricos, podem ser compreendidas a partir da intervenção de princípios organizadores comuns que promovem diferenciações individuais. Denota-se que nos seis perfis latentes nomeados existe a presença de um princípio organizador comum que promove as diferenciações na tomada de posição dos indivíduos acerca dos acontecimentos históricos. O princípio organizador que rege estas diferenciações na tomada de posição dos perfis seriam **Projetos de Futuro e Sociedade Distintos**.

A tomada de posição dos perfis latentes e sua valência aparentam serem regidos por ideais voltados à construção de um passado específico, com valores singulares. A construção desse passado não somente demarca questões voltadas à memória histórica, mas atinge também outras dinâmicas temporais. Nesse sentido, evidencia-se que a maneira como os subgrupos avaliam os acontecimentos passados influencia como estes compreendem não apenas o presente, mas também o futuro (Saint-Laurent; Obradović, 2019). As avaliações positivas e negativas acerca dos acontecimentos históricos apontam para diferenciações acerca de um

mesmo princípio, isto é, a delimitação de um projeto de futuro e sociedade específico.

A presença desse princípio organizador comum remete às discussões desenvolvidas por Halbwachs (1994) acerca dos quadros sociais da memória, uma vez que se nota a rememoração do passado no intuito de lidar com as situações específicas do presente e propor novos caminhos para o futuro. A valência dada pelos perfis latentes em alguns acontecimentos representa a consolidação de um passado singular, baseado em interesses e crenças específicas. Este passado construído e rememorado aponta para entendimentos específicos acerca do tipo de sociedade que se está buscando delimitar. Assim, o princípio organizador comum voltado a um projeto de sociedade pode se apresentar de diferentes maneiras, demonstrando as variações na tomada de posição dos indivíduos.

A utilização do passado como forma de pensar projetos de sociedade possíveis está fundamentada em discussões acerca da imaginação do futuro coletivo. Seguindo Zittoun e Gillespie (2018), a imaginação individual pode ser compreendida a partir de três dimensões principais. A primeira, denominada de Orientação do Tempo, aponta que a imaginação pode ser orientada em direção ao passado, a um presente alternativo e ao futuro. A segunda dimensão intitulada de Distância Semiótica está relacionada com o nível de concretude da imaginação, isto é, se seria próximo ou não de experiências materiais. A terceira dimensão seria a plausibilidade ou o grau de realização deste cenário imaginado. Estas dimensões, apesar de possuírem como foco a perspectiva do indivíduo, podem ser transferidas para dinâmicas mais macrossociais.

Conforme pensado pelos autores, a imaginação pode também ser social e compartilhada por grupos ou conjunto de indivíduos, articulando entidades subjetivas com forças sociais. Nesse contexto, estaria se discutindo uma imaginação coletiva. Em relação aos pressupostos da imaginação coletiva, Zittoun e Gillespie (2018) argumentam que esta seria distribuída entre os indivíduos através do tempo, sendo compartilhada e cristalizada em imaginações subsequentes. Esta imaginação coletiva teria resultados sociais mais abrangentes, afetando sociedades e comunidades. Nos pressupostos vinculados à imaginação coletiva do futuro, os autores argumentam que esta também pode ser orientada ao passado, baseado em memórias e versões específicas da história. Nesse sentido, a memória é um elemento de grande importância para a imaginação coletiva do futuro.

Aprofundando neste debate, Saint-Laurent (2022) aponta para o papel da reinvenção do passado como forma de imaginar futuros possíveis. Segundo a autora, a maneira como os indivíduos compreendem o passado influencia diretamente naquilo que se acredita e se imagina para o futuro. Esta relação pode ser compreendida a partir dos elementos que a memória fornece

para a consolidação de um futuro possível. Em um primeiro ponto, a memória possibilita a delimitação de quadros que definem os eventos e atores que importam no passado e que devem ser considerados ao imaginar o futuro (Saint-Laurent, 2022).

Nos perfis latentes foi possível averiguar como os diferentes subgrupos avaliam os eventos de diferentes maneiras. Enquanto alguns grupos demarcam a positividade de eventos como a Eleição Presidencial de 2022 (Republicanos), outros o colocam em um índice de extrema negatividade (Nacionalistas Geracionais). Ao mesmo tempo, alguns perfis denotam a baixa valência para a Constituição Federal de 1988 (Oligarcas), ao passo que outros grupos o avaliam com um maior índice positivo (Democratas). Estas diferenças demonstram como o passado pode ser reformulado a partir dos interesses grupais. Este passado, construído através da memória, salienta os aspectos que podem servir de base para a construção de um futuro, ou seja, eventos que carregam valores que devem ser mantidos na sociedade que está por vir.

Nesse sentido, as valências positivas de alguns acontecimentos para certos grupos podem ser consideradas enquanto futuros a serem alcançados (utopias), ao mesmo tempo em que podem ser distopias para outros, isto é, futuros a serem evitados (Zittoun; Gillespie, 2018). A própria alta positividade a todos os eventos históricos (Indiferentes Históricos) demonstra uma ideia de futuro específico. Estas diferenciações entre os perfis latentes demonstram tomadas de posição distintas, mas que são organizadas a partir de um mesmo princípio, vinculado a um projeto de sociedade (Clémence, 2002). A avaliação dos acontecimentos históricos aponta que existe um ideário comum baseado em um futuro ou sociedade a ser alcançado (princípio organizador), mas que difere acerca de quais eventos são base para se estruturar este futuro (variação na tomada de posição).

Ademais, a memória coletiva fornece exemplos do que pode ser possível para o futuro e o que não pode ser realizado (Saint-Laurent, 2022). Dessa forma, os eventos históricos podem proporcionar comparações entre aquilo que aconteceu no passado e o que pode ser proposto para o futuro (Saint-Laurent, 2022). A avaliação positiva e negativa dos acontecimentos entre os perfis demonstra quais eventos são passíveis de serem continuados no futuro. A valorização de acontecimentos, como o Plano Real e Regime Militar (Oligarcas), aponta para um caminho a ser seguido no futuro, vinculado a valores subjacentes e conjuntos de crenças. Em paralelo, a ênfase positiva em eventos como a Proclamação da República e uma menor valência para momentos como a Chegada da Família Real (Nacionalistas Juvenis) demonstra um projeto distinto de futuro possível que está ancorado em outros sistemas de valores.

Saint-Laurent (2022) também argumenta sobre a importância da memória no processo de construção de generalizações sobre a humanidade. Ao lembrar alguns acontecimentos

históricos como mais positivos ou negativos, os perfis demonstram aquilo que seria, de certa forma, representativo da nação. Nesse sentido, constrói-se um ideário de país a ser atingido a partir dos acontecimentos do passado lembrados (Candau, 2019). A seleção de eventos como o Regime Militar ou a Constituição Federal de 1988, como marcadores de uma ideia de Brasil, podem proporcionar diferentes versões de país que se deseja consolidar e alcançar no futuro. Dessa forma, não há somente uma construção de futuro nos perfis, mas também o delineamento de uma possível identidade nacional para a sociedade que está por vir.

Na análise dos perfis latentes e na variação da tomada de decisão, conforme mencionado anteriormente, nota-se a presença de um princípio organizador comum voltado a projetos futuros de sociedade. Este princípio comum promove o delineamento de diferentes posicionamentos frente aos acontecimentos históricos. Neste contexto, indaga-se o que promove a separação entre estes projetos de sociedade distintos. Em outras palavras, a partir da discussão proposta por Doise (1986), quais seriam os elementos que ancoram as variações na tomada de posição acerca deste princípio organizador comum?

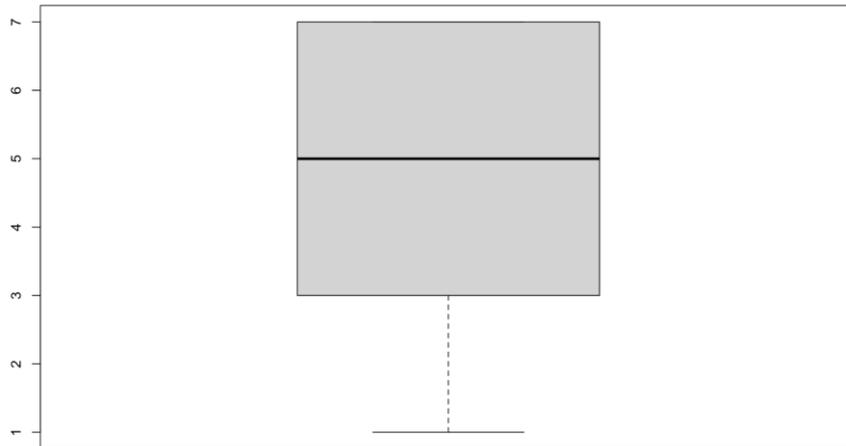
A partir de uma análise acerca dos aspectos consensuais dos perfis latentes e das variações na tomada de posição, torna-se necessário aprofundar nos processos de ancoragem que circunscrevem as diferenciações individuais. Assim, busca-se investigar aquilo que sustenta essas diferenciações e variações evidenciadas na tomada de posição acerca dos acontecimentos históricos. Para isso, é necessário aprofundar nas inserções sociais dos sujeitos e suas relações com o campo, averiguando a relação entre metassistema e dinâmicas cognitivas (Doise, 1990).

Na busca de melhor compreender os elementos que ancoram as variações acerca deste princípio organizador comum, algumas questões precisam ser delimitadas. Diferentemente das avaliações para com a pandemia de Covid-19 e Abolição da Escravatura, houve eventos que apresentaram uma grande variação de respostas, isto é, foram acontecimentos que provocaram um maior número de dissensos memoriais. Assim, nos perfis latentes, notou-se uma divergência acerca das emoções e o grau de importância de alguns eventos históricos.

A partir da análise realizada no RStudio, averiguou-se que em relação às emoções positivas e negativas, o evento com respostas mais dissonantes foi a **Eleição Presidencial de 2022**. Este acontecimento provocou uma maior diferenciação entre os perfis latentes, uma vez que delimitou padrões de respostas divergentes e singulares entre os subgrupos. A partir da ferramenta estatística *Boxplot* foi possível realizar uma análise acerca da distribuição de respostas deste acontecimento. Diferente dos *Boxplot* evidenciados nos consensos memoriais, este revelou uma maior variedade de respostas na amostra. A figura 15 apresenta a distribuição

de respostas acerca deste acontecimento entre os 420 participantes.

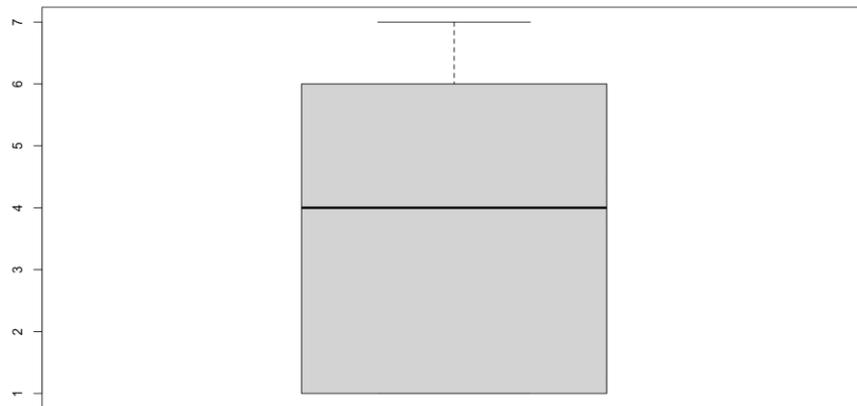
Figura 15 - Distribuição das respostas acerca das Emoções Positivas e Negativas referente a Eleição Presidencial de 2022



Fonte: *Software* RStudio (Versão 2023.06.0+421).

A Figura 15 demonstra que as respostas acerca da eleição presidencial variaram de 1 a 7, atingindo todos os pontos da escala. Ademais, houve uma maior incidência de respostas entre 3 e 7, bem como uma avaliação média em torno de 4.5. As respostas apresentam um padrão de respostas divergente entre os participantes, marcado por avaliações tanto extremas (voltadas aos polos), como também inseridas em um ponto médio. Paralelo a essa configuração, o acontecimento histórico que demonstrou maior dissenso e conseqüente variabilidade de respostas em relação ao Grau de Importância foi o **Regime Militar Brasileiro**. Novamente, na análise realizada a partir da ferramenta *Boxplot*, foi possível averiguar a distribuição de respostas acerca do grau de importância deste acontecimento. A Figura 16 demonstra o padrão de respostas acerca do grau de importância do Regime Militar.

Figura 16 - Distribuição das respostas acerca do Grau de Importância referente ao Regime Militar Brasileiro



Acerca do grau de importância dado ao regime militar, nota-se um padrão de respostas que também englobam os 7 pontos da escala. A maior incidência de respostas ocorreu entre 1 e 6, com uma média de respostas em torno de 4. Os dois eventos mencionados demonstram uma oportunidade importante para a compreensão das ancoragens que sustentam as diferenciações de tomada de posição acerca do passado nacional. Nesse sentido, o aprofundamento das respostas destes dois acontecimentos possibilita a apreensão das divergências que circunscrevem o princípio organizador comum evidenciado. Assim, pode-se compreender os elementos que ancoram as tomadas de posições distintas acerca dos projetos de futuro e sociedade.

A análise da Eleição Presidencial de 2022 e do Regime Militar também pode proporcionar um melhor entendimento de como os processos mnemônicos podem ser estruturados no contexto de polarização social contemporâneo, demarcando as regulações sociais que promovem variações na tomada de posição d/os indivíduos.

8.6 ANCORAGEM FRENTE AO PASSADO NACIONAL: O CASO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 E DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Nos pressupostos que circunscrevem a abordagem societal das representações, nota-se uma ênfase na análise das regulações sociais em que os indivíduos estão inseridos. As inserções sociais seriam base para a compreensão das variações na tomada de posição dos indivíduos, uma vez que estas estariam vinculadas a hierarquias sociais e sistemas de valores distintos. Dessa forma, o estudo das regulações sociais visa à aproximação entre as entidades

individuais e sociais. Nesta perspectiva, a atuação dos indivíduos na realidade está circunscrita por dinâmicas sociais, marcadas por desigualdades de posições e diferentes conjuntos de crenças (Doise, 1990).

Como bem salienta Doise (2014), o processo de tomada de posição está inserido em assimetrias de identidades sociais. Segundo o autor, as identidades coletivas se constituem através de processos de diferenciação grupal, promovendo a expressão de tendências específicas. Neste contexto, as diferenças individuais podem ser avaliadas a partir das variações no metassistema, uma vez que este conjunto de valores sociais pode passar por processos de transformação de acordo com o pertencimento e a posição do indivíduo na estrutura social. Ademais, a inserção social dos indivíduos possibilita a modulação das interações interpessoais e influência de determinados funcionamentos cognitivos. Nessa questão, as representações sociais não somente se adaptam aos contextos grupais distintos, na realidade elas intervêm antecipando as conjunturas singulares dos grupos (Almeida, 2009).

A posição ocupada pelo indivíduo no campo (Bourdieu, 1979) demonstra hierarquias de valores distintos, que atuam na construção das representações sociais. Dessa forma, a análise das inserções sociais possibilita o entendimento da relação entre pertencimento social e posicionamentos frente a determinados objetos.

A análise das inserções sociais dos indivíduos está relacionada com o terceiro nível de investigação proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992): A Ancoragem das Diferenciações Individuais. Nesse sentido, evidencia-se que a ancoragem é um elemento essencial para o entendimento de como as variações da tomada de posição estão vinculadas a outras realidades simbólicas a que os indivíduos pertencem (Almeida, 2009). Assim, para além de compreender os aspectos consensuais e a variação nos posicionamentos individuais, a abordagem societal busca investigar a ancoragem dessas tomadas de posição variadas em dinâmicas sociais maiores, abarcando os grupos com que os indivíduos interagem e as regulações sociais que circunscrevem esses indivíduos (Almeida, 2009).

Nesta perspectiva, Doise (1992) aponta que os processos de ancoragem modulam constantemente determinados aspectos das representações a partir de sua inscrição em regulações sociais específicas. Neste argumento, o autor salienta que a relação entre inserções sociais e o conteúdo das representações não está baseada em uma ligação definitiva e imutável. Na realidade, seria a partir de uma maior especificidade no estudo da ancoragem que se poderia promover um maior aprofundamento nas dinâmicas relacionais que forjam determinadas formas de conhecimento e tomada de posição. Esta iniciativa buscaria compreender as variações representacionais e relacionais que os indivíduos possuem com o objeto, afastando-

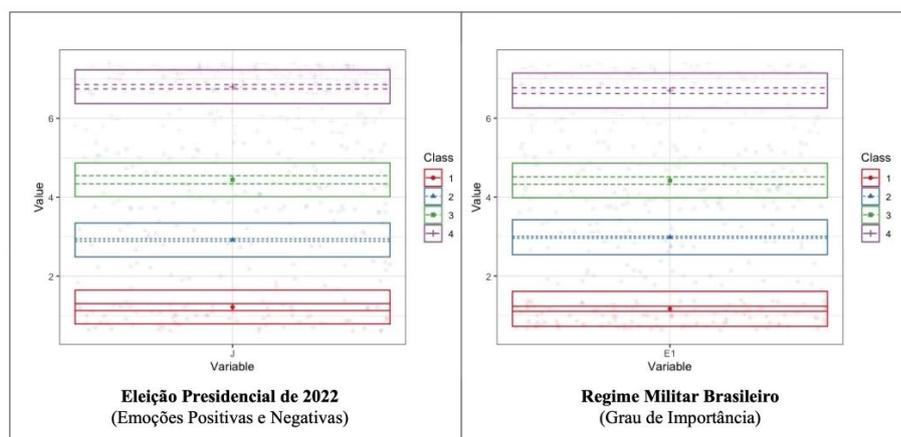
se de uma análise descritiva acerca do conteúdo representacional apenas. A investigação acerca da ancoragem possibilita compreender as relações simbólicas que existem entre os indivíduos e que são circunscritas por significações oriundas de diversas inserções no campo social (Doise, 1992).

A classificação e nomeação dos seis perfis latentes na seção anterior demonstrou a existência de dissensos e variações na tomada de posição a partir de um princípio organizador comum, voltado a projetos de futuro e sociedade. Neste contexto, a investigação acerca dos processos de ancoragem pode auxiliar na compreensão dos elementos que promovem essa separação entre os grupos, bem como o entendimento do papel das regulações sociais dos indivíduos no processo de rememoração do passado nacional e de futuros possíveis. Para isso, utiliza-se o caso dos dois acontecimentos que obtiverem uma maior variação na tomada de posição, tanto em emoção quanto em importância, como forma de materializar a função dos processos de ancoragem (Eleição Presidencial de 2022 e Regime Militar Brasileiro).

A escolha destes acontecimentos para a investigação das ancoragens das diferenciações individuais possibilita uma melhor avaliação dos sistemas de valores que circunscrevem o campo social e sua relação com a tomada de posição, demarcando a relação entre regulações sociais e posicionamentos acerca dos eventos.

No intuito de aprofundar no estudo das regulações sociais e ancoragens, que estão relacionadas com a tomada de posição frente aos dois acontecimentos, realizou-se uma segunda análise de perfil latente somente com as respostas acerca das emoções positivas e negativas da eleição presidencial e do grau de importância do regime militar. Esta segunda análise visou identificar padrões de respostas acerca destes acontecimentos específicos e as regulações sociais que estavam vinculadas aos posicionamentos. Na análise realizada foi evidenciado um mesmo padrão de respostas, bem como uma mesma quantidade de subgrupos presentes na amostra. A Figura 17 apresenta os padrões de respostas evidenciados acerca dos dois acontecimentos, bem como o número de subgrupos (perfis) presentes na amostra.

Figura 17 - Análise de Perfil Latente realizada com as respostas acerca da Eleição Presidencial de 2022 e do Regime Militar Brasileiro



Fonte: Baseado no *software* RStudio (Versão 2023.06.0+421).

Em uma primeira análise, evidencia-se que as respostas acerca da eleição presidencial do regime militar apresentaram um mesmo número de subgrupos ou classes na amostra. Em ambos os acontecimentos, **a APL delimitou quatro perfis latentes**. Estes perfis foram identificados a partir do posicionamento dos participantes frente aos eventos. No caso das emoções acerca da eleição presidencial, o Grupo 1 (Vermelho) reuniu indivíduos que posicionaram este evento com uma valência extremamente negativa, entre 1 e 2. O Grupo 2 (Azul) delimitou os participantes que responderam entre 2 e 3, demonstrando também um posicionamento mais negativo frente à eleição. O Grupo 3 (Verde) apresentou os indivíduos que responderam entre 4 e 5 na escala de emoções, revelando um posicionamento mais mediano e positivo. Por fim, o Grupo 4 (Roxo) englobou os indivíduos que posicionaram a eleição presidencial em um nível extremamente positivo voltado a uma pontuação entre 6 e 7.

O mesmo padrão de respostas foi identificado no que diz respeito ao regime militar. O Grupo 1 (Vermelho) seria representado por aqueles participantes que argumentaram que o regime militar foi nada importante. O Grupo 2 (Azul) demonstra as respostas entre 2 e 3, demarcando também um posicionamento voltado a não importância do acontecimento. O Grupo 3 (Verde) englobou os indivíduos que colocaram o regime militar em um nível médio de importância, em cerca de 4. Por fim, o Grupo 4 (Roxo) representou os participantes que posicionaram o regime militar em um alto índice de importância, com respostas entre 6 e 7. Os padrões de respostas apresentam similaridades, uma vez que demonstram a evolução das respostas dos participantes, indo de uma valência mais negativa (extremamente negativa e nada importante) até uma tomada de posição mais favorável (extremamente positivo e extremamente importante).

Na tentativa de aprofundar na função da ancoragem na variação da tomada de posição, alguns aspectos podem ser salientados acerca do padrão de respostas evidenciado acima. Como bem salientado por Trindade, Santos e Almeida (2019), a ênfase proposta por Doise nos processos de ancoragem busca promover articulações entre explicações de ordem psicológica, com aquelas de caráter societal, demonstrando que a atuação individual está configurada a partir de dinâmicas societais.

As variações na maneira com que os indivíduos se posicionam frente aos objetos demonstra ancoragens de pensamento que estão relacionadas com outras afiliações sociais. A partir disso, analisando as respostas dos participantes acerca dos dois acontecimentos, nota-se que a variação na tomada de posição evidenciada está ancorada em um sistema de valores voltado às **afiliações políticas dos indivíduos**.

Nesse sentido, a orientação política dos participantes ancora o entendimento acerca destes dois acontecimentos, promovendo uma variação na tomada de posição. A afiliação política revela os sistemas de crenças que são utilizados para a promoção das diferenciações individuais. Dessa forma, os indivíduos se encontram inseridos em outras regulações sociais que possuem uma hierarquia de valores específica, influenciando em uma relação e posicionamento específico com os objetos (Almeida, 2009).

A partir da vinculação dos participantes em realidades simbólicas distintas (voltadas à orientação política), as variações individuais frente aos acontecimentos históricos se tornam mais consistentes e se materializam. Este argumento pode ser avaliado a partir das regulações sociais que estão relacionadas a cada um dos quatro subgrupos ou classes delimitadas. A Tabela 8 apresenta a frequência de participantes em cada grupo e a distribuição das orientações políticas (Direita, Centro, Esquerda e Outra) no que se refere às emoções positivas e negativas acerca da eleição presidencial.

Tabela 8 - Distribuição das afiliações políticas dos perfis latentes acerca da eleição presidencial de 2022

	Afiliação Política de Direita	Afiliação Política de Centro	Afiliação Política de Esquerda	Outra Afiliação Política	Total Subgrupo
Grupo 1	23	41	10	22	96
Grupo 2	5	10	8	6	30
Grupo 3	4	42	27	19	93
Grupo 4	52	7	125	17	201
Total					420

Fonte: Eskinazi, 2024.

A Tabela 8 demonstra que a afiliação política é um marcador importante na separação dos grupos delimitados. Nota-se que os posicionamentos dos perfis latentes frente à eleição estão ancorados em uma orientação política específica. Mais especificamente, é possível averiguar uma mudança das afiliações políticas na medida em que os posicionamentos acerca do acontecimento vão sendo alterados. De início, nos posicionamentos que consideravam a eleição como algo extremamente negativo, evidencia-se uma predominância de indivíduos pertencentes ao campo político de Direita, Centro ou que não se identificam com nenhum campo político. Assim, estes indivíduos pontuaram o evento com índices mais baixos, entre 1 e 2 (N= 96).

Em seguida, no Grupo 2 (N= 30), nota-se uma diminuição de indivíduos com afiliação política de Direita e uma maior presença de indivíduos com uma posição de Centro. Estes participantes avaliaram a eleição ainda com uma valência mais negativa, contudo com um posicionamento que não foi colocado no polo extremamente negativo. O Grupo 3 (N= 93), que posicionou a eleição como algo mediano, correspondeu a uma forte incidência de pessoas que se autoclassificam enquanto de Centro. Neste subgrupo, nota-se uma menor predominância de pessoas oriundas do campo da Direita. Por fim, o Grupo 4 (N= 201) demonstra uma predominância de participantes pertencentes ao campo político da Esquerda, representado por uma avaliação extremamente positiva do evento. À medida que a tomada de posição se altera, as inserções sociais dos sujeitos demonstram novos contornos (DOISE, 1986). Assim, a hierarquia de valores que estão relacionados com a orientação política ancora o posicionamento dos indivíduos frente ao acontecimento.

Em um contexto similar, as orientações políticas também auxiliam na tomada de posição frente ao grau de importância do regime militar. A Tabela 9 demonstra a frequência de participantes nos quatro perfis latentes evidenciados e a correlação com a orientação política.

Tabela 9 - Distribuição das afiliações políticas dos perfis latentes acerca do grau de importância referente ao Regime Militar Brasileiro

	Afiliação Política de Direita	Afiliação Política de Centro	Afiliação Política de Esquerda	Outra Afiliação Política	Total Subgrupo
Grupo 1	5	42	70	14	131
Grupo 2	2	14	13	6	36
Grupo 3	16	39	30	28	113
Grupo 4	20	48	56	16	140
Total					420

Fonte: Eskinazi, 2024.

Neste contexto, diferentemente do caso das eleições presidenciais, nota-se entre os participantes do Grupo 1 (N= 131) uma maior incidência de indivíduos filiados ao campo da esquerda. Assim, a avaliação do regime militar como algo que não foi nada importante aponta para uma inserção social específica dos indivíduos, voltado a um sistema de valores que podem ser vinculados ao campo político de esquerda. O Grupo 2 (N=36), representado por respostas entre 2 e 3, está vinculado a indivíduos novamente de Esquerda, mas também de Centro, demonstrando novas regulações sociais a partir de uma variação no posicionamento. Nesse sentido, este posicionamento está voltado a uma valência negativa, mas que se encontra fora dos polos de avaliação.

O Grupo 3 (N= 113) avaliou o grau de importância do regime militar entre 4 e 5, revelando uma tomada de posição mais próxima de uma avaliação alta. Este posicionamento específico está acompanhado de uma maior incidência, quando comparado aos dois primeiros grupos, de indivíduos pertencentes ao campo da direita ou que não se sentem pertencentes a nenhum campo político. Por fim, o Grupo 4 (N=140), marcado por um posicionamento que aponta para o caráter extremamente importante do regime militar, apresenta a maior presença de participantes filiados ao campo da Direita e Centro, demonstrando as hierarquias de valores que estão relacionadas com esta tomada de posição⁴³.

A orientação política dos participantes pode ser compreendida enquanto um elemento que promove a diferenciação na tomada de posição. Dessa forma, os conhecimentos e crenças que estão vinculados a esta inserção social específica são utilizados como forma de ancoragem para avaliar os acontecimentos históricos. A partir da distribuição das afiliações políticas detalhadas acima, percebe-se que estas inserções sociais se materializam de maneira saliente em contextos e acontecimentos que trazem consigo valores distintos, revelando as variações representacionais. Nesta perspectiva, a análise dos processos de ancoragem pode auxiliar na compreensão das diferenciações e variações individuais.

Trazendo esta discussão para as avaliações dos acontecimentos históricos, nota-se que as afiliações políticas evidenciadas na amostra são elementos que promovem as variações individuais, podendo ser compreendidas como uma **ancoragem sociológica** (Doise, 1992).

Como argumentado por Doise (1992), a ancoragem sociológica está relacionada com as pertencas sociais ocupadas pelos indivíduos nas relações. Este tipo de ancoragem se pauta na relação existente entre representações e inserções sociais. A ancoragem sociológica pressupõe

⁴³ Cabe mencionar que a frequência expressiva de participantes filiados ao campo da esquerda no Grupo 4 pode ser compreendida a partir do indicador que está sendo medido, voltado ao grau de importância e não de emoção positiva/negativa.

que a inserção dos indivíduos em um mesmo grupo possibilita a apreensão de experiências e interesses comuns, possibilitando o compartilhamento de valores e opiniões (Deschamps; Moliner, 2009). Dessa forma, as variações representacionais poderiam ser analisadas e explicadas a partir das diferentes pertenças e posições ocupadas pelos indivíduos nos grupos sociais. Para Doise (1992) estas posições ocupadas poderiam ser da ordem de classe, gênero e, mais especificamente, orientação política.

Dessa forma, percebe-se que, assim como argumentado por Doise (1992), as orientações políticas evidenciadas na amostra servem como mecanismo que possibilita a variação das representações sociais. Ademais, as afiliações políticas revelam um sistema de crença específico que influencia diretamente na avaliação dos participantes acerca dos acontecimentos históricos. As variações na avaliação dos acontecimentos estão relacionadas a contextos macrossociais, vinculado a inserções sociais em grupos específicos, podendo ser compreendidas enquanto uma ancoragem sociológica.

A partir disso, compreende-se a orientação política como elemento de ancoragem que promove a variação da tomada de posição. A filiação a determinado campo político define, dessa forma, o posicionamento dos indivíduos frente aos acontecimentos históricos. Em um estudo acerca das significações de "ser de esquerda" e "ser de direita", Moliner e Courtot (2004) encontraram definições extremamente marcadas dos dois grupos. Nesse sentido, entre os simpatizantes de esquerda, as características que definiam essa pertença eram consensualmente compartilhadas pelo grupo, a exemplo da defesa dos direitos humanos, bem como os atributos que representariam o campo de direita, como o conservadorismo.

Aprofundando nesses resultados, Deschamps e Moliner (2009) argumentam que, em relação às pertenças políticas, quando um critério é utilizado de maneira majoritária para definir um grupo, nota-se um abandono desta mesma característica para com o outro grupo. Dessa forma, cria-se uma diferenciação saliente e explícita entre os grupos, na medida em que cada qual representa uma hierarquia de valor distinta, a exemplo de aspirar pela igualdade *versus* fazer discriminações sociais (Moliner; Courtot, 2004).

A orientação política, assim, pode promover uma forte separação entre nós e eles. A variação na avaliação dos dois eventos baseados na afiliação política influencia em diferentes visões do passado, demarcando o contexto de polarização social evidenciado na conjuntura contemporânea brasileira (Arruda, 2022; Dantas; Ansara, 2020; Nunes; Traumann, 2023). Os dois acontecimentos supracitados trazem consigo embates entre sistemas de valores distintos, promovendo a variação na tomada de posição a partir, sobretudo, das afiliações políticas. Estas diferenciações de crenças, ancoradas pelas orientações políticas, refletem em um cenário de

antagonismo em que o entendimento acerca do passado coletivo se torna um elemento também de oposição.

A avaliação acerca da Eleição Presidencial e o Regime Militar é estruturada a partir das afiliações políticas dos indivíduos, resultando em tomadas de posição divergentes. Como bem salientam Nunes e Traumann (2023), as oposições políticas não seriam necessariamente algo novo na esfera pública nacional; contudo, o aprofundamento recente das divisões na sociedade brasileira provocou uma separação marcante entre os grupos sociais, baseado principalmente, em visões políticas distintas. A eleição presidencial de 2022 está configurada enquanto um dos principais acontecimentos que marcam estas oposições de valores e sistemas de crenças. A alta divergência dos participantes para com suas emoções positivas e negativas acerca deste evento revela este cenário. Como afirmado pelos autores:

A eleição presidencial de 2022 ressaltou vários medos e inseguranças presentes na sociedade brasileira. Ao contrário dos pleitos anteriores, o resultado não foi decidido por temores sobre a capacidade do candidato X em tocar bem a economia, controlar a inflação ou gerar empregos. Foram os medos de que o eleito em outubro de 2022 mudaria a legislação sobre o aborto, fecharia igrejas, destruiria a floresta amazônica, intervenção no Supremo Tribunal Federal, censuraria as redes sociais ou restringiria os direitos de minorias que ressaltaram o caráter de tudo-ou-nada da eleição. Muitos eleitores de 2022 votaram como se sua sobrevivência estivesse sob ameaça (Nunes e Traumann, 2023, p. 95).

Este confronto de valores e crenças foi materializado a partir das duas possibilidades de voto, demonstrando entendimentos específicos acerca do passado social. O posicionamento acerca do passado, dessa forma, estava ligado fortemente às pertencas sociais, voltadas sobretudo às afiliações políticas. A própria menção da eleição presidencial de 2022 como um acontecimento marcante na historiografia brasileira, conforme averiguado no Estudo 1, demonstra esta articulação entre polarização social e passado coletivo.

O cenário de polarização social também influenciou na avaliação do Regime Militar. Conforme discutido por Dantas e Ansara (2020), durante os anos de governo de extrema direita (2019-2022), foram realizadas comemorações e homenagens para celebrar a chamada "Revolução" de 1964. Além disso, as indenizações para os perseguidos pelo regime militar passaram por um processo de burocratização, dificultando o acesso aos serviços de reparação. Nesse cenário, as oposições decorrentes dos antagonismos políticos foram materializadas na esfera pública, demonstrando diferentes entendimentos do passado nacional. A arena pública brasileira, imbricada em um alto nível de polarização social, foi e continua sendo palco de disputas pela memória do regime militar.

Os dois acontecimentos supracitados revelam, então, a maneira como a tomada de posição acerca do passado se encontra ancorada em sistemas de crença e conhecimento oriundos das afiliações políticas. O próprio regime militar foi utilizado como elemento de diferenciação entre as duas propostas delimitadas para o pleito em 2022. Neste contexto, havia de um lado uma ênfase na crítica às torturas e violências perpetradas pelo regime, e do outro, uma exaltação dos militares (Nunes; Traumann, 2023). Assim, a escolha do candidato em outubro de 2022 pelos eleitores, de certa forma, também esteve atrelada a seus entendimentos acerca deste acontecimento histórico, demonstrando avaliações mais divergentes conforme observado no estudo. O passado é analisado por meio das lentes do presente, marcadas por antagonismos e fronteiras grupais altamente delimitadas.

A variação nos posicionamentos acerca dos acontecimentos históricos, contudo, está relacionada com um princípio organizador comum, voltado a projetos de futuro e sociedade. Para além de compreender que as afiliações políticas estão relacionadas com o processo de ancoragem, cabe pontuar que ao avaliar o passado nacional se está também discutindo acerca do futuro coletivo (Saint-Laurent, 2022). Tomando como base os dois acontecimentos mencionados, a orientação política serve como mecanismo para compreender o imaginário de futuro que se busca, bem como a sociedade que se deseja alcançar. Dessa forma, as orientações políticas podem ser enquadradas, enquanto elementos que visam à delimitação de projetos específicos de sociedade.

A afiliação política, juntamente aos sistemas de crenças e valores, demonstra quais aspectos seriam importantes, não somente acerca do passado, mas também do que se espera para o futuro. A maneira como as afiliações políticas promovem a variação na tomada de posição não se limita somente ao passado social, atuando também em outros tempos.

A partir do contexto de polarização social evidenciado no presente, as orientações políticas acabam por delinear os futuros possíveis e quais aspectos do passado são importantes, podendo ser utilizados como base para se pensar o que está por vir (Szpunar; Szpunar, 2016). No contexto contemporâneo brasileiro, marcado por antagonismos entre os grupos sociais, nota-se que um dos elementos que promove o delineamento de futuro seria exatamente a orientação política. A memória dos acontecimentos passados, articulada com as afiliações políticas, revela não apenas possibilidades para se pensar o futuro, mas também consolida as identidades coletivas, bem como a maneira como os indivíduos interagem (Saint-Laurent, 2022).

Como pensado por Zittoun e Gillespie (2018), os grupos se utilizam de elementos culturais e valências positivas e negativas no intuito de construir imagens do futuro. A filiação

a determinado conjunto de valores e crenças, a exemplo da orientação política, possibilita que ideários de futuro sejam delimitados. O papel da orientação política na construção do passado nacional revela a necessidade de compreender a relação entre tempo e memória a partir de uma visão não linear e cíclica, onde o mesmo objeto pode coexistir no passado e no futuro. Os ideários de futuro que são mobilizados a partir da memória do passado revelam, dessa forma, a importância do elemento da temporalidade na construção das representações sociais.

A afiliação política possibilita que imaginações acerca do futuro sejam ancoradas no passado, possibilitando que os grupos transitem entre o experienciado e o que desejam alcançar. Ao representarem o passado, os indivíduos e grupos também constroem, de certa forma, o futuro (Lyra; Wagoner; Barreiro, 2020). Diferentes entendimentos de eventos do passado, que permeiam o pensamento social, podem indicar hierarquias de valores e projetos de futuro distintos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu clássico livro *Remembering*, Frederic Bartlett argumenta que o conteúdo e a maneira do lembrar são predominantemente determinados por influências sociais. Segundo o autor, o conteúdo da rememoração está relacionado com a maneira com que as tradições e normas internalizadas influenciam o que os indivíduos lembram, enquanto o modo de lembrar pauta-se em como a presença de outros membros do grupo afeta como os indivíduos rememoram. Nota-se uma correlação entre lembrança e dinâmicas coletivas, e também entre rememoração e pensamento social em sua totalidade.

Seguindo esta linha argumentativa, a presente dissertação visou analisar dissensos e consensos memoriais acerca de grandes eventos históricos brasileiros entre diferentes grupos sociais. Tomando como base a perspectiva teórica da abordagem societal das representações e de estudos em memória social, buscou-se aprofundar nas maneiras com que o passado histórico pode ser representado e avaliado, demonstrando o caráter reconstrutivo que circunscreve a rememoração (Bartlett, 1995). O cenário brasileiro contemporâneo, imbricado em um nível maior de polarização social, demonstrou um terreno pertinente para a análise das variações de representações acerca da memória nacional, na medida em que as diferenciações intergrupais possibilitam entendimentos distintos acerca da história.

Neste percurso, dois estudos foram propostos no intuito de compreender os dissensos e consensos existentes acerca da memória histórica nacional. A primeira etapa da pesquisa objetivou identificar acontecimentos marcantes na historiografia brasileira, ou na perspectiva de Doise (1986), analisar os principais consensos representacionais acerca do passado histórico nacional. Neste estudo, evidenciou-se que a rememoração dos acontecimentos históricos passados está configurada a partir de dois elementos principais: a proximidade temporal e a influência dos contextos educacionais. Estes dois mecanismos possibilitam a delimitação de trajetórias históricas específicas que enfatizam eventos históricos singulares.

Os acontecimentos históricos mais lembrados possuem similaridades com os estudos clássicos em rememoração (Mathias; Páez, 2018), uma vez que estes estavam inseridos em uma perspectiva cronológica recente, voltada aos últimos 50 anos. Nesta trajetória, notou-se uma maior rememoração de acontecimentos históricos brasileiros, que ocorreram na década de 1980, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e o Movimento Diretas já. A maior evocação de acontecimentos deste período pode ser compreendida também a partir da questão geracional, na medida em que se identificou uma maior presença de indivíduos entre 45 e 65 anos, na amostra.

Em paralelo, a evocação de eventos históricos também esteve relacionada a uma sequência linear ancorada no sistema educacional formal, marcada por uma divisão específica entre os períodos da historiografia brasileira. Eventos como o Descobrimento do Brasil, Independência e Proclamação da República foram consensualmente rememorados. A partir desta configuração, estes acontecimentos mais lembrados apontam para uma trajetória histórica que percorre os principais períodos da história brasileira, desde o período colonial, perpassando o Império, até a consolidação da República. A alta evocação destes acontecimentos pode ser compreendida também a partir do ideário mítico que está atrelado a estes eventos, sobretudo nos manuais escolares.

A partir de discussões acerca do caráter consensual das representações sociais, bem como das relações entre memória e esquecimento, foi delimitado uma lista com dez acontecimentos históricos importantes: Chegada da Família Real, Independência do Brasil, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Regime Militar Brasileiro, Movimento Diretas Já, Constituição Federal de 1988, Plano Real, pandemia de Covid-19 e Eleição Presidencial de 2022.

Por meio da delimitação da lista de acontecimentos, foi realizado o Estudo 2. Neste contexto, foi utilizado um questionário de escala, onde participantes avaliaram suas emoções positivas e negativas, bem como o grau de importância, acerca dos dez acontecimentos históricos. Por meio do paradigma das três fases, o estudo analisou as três dimensões das representações sociais propostas por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992): o campo comum, as variações na tomada de posição e as ancoragens das diferenciações individuais.

Em relação ao campo comum, observou-se a formação de pensamentos semelhantes acerca do caráter negativo da pandemia de Covid-19, bem como uma alta importância para com a Abolição da Escravatura. A ênfase majoritariamente negativa dada à pandemia de Covid-19 pode ser compreendida a partir do fator da implicação do evento, possibilitando respostas similares. Em relação ao alto índice de importância dada à Abolição da Escravatura, nota-se uma aderência a normas e valores sociais, o que influencia na formação de consensos e acordos comuns.

Notou-se uma variação na tomada de posição frente às emoções positivas e negativas, bem como ao grau de importância, dos acontecimentos históricos. Em relação às emoções, foram identificados seis subgrupos na amostra. No caso do grau de importância dos eventos históricos, foram delimitados quatro perfis latentes. Contudo, para o presente estudo, foram explorados somente os perfis referentes às emoções positivas e negativas. Neste contexto, torna-se importante pontuar que a delimitação de um número diferente de perfis latentes a partir das

emoções e da importância demonstra a necessidade de aprofundamento destes dois critérios nos estudos em representações sociais, uma vez que os resultados obtidos demonstram que estes indicadores não correspondem necessariamente a uma tomada de posição uniforme, algo que não foi aprofundado no presente trabalho.

Entre os diferentes posicionamentos acerca das emoções referentes aos acontecimentos, foram identificados seis padrões de respostas. Estes padrões de respostas foram englobados em seis perfis representacionais principais na amostra: Nacionalistas Geracionais, Nacionalistas Juvenis, Democratas, Oligarcas, Indiferentes Históricos e Republicanos. A variação no posicionamento dos perfis representacionais, contudo, pode ser compreendida a partir de um princípio organizador comum, voltado a projetos de futuro e sociedade.

Ademais, no intuito de compreender o papel das inserções sociais dos participantes na tomada de posição, utilizou-se como base os dois acontecimentos que obtiveram mais resposta dissonante: a Eleição Presidencial de 2022 e o Regime Militar Brasileiro. Nestes acontecimentos, averiguou-se que esta variação na tomada de posição pode ser ancorada na orientação política dos indivíduos, corroborando com o contexto de polarização política evidenciado na arena pública nacional. Dessa forma, a orientação política mobilizou avaliações e tomada de posição divergente acerca destes acontecimentos.

A presente dissertação possibilitou, por meio de uma ênfase mais quantitativa, a identificação de sistemas de pensamento acerca do passado nacional entre diferentes grupos sociais. Estes sistemas de pensamento ou perfis latentes discutidos foram baseados na dimensão atitudinal das representações sociais (Moscovici, 2010). Acredita-se que novos estudos podem ser desenvolvidos, a partir de uma perspectiva qualitativa, no intuito de aprofundar a maneira como estes diferentes grupos e atores interagem na arena pública nacional, por meio de narrativas históricas, em especial nos espaços de decisão política. Nesta perspectiva, o estudo da memória dos acontecimentos históricos, que desencadearam tomadas de posições divergentes, a exemplo do Regime Militar Brasileiro, demonstra novos coturnos para a análise da abordagem não consensual das representações sociais.

Em relação aos limites acerca da presente dissertação, nota-se que a amostra dos estudos não representa de maneira totalizante e hegemônica a população brasileira, uma vez que participaram nas duas etapas da pesquisa 126 e 420 indivíduos, respectivamente. Todavia, alguns reflexos podem ser observados acerca das dinâmicas sociais que permeiam a arena pública nacional e suas articulações com a construção do passado histórico. O conjunto de resultados evidenciados vão de acordo com a perspectiva halbwachiana acerca da função do presente na construção da memória, isto é, nota-se uma imbricação do passado na experiência

do agora. Em relação aos acontecimentos mais rememorados, o contexto de polarização social influencia na lembrança de alguns eventos em detrimento de outros, a exemplo da eleição presidencial de 2022.

Os resultados obtidos também demonstraram possibilidades para se pensar na função dos ideários de futuro envolvidos no processo de rememoração do passado (Szpunar; Szpunar, 2016). A variação na tomada de posição dos perfis representacionais demonstra o princípio organizador comum, voltado a projetos de futuro e sociedade, que influencia as avaliações acerca do passado. A presença deste princípio organizador revela a capacidade da memória em se articular com outras dimensões temporais que não somente o passado, como também demonstra o caráter da temporalidade que permeia a construção de representações sociais.

Nesta perspectiva, a imaginação do futuro coletivo se torna uma pista importante para a compreensão dos processos mnemônicos, como também das representações sociais. Os resultados obtidos demonstram que a capacidade de imaginar um projeto de futuro possui como base aquilo que se decide salientar do passado. Estes projetos de sociedade distintos necessitam, em sua gênese, da delimitação de um passado histórico notório e singular. Além da construção de uma história distinta, os projetos de sociedade também revelam ideais de futuro específicos. A discussão acerca das diferenciações com que o passado social brasileiro vem sendo reconstruído perpassa necessariamente dinâmicas temporais vastas e projetos de sociedade distintos.

Dessa forma, a partir de diferentes avaliações e tomadas de posição acerca dos acontecimentos passados, torna-se possível pensar em um futuro provável. Como demonstrado nos estudos, a partir da realidade compartilhada no presente, a memória e as representações sociais possuem um papel central na compreensão daquilo experienciado no passado e do que se deseja para o futuro. Torna-se importante a continuidade de pesquisas que visem o aprofundamento teórico-prático da interação entre passado e futuro, buscando a consolidação de projetos de sociedades que abarquem os grupos em sua totalidade, e não somente alguns.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. *In: ABRIC, J. C. (ed.). Méthodes D'étude Des Représentations Sociales*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2003. p. 59–80.
- ALBA, M. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. *In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (ed.). Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2019. p. 393–432.
- ALMEIDA, Â. M. de O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713–737, 2009.
- APOSTOLIDIS, T.; SANTOS, F.; KALAMPALIKIS, N. Society against COVID-19: challenges for the socio-genetic point of view of social representations. **Papers on Social Representations**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 3.1–3.14, 2020.
- ARRUDA, Â. A polarização sob o olhar psicossocial. *In: ROSO, A.; GUARESCHI, P. A.; HERNANDEZ, A. R. C.; NOVAES, A.; ACCORSSI, A.; GONÇALVES, C. S. (ed.). Mundo sem Fronteiras: Representações sociais e práticas psicossociais*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2022. p. 29–58.
- AUGÉ, M. **Les formes de l'oubli**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2001.
- BARTLETT, F. C. **Remembering: a study in experimental and social psychology**. 1. ed reimp. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BENJAMINI, Y. Opening the Box of a Boxplot. **The American Statistician**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 257–262, 1988.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 17. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BERNARDI, B. B.; TELES, J. de A.; SCHALLENMÜLLER, C. J. Memória, verdade e Justiça: desdobramentos do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil. *In: GALLO, C. A. (ed.). Nas Trincheiras da Memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 156–186.
- BOLCK, A.; CROON, M.; HAGENAARS, J. Estimating Latent Structure Models with Categorical Variables: One-Step Versus Three-Step Estimators. **Political Analysis**, Cambridge, v. 12, n. 1, p. 3–27, 2004.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

- BRASIL, J. A.; CABECINHAS, R.; BONOMO, M. Entre o passado e o presente: representações sociais da história da América Latina para estudantes de três países latino-americanos. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1–31, 2019.
- CABECINHAS, R.; LIMA, M.; CHAVES, A. M. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. *In*: MIRANDA, J.; JOÃO, M. I. (ed.). **Identidades Nacionais em Debate**. Oeiras: Celta Editora, 2006. p. 67–92.
- CAMARGO, B. V. Um paradigma de teorias sobre as Representações Sociais? *In*: NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (ed.). **Representações sociais, identidade e preconceito: Estudos de Psicologia Social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 21–32.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.
- CAMINO, L.; TORRES, A. R. R. Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. *In*: CAMINO, L.; TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. (ed.). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2013. p. 31–107.
- CAMPOS, P. H. F. O estudo da ancoragem das Representações Sociais e o campo da Educação. **Revista de Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 775–797, 2017.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- CAVAZZA, N. **Psicologia das atitudes e das opiniões**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- CHAUÍ, M. Brasil: mito fundador. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 19, p. 23–36, 2000.
- CLÉMENCE, A. Prises de position et dynamique de la pensée représentative: Les apports de la mémoire collective. *In*: LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. (ed.). **La mémoire sociale: Identités et Représentations Sociales**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p. 51–61.
- CONNERTON, P. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DANFÁ, L.; ALÉSSIO, R. L. dos S.; SANTOS, M. de F. de S.; MORAIS, E. R. C. de. Prejudice and normative decontextualization: methodological considerations illustrated by the representation of AIDS in Africa and African. **Psychologica**, Coimbra, v. 60, n. 2, p. 83-99, 2017.
- DANTAS, B.; ANSARA, S. Articulações entre memória, poder e ideologia: Notas sobre a conjuntura política brasileira. *In*: DANTAS, B.; ANSARA, S.; HERNANDEZ, A. R. C.; HUR, D. U. (ed.). **Psicologia Política e Memória**. Curitiba: Appris, 2020. p. 31–44.

DANY, L.; URDAPILLETA, I.; LO MONACO, G. Free associations and social representations: some reflections on rank-frequency and importance-frequency methods. **Quality & Quantity**, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 489–507, 2015.

DELOUVÉE, S. La théorie des représentations sociales : quelques repères socio-historiques. *In*: LO MONACO, G.; DELOUVÉE, S.; RATEAU, P. (ed.). **Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications**. Louvain-la-Neuve: Deboeck Supérieur, 2016. p. 39–50.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **A Identidade em Psicologia Social: Dos Processos Indentitários às Representações Sociais**. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, p. 027–035, 2002.

DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. *In*: DOISE, W.; PALMONARI, A. (ed.). **L'étude des représentations sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986. p. 81–94.

DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de psychologie**, [s. l.], v. 45, n. 405, p. 189–195, 1992.

DOISE, W. Les représentations sociales. *In*: GHIGLIONE, R.; BONET, C.; RICHARD, J.-F. (ed.). **Traité de psychologie cognitive III**. Paris: Dunod, 1990. p. 111–174.

DOISE, W. Les relations entre groupes. *In*: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psychologie Sociale**. 3. ed. Paris: PUF, 2014. p. 253–274.

DOISE, W. **L'Explication en Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1982.

DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **Représentations sociales et analyses de données**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1992.

DOISE, W.; VALENTIM, J. P. Levels of Analysis in Social Psychology. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 13, n. 2, p. 900–904, 2015.

ESKINAZI, R. H.; ALÉSSIO, R. L. dos S.; DANFÁ, L.; SANTOS, M de F. de S. Memória Histórica e Representações Sociais: Contribuições e Articulações Possíveis. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 40, p. 1-19, 2023.

ESTER, P.; VINKEN, H.; DIEPSTRATEN, I. Reminiscences of an Extreme Century: Intergenerational Differences in Time Heuristics: Dutch People's Collective Memories of the 20th Century. **Time & Society**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 39–66, 2002.

FAAR, R. M. **As Raízes da Psicologia Social Moderna**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi; Paulo V. Maya. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FERGUSON, S. L.; MOORE, E. W. G.; HULL, D. M. Finding latent groups in observed data: A primer on latent profile analysis in Mplus for applied researchers. **International Journal of Behavioral Development**, [s. l.], v. 44, n. 5, p. 458–468, 2020.

FERRO, M. **Cómo se cuenta la historia a los niños en el mundo entero**. Tradução: Sérgio Fernández Bravo. 2. ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica USA, 2007.

GENSBURGER, S. Voir et devoir voir le passé. Retour sur une exposition historique à visée commémorative. **Critique internationale**, [s. l.], n. 3, p. 81–99, 2015.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; VELOSO, F. G. C.; SILVA, S. A. T. da C.; CRUZ, J. P. D.; OLIVEIRA, F. da C. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 103–119, 2012.

GOMES, L. **1889**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2013.

GOMES, L. **Escravidão**: Da Independência do Brasil à Lei Áurea. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

HAAS, V. Une notion peu exploitée en psychologie sociale : l’oubli collectif. **Canal Psy**, [s. l.], n. 110, p. 5–9, 2014.

HAAS, V.; LEVASSEUR, E. Rumour as a symptom of collective forgetfulness. **Culture & Psychology**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 60–75, 2013.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. 1. ed reimp. Paris: Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. 1. ed reimp. Paris: Albin Michel, 1997.

HANKE, K.; LIU, J. L.; SIBLEY, C. G.; PAEZ, D.; GAINES JR, S. O.; MOLONEY, G.; LEONG, C. H.; WAGNER, W.; KLEIN, O.; GARBER, I.; BÖHM, G.; HILTON, D. J.; VALCHEV, V.; KHAN, S. S.; CABECINHAS, R. “Heroes” and “Villains” of World History across Cultures. **PLOS ONE**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 1–21, 2015.

JODELET, D. A separate Epidemic. **Papers on social representations**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 10.1-10.11, 2020.

JODELET, D. Conflits entre histoire mémorielle et histoire historique. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 151–162, 2012.

JODELET, D. Mémoire de masse: le côté moral et affectif de l’histoire. **Bulletin de Psychologie**, [s. l.], v. 45, n. 405, p. 239-256, 1992

JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. *In*: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psychologie Sociale**. 3. ed. Paris: PUF, 2014. p. 363–384.

JODELET, D.; HAAS, V. Mémoires et représentations sociales. *In*: EMILIANI, F.; PALMONARI, A. (ed.). **Repenser la théorie des représentations sociales**. Paris: Editions des archives contemporaines, 2019. p. 1–15.

JOVCHELOVITCH, S. Narrative, memory and social representations: A conversation between history and social psychology. **Integrative psychological and behavioral science**, [s. l.], v. 46, n. 4, p. 440–456, 2012.

KALAMPALIKIS, N. A lasting symbolic national threat: The dispute over the name Macedonia. *In*: JODELET, D.; VALA, J.; DROZDA-SENKOWSKA, E. (ed.). **Societies Under Threat: A Pluri-Disciplinary Approach**. Switzerland: Springer, 2020. p. 101–112.

LIU, J. H. Representações sociais de história e narrativas: Estudos Interculturais. *In*: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (ed.). **As Representações Sociais nas Sociedades em Mudança**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 253–274.

LIU, J. H.; HILTON, D. J. How the past weighs on the present: Social representations of history and their role in identity politics. **British Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 537–556, 2005.

LOZADA, M. El otro es el enemigo: imaginarios sociales y polarización. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 10, n. 2, p. 195–209, 2004.

LYRA, M. C. D. P.; WAGONER, B.; BARREIRO, A. Memory and Imagination as Meaning-Making Process: Developmental Trajectories of Culture in Mind. *In*: LYRA, M. C. D. P.; WAGONER, B.; BARREIRO, A. (ed.). **Imagining the Past, Constructing the Future**. Switzerland: Springer, 2020. p. 1-9.

MATHIAS, A.; PÁEZ, D. Memória coletiva e representações sociais da história. *In*: MEDEIROS, E. D.; ARAÚJO, L. F.; COUTINHO, M. da P. de L.; ARAÚJO, L. S. (ed.). **Representações Sociais e Práticas Psicossociais**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 167–184.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 13–25, 2010.

MOLINER, P. A two-dimensional model of social representations. **European Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 27–40, 1995a.

MOLINER, P. Noyau central, principes organisateurs et modèle bi-dimensionnel des représentations sociales. “Vers une intégration théorique?” **Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, [s. l.], v. 28, n. 12, p. 44–55, 1995b.

MOLINER, P.; COURTOT, A. Être de droite ou être de gauche : appartenance politique, catégorisation et représentation sociale. **Bulletin de psychologie**, [s. l.], v. 57, n. 473, p. 535–541, 2004.

MOLLER, R. C.; SÁ, C. P. de; BEZERRA, F. C. de C. Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: A memória social atualizada de brasileiros e portugueses. **Psicologia**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 405–417, 2004.

MORAIS, E. R. C. de. **Conflitos bioéticos na demarcação dos limites da vida**: um estudo sobre representações sociais de eutanásia e aborto. 2018. 172 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MORGAN, G. B. Mixed Mode Latent Class Analysis: An Examination of Fit Index Performance for Classification. **Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 76–86, 2015.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, S. On Social Representations. *In*: FORGAS, J. (ed.). **Social Cognition: perspectives on everyday understanding**. New York: Academic Press, 1981. p. 181–210.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W. **Dissensions et consensus: une théorie générale des décisions collectives**. Paris: PUF, 1992.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: A Conversation. **Culture & Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 371–410, 1998.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

OBERSKI, D. Mixture Models: Latent Profile and Latent Class Analysis. *In*: ROBERTSON, J.; KAPTEIN, M. (ed.). **Modern Statistical Methods for HCI**. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 275–287.

OLIVEIRA, J. C. de; BERTONI, L. M. Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244–262, 2019.

OLIVEIRA, D. C.; LEWIN, M. C.; SÁ, C. P. de. A memória primordial do descobrimento do Brasil: Análise dos manuais brasileiros de história. **Psicologia**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 301–319, 2004.

PALMONARI, A.; DOISE, W. Caractéristiques des représentations sociales. *In*: PALMONARI, A.; DOISE, W. (ed.). **L'étude des représentations sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986. p. 12–33.

PALMONARI, A.; EMILIANI, F. Le modèle sociodynamique. *In*: LO MONACO, G.; DELOUVÉE, S.; RATEAU, P. (ed.). **Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications**. Louvain-la-Neuve: Deboeck Supérieur, 2016. p. 149–160.

PEUGH, J.; FAN, X. Modeling Unobserved Heterogeneity Using Latent Profile Analysis: A Monte Carlo Simulation. **Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 616–639, 2013.

- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- RATEAU, P. Princípios organizadores e núcleo central das representações sociais: Hipóteses empíricas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 82–92, 2004.
- RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- SÁ, C. P. de. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 94–103, 2012.
- SÁ, C. P. de. As memórias da memória social. In: SÁ, C. P. de. (ed.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República Editora, 2005. p. 63–86.
- SÁ, C. P. de. **Estudos de Psicologia Social: História, Comportamento, Representações e Memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- SÁ, C. P. de. Psicologia social da memória: uma sistematização teórico conceitual. In: SÁ, C. P. de; MENANDRO, P. R. M.; NAIFF, L. A. M. (ed.). **Psicologia Social e o estudo da Memória Histórica**. Curitiba: Editora Appris, 2013. p. 13-25.
- SAINT-LAURENT, C. de. **Social Thinking and History A Sociocultural Psychological Perspective on Representations of the Past**. Londres: Routledge, 2020.
- SAINT-LAURENT, C. de. “Reinventing” the Past to Imagine Better Futures. In: DONNELLY, G.; MONTUORI, A. (ed.). **Routledge Handbook for Creative Futures**. Londres: Routledge, 2022. p.185–190.
- SAINT-LAURENT, C. de; LUNA, I. B. de; AWAD, S. H.; WAGONER, B. Collective memory and social sciences in the post-truth era. **Culture & Psychology**, v. 23, n. 2, p. 147–155, 2017.
- SAINT-LAURENT, C. de; OBRADOVIĆ, S. Uses of the Past: History as a Resource for the Present. **Integrative Psychological and Behavioral Science**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 1–13, 2019.
- SANTOS, M. de F. de S. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. (ed.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005. p. 15–38.
- SCHMIDT, M. N.; SEDDIG, D.; DAVIDOV, E.; MØRUP, M.; ALBERS, K. J.; BAUER, J. M.; GLÜCKSTAD, F. K. Latent Profile Analysis of Human Values: What is the Optimal Number of Clusters? **Methodology**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 127–148, 2021.
- SCHUMAN, H.; SCOTT, J. Generations and collective memories. **American sociological review**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 359–381, 1989.

SCHWARCZ, L. M. O sequestro da Independência. **Revista USP**, São Paulo, n. 133, p. 13–32, 2022.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2015.

SOUSA, Y. S. O.; CHAVES, A. M. Representações Sociais. *In*: TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O.; TECHIO, E. M.; CAMINO, L. (ed.). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. 3. ed. São Paulo: Editora Blücher, 2023. p. 277–306.

SOUSA, Y. S. O. O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1541–1560, 2021.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SPURK, D.; HIRSCHI, A.; WANG, M.; VALERO, D.; KAUFFELD, S. Latent profile analysis: A review and “how to” guide of its application within vocational behavior research. **Journal of Vocational Behavior**, [s. l.], v. 120, p. 1–21, 2020.

SZPUNAR, P. M.; SZPUNAR, K. K. Collective future thought: Concept, function, and implications for collective memory studies. **Memory Studies**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 376–389, 2016.

TAFANI, E.; BELLON, S. Principe d’homologie structurale et dynamique représentationnelle. *In*: MOLINER, P. (ed.). **La dynamique des représentations sociales**. Grenoble: PUG, 2001. p. 163–193.

TAJFEL, H.; TURNER, J. An integrative theory of intergroup conflict. *In*: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. G. (ed.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks/Cole, 1979. p. 33–37.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, Â. M. de O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. *In*: TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, Â. M. de O. (ed.). **Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2019. p. 101–122.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento Social e Representações Sociais. *In*: VALA, J.; CASTRO, P.; MONTEIRO, M. B. (ed.). **Psicologia Social**. 10. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 569–715.

VALENTIM, J. P. Au-delà du consensus dans les études sur les représentations sociales. *In*: LO MONACO, G.; DELOUVÉE, S.; RATEAU, P. (ed.). **Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications**. Louvain-la-Neuve: Deboeck Supérieur, 2016. p. 183–186.

VERMUNT, J. K. Latent Class Modeling with Covariates: Two Improved Three-Step Approaches. **Political Analysis**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 450–469, 2010.

WACHELKE, J. F. R. Índice de centralidade de representações sociais a partir de evocações (INCEV): exemplo de aplicação no estudo da representação social sobre envelhecimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, p. 102–110, 2009.

WACHELKE, J. F. R.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 521–526, 2011.

WAGONER, B. Collective remembering as a process of social representation. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. (ed.). **The Cambridge Handbook of Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 143–162.

WAGONER, B. Culture in Constructive Remembering. *In*: VALSINER, J. (ed.). **The Oxford Handbook of Culture and Psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2012a. p. 1034–1055.

WAGONER, B. Notes on a social psychology of thinking: A comparison of Bartlett and Moscovici. **Papers on social representations**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 6.1–6.14, 2012b.

WAGONER, B. **The constructive mind**: Bartlett's psychology in reconstruction. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

WERTSCH, J. V. **Voices of collective remembering**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WILLIAMS, G. A.; KIBOWSKI, F. Latent Class Analysis and Latent Profile Analysis. *In*: JASON, L. A.; GLENWICK, D. S. (ed.). **Handbook of methodological approaches to community-based research**: Qualitative, quantitative, and mixed methods. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 143–151.

ZITTOUN, T.; GILLESPIE, A. Imagining the Collective Future: A Sociocultural Perspective. *In*: SAINT-LAURENT, C. de; OBRADOVIĆ, S.; CARRIERE, K. R. (ed.). **Imagining Collective Futures**: Perspectives from Social, Cultural and Political Psychology. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 15–37.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA COLETA DE DADOS VIRTUAL

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa *Representações Sociais e Narrativas: O Caso da Memória Histórica Brasileira*, que está sob a responsabilidade do pesquisador Renan Harmes de Aquino e Eskinazi Santanna (endereço: Avenida 17 de Agosto, 2413, APT, 2202, Casa Forte, Recife-PE CEP: 52061-540; Contato: (81) 991030688 ou renan.harmes@hotmail.com). Também participa desta pesquisa a pesquisadora Maria de Fátima de Souza Santos (*e-mail*: maria.fssantos@ufpe.br).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final deste termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou se recusar. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema; desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa corresponde a um projeto de mestrado que possui como objetivo central investigar entendimentos e opiniões acerca de alguns acontecimentos históricos brasileiros. Para isso, propõe-se a realização de três estudos. O primeiro estudo corresponde à aplicação de um questionário de associação de palavras. O segundo estudo se relaciona à aplicação de um questionário de escala. Por fim, o terceiro estudo corresponde à aplicação de um questionário de respostas abertas. Para este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o (a) Sr. (a) está sendo convidado a participar do (Inserir o número do estudo: 1º, 2º ou 3º) estudo, que equivale ao questionário de (inserir o tipo de questionário que irá ser aplicado: associação de palavras, escala ou respostas abertas). A aplicação deste questionário de (inserir o tipo de questionário que irá ser aplicado: associação de palavras, escala ou respostas abertas) será realizada de maneira remota por meio da plataforma do google para formulários *on-line* (Google Forms). Este questionário dura em torno de 5 minutos e será composto por duas sessões: uma primeira para que o participante responda às perguntas solicitadas e uma segunda para a coleta de dados socioeconômicos. O questionário deve ser respondido individualmente uma única vez. Este questionário será aplicado apenas sob sua autorização e com a garantia de que apenas os pesquisadores terão acesso às respostas. A participação na pesquisa é de caráter voluntário e qualquer desconforto identificado será levado em consideração. Caso deseje, o participante possui liberdade para encerrar sua participação a qualquer momento.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Como possíveis **benefícios**, os resultados da pesquisa poderão gerar conhecimentos importantes no âmbito da Psicologia Social de modo mais amplo. Tais conhecimentos poderão ajudar a atualizar os estudos sobre os conteúdos que circulam na sociedade sobre o passado histórico nacional, bem como compreender os entendimentos acerca de alguns acontecimentos históricos. Esta pesquisa gera riscos mínimos aos participantes. Como possível **risco**, poderá ocorrer algum desconforto para o participante ao responder o questionário, que será de autoaplicação do participante, sem que o mesmo precise falar sobre o tema diretamente ao pesquisador. Aliado a isso, o voluntário pode apresentar alguma fadiga visual decorrente do tempo de exposição à tela digital. Para isso, recomenda-se que o participante responda ao questionário em um ambiente com iluminação adequada, bem como adeque o brilho de tela de

seu dispositivo. Reforçamos que é aberta a possibilidade para a desistência a qualquer momento da aplicação, caso o participante apresente algum incômodo ou desconforto.

Esclarecemos que os participantes desta pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através de questionários ficarão armazenados em HD externo pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador no endereço acima informado pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em caso de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

(Assinatura do Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo *Representações Sociais e Narrativas: O Caso da Memória Histórica Brasileira*, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

() Aceito Participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

APÊNDICE B - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS MARCANTES

QUESTIONÁRIO DE ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS

1. Gostaria que você listasse abaixo os cinco eventos ou episódios que lhe vêm à mente quando se fala em: **ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS MARCANTES**

1. _____, Nº: _____
2. _____, Nº: _____
3. _____, Nº: _____
4. _____, Nº: _____
5. _____, Nº: _____

2. Agora, gostaria que você enumerasse as cinco palavras listadas acima de 1 a 5 por ordem de importância, sendo 1 a que você acredita ser a mais importante, e assim por diante.

SESSÃO 2 – DADOS SOCIOECONÔMICOS

Aqui estão algumas questões de múltipla escolha e você deve marcar apenas a opção que corresponde a você.

1. Qual a sua idade?			
<input type="radio"/> 18- 30	<input type="radio"/> 31- 44	<input type="radio"/> 45-65	<input type="radio"/> Acima de 65

2. Você se identifica com o gênero:			
<input type="radio"/> Feminino	<input type="radio"/> Masculino	<input type="radio"/> Outro:	<input type="radio"/> Prefiro não responder

3. Você se identifica com a etnia:					
<input type="radio"/> Bran- ca	<input type="radio"/> Ne- gra	<input type="radio"/> Par- da	<input type="radio"/> Indí- gena	<input type="radio"/> Ama- rela	<input type="radio"/> Outro:

4. Grau de Escolaridade:			
<input type="radio"/> Ensino Médio	<input type="radio"/> Ensino Superior	<input type="radio"/> Pós-Graduado	<input type="radio"/> Outro

**APÊNDICE C - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ESCALA UTILIZADO NO
ESTUDO 2**

QUESTIONÁRIO DE ESCALA

Abaixo se encontra uma lista de acontecimentos históricos brasileiros. Por favor, avalie a intensidade de suas emoções negativas e positivas sobre cada acontecimento (em uma escala de 1 a 7, sendo 1= extremamente negativo, 4= neutro e 7= extremamente positivo) e o grau de importância de cada acontecimento (em uma escala de 1 a 7, sendo 1= nada importante, 4= bastante importante e 7= extremamente importante). Por favor, avalie todos os acontecimentos históricos, mesmo se você não sabe muito sobre eles

1. Chegada da Família Real Portuguesa (1808)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

2. Independência do Brasil (1822)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

3. Abolição da Escravatura (1888)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

4. Proclamação da República (1889)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

5. Regime Militar Brasileiro (1964-1985)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

6. Movimento Diretas Já (1984-1985)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Importante						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

7. Constituição Federal de 1988

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Positivo						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Importante						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

8. Plano Real (1994)

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Positivo						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Importante						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

9. Pandemia de Covid-19 no Brasil

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Positivo						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; width: 20px; height: 20px;"><input type="radio"/></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">3</td> <td style="text-align: center;">4</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">7</td> </tr> </table>	<input type="radio"/>	1	2	3	4	5	6	7	Extremamente Importante						
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>										
1	2	3	4	5	6	7										

10. Eleição Presidencial de 2022

Emoções Negativas e Positivas sobre o Acontecimento

Extremamente Negativo	<input type="radio"/>	Extremamente Positivo						
	1	2	3	4	5	6	7	

Grau de Importância do Acontecimento

Nada Importante	<input type="radio"/>	Extremamente Importante						
	1	2	3	4	5	6	7	

SESSÃO 2 – DADOS SOCIOECONÔMICOS

Aqui estão algumas questões de múltipla escolha e você deve marcar apenas a opção que corresponde a você.

1. Qual a sua idade?			
<input type="radio"/> 18- 30	<input type="radio"/> 31- 44	<input type="radio"/> 45-65	<input type="radio"/> Acima de 65 anos

2. Você se identifica com o gênero:			
Feminino	Masculino	<input type="radio"/> Outro:	Prefiro não responder

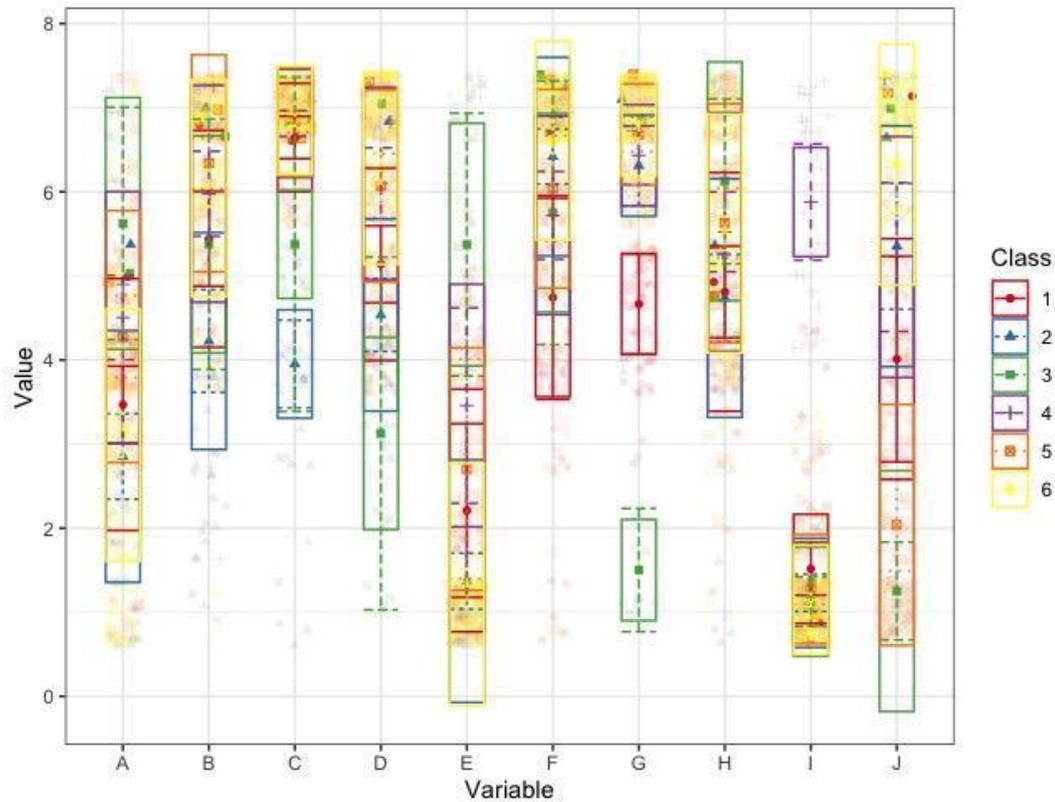
3. Você se identifica com a etnia:					
<input type="radio"/> Branca	<input type="radio"/> Negra	<input type="radio"/> Parda	<input type="radio"/> Indígena	<input type="radio"/> Amarela	<input type="radio"/> Outro:

4. Você se considera pertencente a qual campo político?			
Direita	Centro	<input type="radio"/> Esquerda	Outro/ Não me considero pertence a nenhum campo político

5. Grau de Escolaridade:			
Ensino Médio	Ensino Superior	<input type="radio"/> Pós-Graduado	Outro:

**APÊNDICE D - PERFIS LATENTES IDENTIFICADOS A PARTIR DO PACOTE
TIDYLPÁ NO RSTUDIO E C3DIGO UTILIZADO**

Emo37es Positivas e Negativas



```

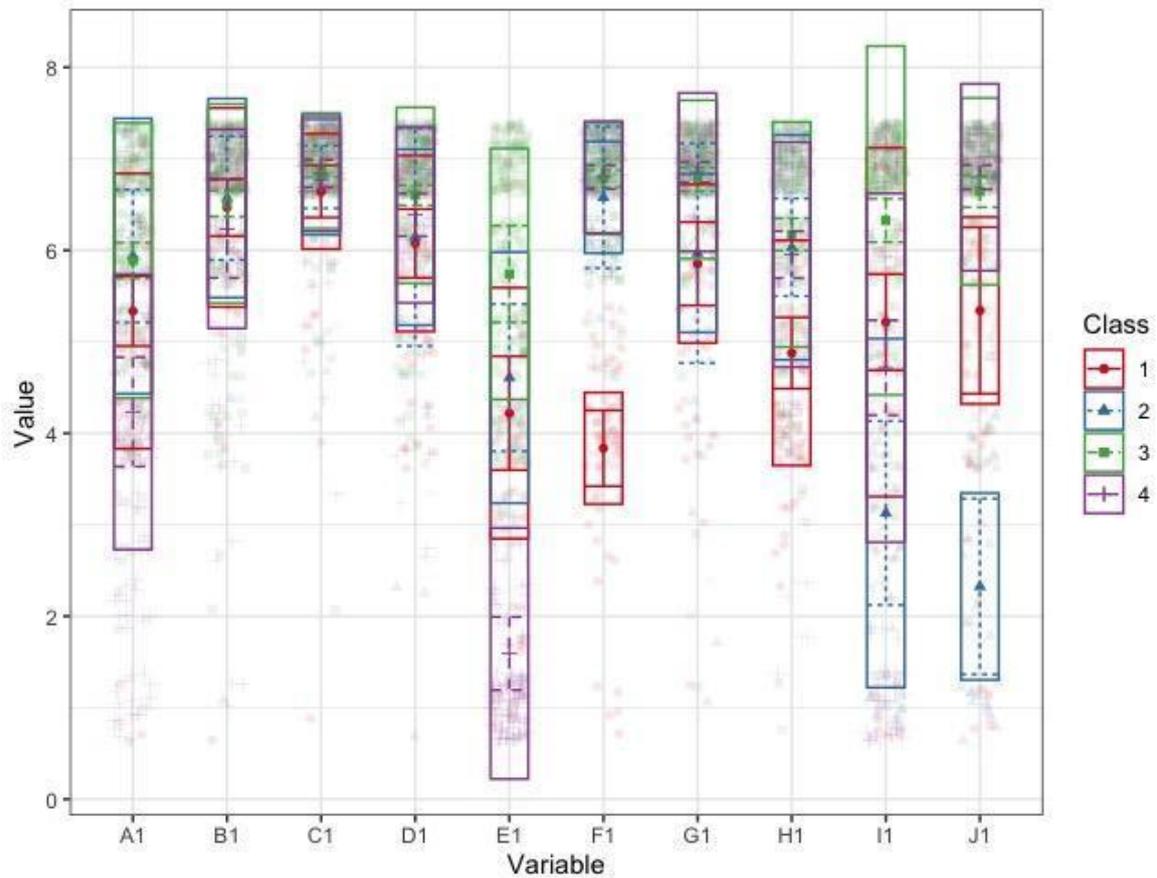
historia %>%
  subset(select = c("A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", "I", "J")) %>%
  estimate_profiles(1:10)
perfil_historia <- historia %>%
  subset(select = c("A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", "I", "J")) %>%
  estimate_profiles(1:10)

plot_profiles(perfil_historia)
perfil_historia6 <- historia %>%
  subset(select = c("A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", "I", "J")) %>%
  estimate_profiles(6)

plot_profiles(perfil_historia6)
get_data(perfil_historia6)
View(get_data(perfil_historia6))

```

Grau de Importância



```

história2 %>%
  subset(select = c("A1", "B1", "C1", "D1", "E1", "F1", "G1", "H1", "I1", "J1")) %>%
  estimate_profiles(1:10)
perfil_historia <- história2 %>%
  subset(select = c("A1", "B1", "C1", "D1", "E1", "F1", "G1", "H1", "I1", "J1")) %>%
  estimate_profiles(1:10)

plot_profiles(perfil_historia2)
perfil_historia4 <- história2 %>%
  subset(select = c("A1", "B1", "C1", "D1", "E1", "F1", "G1", "H1", "I1", "J1")) %>%
  estimate_profiles(4)

plot_profiles(perfil_historia4)
get_data(perfil_historia4)
View(get_data(perfil_historia4))

```